



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

SUZANA YURIKO YWATA

**A CATEGORIA MEDIAÇÃO NA PERSPECTIVA MARXIANA:
SUA APROPRIAÇÃO POR DOCENTES DE UNIDADES DE
ENSINO PRESENCIAIS**

Londrina

2010

SUZANA YURIKO YWATA

**A CATEGORIA MEDIAÇÃO NA PERSPECTIVA MARXIANA:
SUA APROPRIAÇÃO POR DOCENTES DAS UNIDADES DE
ENSINO PRESENCIAIS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre do programa de Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina.

Orientadora:

Prof^a Dr^a Olegna de Souza Guedes

Londrina

2010

SUZANA YURIKO YWATA

**A CATEGORIA MEDIAÇÃO NA PERSPECTIVA MARXIANA: SUA
APROPRIAÇÃO POR DOCENTES DAS UNIDADES DE ENSINO
PRESENCIAIS**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de mestre do programa de
Mestrado em Serviço Social e Política Social
da Universidade Estadual de Londrina.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Olegna de Souza
Guedes

Prof^a Dr^a Yolanda Aparecida Demetrio Guerra
Membro Convidado (UFRJ)

Prof^a Dr^a Mabel Mascarenhas Torres
Membro Interno (UEL)

Londrina, 01 de outubro de 2010.

Tenha coragem. Vá em frente. Determinação, coragem e autoconfiança são fatores decisivos para o sucesso. Não importam quais sejam os obstáculos e as dificuldades. Se estivermos possuídos de uma inabalável determinação, conseguiremos superá-los.

Dalai Lama

AGRADECIMENTOS

Agradecer aqueles que me ajudaram, apoiaram e estiveram ao meu lado nesse processo de luta, de suor e de grandes decisões, não se constitui em tarefa fácil, pois todas as pessoas: familiares, amigos, colegas de trabalho, professores são partes dessa trajetória. Tentarei agradecer a todos sem cometer injustiças.

Em primeiro lugar, agradeço aqueles a quem devo a minha vida, meu pai, Mário, e minha mãe, Mitsue. Foram eles que em TODOS os momentos estiveram ao meu lado, apoiando em minhas decisões e desafios; apesar de, muitas vezes, abrir mão do meu papel como filha, continuaram a me apoiar e compreenderam esta postura, abastecendo-me de conselhos e sabedoria para a minha formação pessoal. Devo dizer que não teria conseguido vencer essa batalha se não os tivessem comigo, portanto, a conquista de ter terminado esse processo compartilho, primeiramente, com eles. Agradeço, também, o meu irmão, Fuyu - parceiro de muitas atividades e ações - que, embora estivesse ausente nas atividades que realizamos juntos e que, por muitas vezes não tenha compartilhado de suas responsabilidades e compromissos, também, compreendeu a minha ausência; agradeço-o, também, pela formatação do "Abstract" que, por possuir sabedoria e conhecimento, confio imensamente.

Agradeço a pessoa responsável pelo processo teórico-metodológico que me apropriei durante todo esse percurso: a minha orientadora, Olegna; sem a qual não teria concluído este trabalho e nem adquirido conhecimentos tão importantes para o meu processo formativo. Saliento que foi a partir de sua sabedoria, transmitidas pelas conversas e discussões, que passei a interessar pelo estudo aprofundado do método vinculado a um projeto societário. Para além de suas contribuições para a formatação deste trabalho, na qual estive sempre presente, à disposição de minhas dúvidas e questionamentos, e que se empenhou intensamente à construção desta pesquisa; agradeço a essa pessoa tão querida, pelos conselhos dados nos momentos de grandes decisões que passei durante o processo do Mestrado, retomando, sempre, a minha escolha pela pesquisa e formação acadêmica, da qual não tenho arrependimentos.

Em seguida agradeço a todos os professores que participaram direta e indiretamente do meu processo formativo pela dedicação e contribuição intelectual fundamentais ao meu crescimento profissional. Em especial, agradeço à Profª Drª Simone Wolf por ter participado da banca de qualificação e realizado sugestões e discussões que foram devidamente apropriadas, porém, devido à mudança no objeto de pesquisa, optamos por convidar uma assistente social para participar da banca de defesa; demonstro aqui, os meus sinceros agradecimentos.

Nesse sentido, agradeço a Profª Drª Yolanda Guerra e a Profª Mabel Mascarenhas por terem aceitado o convite para participarem da banca de defesa, que por seus conhecimentos enriquecerão a discussão feita nesse trabalho; saliento, também, a admiração pelo empenho na discussão teórico-metodológico vinculado a um projeto societário de superação da ordem social vigente, discussão imprescindível no meio profissional.

Não deveria deixar de agradecer aos sujeitos desta pesquisa, os docentes do curso de Serviço Social das unidades de ensino presenciais abrangidas pelo Cress/SP - 9ª região - Seccional de Presidente Prudente, que atenderam, prontamente, a minha solicitação, sem o qual não seria possível a realização desse trabalho; agradeço pela gentil atenção e valiosa contribuição para o alcance do objetivo desse estudo.

Agradeço os meus amigos e colegas de trabalho, pelo apoio e incentivo, tanto nos momentos difíceis quanto nas comemorações de cada conquista, que mesmo me distanciando durante essa trajetória sempre me apoiaram. Um agradecimento especial aos companheiros de sala de aula do mestrado, que embora soubéssemos que terminado as disciplinas estaríamos sós, não fazia idéia do quanto compartilhar as nossas discussões, choros, angústias e felicidades fariam falta.

Muito Obrigada!

YWATA, Suzana Yuriko. **A categoria mediação na perspectiva marxiana: sua apropriação por docentes das unidades de ensino presenciais.** 103f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2010.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto a interpretação que o grupo de docentes que ministra a disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social, em unidades de ensino presenciais abrangidos pelo CRESS/SP 9ª região - Seccional de Presidente Prudente, apresenta com relação à categoria mediação. Delimita-se à interpretação dos docentes desta disciplina que, em conteúdo programático, referem-se ao método em Marx como um dos tópicos a serem abordados durante o curso que ministram. Apresenta, através de pesquisa bibliográfica, em seu primeiro capítulo, aspectos da trajetória que concorre para a construção da unidade entre método e ontologia, no âmbito da qual se constitui a categoria mediação na perspectiva marxiana. No segundo capítulo traz elementos para discussão das relações teórico-metodológicas e as dimensões ideo- políticas como uma mediação para a análise da trajetória sócio-histórica do Serviço Social no Brasil, no período de 1935 a 1989; aborda-se aspectos da trajetória sócio- histórica do Serviço Social em que se evidencia a aproximação da categoria profissional à perspectiva marxiana e sua apropriação em seus marcos teórico- metodológicos. Finalmente, procede-se à maturação do fundamento teórico- metodológico crítico pelo Serviço Social. Buscou-se verificar a apropriação do método dialético no contexto da teoria social de Marx e a interpretação que os sujeitos desta pesquisa fazem da relação entre ontologia e método. Com a presente pesquisa analisou-se também a apropriação da categoria mediação, o que possibilita a apreensão de uma postura ideo-política dos profissionais. Por fim, verificou-se a categoria mediação na análise da instrumentalidade profissional. Buscou-se, enfim, evidenciar a necessária apreensão da categoria mediação como unidade entre método e ontologia, vinculada a uma dimensão ideo-política de superação da ordem social vigente, de acordo com o atual Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Palavras-Chave: Categoria mediação. Ontologia e Método. Fundamentos do Serviço Social. Instrumentalidade.

YWATA, Suzana Yuriko. **The category of mediation in the Marxiana perspective: its ownership by teachers from classroom teaching units.** 103fls. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2010.

ABSTRACT

The present dissertation has as object the interpretation that the group of docents that minstrate the “Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social” discipline, in classroom teaching units covered by CRESS/SP 9º região – Seccional de Presidente Prudente, presents with respect to mediation category. Is delimited to docent interpretations of this discipline in which, in programmatic content, refers to the method in Marx as one of topics to be boarded during the course. Presents, through bibliographic research, in the first chapter, trajectory aspects that concur to unity construction between method and ontology, in the scope of which composes the mediation category in Marxian perspective. The second chapter brings elements to discussion of teoretical-methodological relation and the ideopolitical as mediation to analysis of Social Work socio-historical trajectory in Brazil, during 1935 to 1989; approaches socio-historical trajectory aspects of Social Work which is evidence the aproximation of professional category to Marxian perspective and your appropriation to theoretical-methological marks. Finally, proceeds to maturation of theoretical-methological fundaments critical for Social Work and to appropriation analysis of mediation category by docents, researched subjects. Attempted to verify the appropriation of dialetic method in social theory context of Marx and the interpretation of subjects about relation between ontology and method. With this present research, also was analyzed the appropriation of mediation cathegory; allowing the apprehension of proffesionals ideopolitical attitude. Lastly, was verified the mediation cathegory in analysis of professional instrumentality. Sought, ultimately, evidence the necessary mediation cathegory apreehension as unity between method and ontology, attached to ideopolitical dimension of present social order superation, in agreement with current Ethical-Political Project of Social Work.

Key words: Mediation category. Ontology and method. Social Work Fundaments. Instrumentality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A CATEGORIA MEDIAÇÃO A PARTIR DA UNIDADE ENTRE MÉTODO E ONTOLOGIA	14
1.1 ASPECTOS DA DIALÉTICA HEGELIANA: UMA DAS FONTES TEÓRICAS PARA A APREENSÃO DA CATEGORIA MEDIAÇÃO NA TRADIÇÃO MARXISTA	15
1.2 O LEGADO DE HEGEL E A CONSTATAÇÃO DO MÉTODO EM MARX	21
1.3 A CATEGORIA MEDIAÇÃO COMO CONSTITUTIVA DO MÉTODO EM MARX	27
2 RELAÇÕES ENTRE REFERENCIAIS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS E DIMENSÕES IDEO-POLÍTICAS: UMA MEDIAÇÃO PARA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL (1935-1979)	40
2.1 O SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL: A RELAÇÃO ENTRE SUA ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E ADESÃO AO PROJETO CONSERVADOR	41
2.2 MARCOS INICIAIS DA PERSPECTIVA DE RUPTURA COM O CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL	63
3 INTERPRETAÇÕES DA CATEGORIA MEDIAÇÃO COMO CONSTITUTIVA DO REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO NO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO	71
3.1 TENDÊNCIAS E DESAFIOS NO DEBATE DA CATEGORIA MEDIAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO DE DOCENTES DA DISCIPLINA DE FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	97
ANEXO	101
ANEXO A - Roteiro para Entrevista	102

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa nasceu do propósito de compreender a categoria mediação constitutiva do método construído por Marx. Pretendia-se entendê-la para, posteriormente, identificar a apropriação que pesquisadores de Serviço Social apresentam sobre ela em artigos científicos sobre esta profissão. Contudo, nos estudos que se seguiram para a incorporação das sugestões da banca de qualificação e nas inquietações que nasceram da experiência docente posterior à qualificação, um novo propósito emergiu: a necessidade de entender como esta categoria é interpretada por agentes responsáveis por parte do processo formativo dos assistentes sociais, os docentes.

Viveu-se na docência, sobretudo na interação com os colegas de trabalho, a observação de que há interpretações diversas sobre a categoria mediação no Serviço Social. Este fato, aliado aos estudos em andamento para a realização dessa dissertação, trouxe a inquietação em torno da apreensão desta categoria em sua dimensão ontológica. Isto porque evidenciou-se, nesta experiência, que muitos profissionais, que atuam como docentes em Cursos de Graduação em Serviço Social, tendem a interpretá-la, apenas, como ferramenta instrumental na discussão da prática profissional distanciando-se daquela dimensão.

Da inquietação seguiram alguns questionamentos: qual a interpretação da categoria mediação apropriada pelos docentes? A apropriação da categoria mediação pelos docentes refere-se à perspectiva marxiana, crítica, ou ao contrário, a uma perspectiva conservadora? A apropriação da categoria mediação, nas referências à prática profissional, está em consonância com a matriz marxiana? Afinal, o que é mediação na perspectiva marxiana?

Definiu-se, então, como objeto da pesquisa, as interpretações que os docentes da disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos, das unidades de ensino presenciais abrangidas pelo CRESS/SP 9ª região - Seccional de Presidente Prudente, têm sobre a categoria mediação.

A pesquisa foi realizada a partir de dois procedimentos: um eminentemente bibliográfico e outro de campo, com caráter qualitativo. Na pesquisa bibliográfica buscou-se apreender teoricamente a categoria mediação como unidade entre método e ontologia, partindo da análise marxiana. Buscou-se ainda, destacar

na análise da trajetória sócio-histórica do Serviço Social no Brasil, desde a sua gênese (meados da década de 1930) até a contemporaneidade, as relações entre pressupostos teórico-metodológicos e adesão à perspectiva conservadora ou crítica com relação à sociedade burguesa. Dessa forma, evidenciou-se a necessidade de apreensão crítica da categoria mediação na construção da perspectiva ético-política, sem o quê, corre-se o risco de atualizar expressões da herança conservadora presente nesta trajetória.

Tornou-se relevante, no início da pesquisa bibliográfica, uma delimitação de autores que interpretam os escritos de Marx para auxiliar no entendimento do método por ele inaugurado. Este procedimento foi adotado porque em leitura exploratória sobre a categoria mediação, constitutiva do método em Marx, constatou-se que este autor, não tem uma obra específica na qual trata especificamente desse método, ainda que o cuidado metodológico esteja presente ao longo de todas as suas análises sobre a sociedade burguesa¹. Assim, localizou-se em outro filósofo, G. Lukács, a interpretação de seu método, o materialismo histórico-dialético, como uma unidade entre epistemologia e ontologia e, considerou-se as interpretações deste filósofo como um marco-teórico para entender o método em Marx. Preliminarmente, na trilha sinalizada por este filósofo, procedeu-se à leitura de dois textos: o prefácio à “Fenomenologia do Espírito”, de Hegel², e pequeno texto de F. Engels³. Buscou-se, com estas leituras, compreender a gênese do pensamento marxiano, no que tange ao método por ele inaugurado. Recorreu-se, finalmente, a autores que, ao comentarem o método em Marx, filiam-se à

¹ Um exemplo deste fato está na obra que tem como título “Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857~1858” Nesta obra, Marx analisa os elementos da economia política e, paralelamente, apresenta, para tal análise, o método de leitura da moderna sociedade burguesa, sem, no entanto, fazer menção ao método, com exceção, do trecho: “[...] o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações [...]”. Nesse parágrafo, Marx deixa claro o método de interpretação e leitura da realidade, tendo como base a categoria mediação. Ao longo do texto, Marx apresenta implicitamente a noção da totalidade e da relação recíproca entre os diversos fatos da realidade.

² Refere-se ao prefácio da citada obra do autor na qual o mesmo reflete sobre a construção da consciência e do Espírito, buscando o Espírito Absoluto. Para tanto, resgata o movimento dialético, partindo da negatividade para tal construção: “A consciência de-si em si e para si é porque é em si e para uma outra consciência-de-si; isto é, só é enquanto ser reconhecido” (HEGEL, 1991); trata-se, também, nesse texto uma discussão sobre a categoria mediação.

³ ENGELS, Friederich. Fragmento não publicado do “Feuerbach”. In: MARX, K. ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã e outros textos filosóficos**. 3 ed. São Paulo: Biblioteca do Socialismo Científico: Editorial Estampa, 1975. p. 83 - 148.

interpretação lukácsiana ou trazem interpretações que com ela se coadunam, para melhor elucidar alguns aspectos desse método.

Um segundo procedimento refere-se ao utilizado para a pesquisa de campo. Trata-se de pesquisa qualitativa, cujo instrumento foi entrevista aberta e semi- estruturada, construída a partir de categorias de análise previamente levantadas. Para a realização das entrevistas com os sujeitos da pesquisa, foram tomados cuidados éticos necessários: foi enviado um ofício solicitando a entrevista com o docente de cada unidade de ensino; os sujeitos da pesquisa foram informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido. Estes sujeitos receberão devolutiva da pesquisa realizada, ao final do processo do Programa de Mestrado. As entrevistas foram realizadas com o uso de gravador, após permissão dos sujeitos pesquisados. Para a escolha dos sujeitos foram adotados os seguintes critérios: inicialmente, foram levantadas as unidades de ensino presenciais abrangidas pelo CRESS/SP 9ª região - Seccional de Presidente Prudente, que totaliza quatro unidades, todas de caráter privado.

Num segundo momento, diante do objeto desta pesquisa, identificou-se nas grades curriculares de cada unidade, as disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social⁴ e, na análise do conteúdo programático destas disciplinas, localizamos as que tratavam do método em Marx. Dessa forma, foram selecionados quatro sujeitos da pesquisa a partir do seguinte critério: ser, durante o presente ano, docente de uma das unidades de ensino e tratar no conteúdo programático da disciplina que ministra, a análise do método em Marx, assim como, a sua apropriação pelo Serviço Social. Pretendia-se garantir a participação de um sujeito de cada unidade da região, mas uma das docentes dessas unidades seria a própria pesquisadora. Considerou-se, então, como sujeito, um docente que lecionou, a disciplina no semestre anterior ao primeiro semestre de 2010⁵, ainda que ele estivesse, no momento da pesquisa, lecionando em outra unidade de ensino. Portanto, os sujeitos da pesquisa são quatro docentes de três unidades de ensino.

⁴ Foi possível observar que cada instituição distribui as disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos de formas diferenciadas, porém, como tal distribuição não interfere na pesquisa realizada, não nos ateremos a essa discussão.

⁵ O período levantado para a seleção dos sujeitos da pesquisa refere-se ao ano de 2010.

Com estes procedimentos metodológicos pretendeu-se analisar aspectos da interpretação que os docentes, lotados em unidades de ensino presenciais abrangidos pelo CRESS/SP 9ª região - Seccional de Presidente Prudente, têm sobre a categoria mediação na matriz teórica marxiana. Os propósitos que motivaram a análise podem ser sintetizados nos seguintes objetivos específicos: analisar a categoria mediação na tradição marxiana; identificar a importância da categoria mediação na perspectiva

Crítica assumida pelo Serviço Social na contemporaneidade; analisar a interpretação que os docentes, que lecionam a disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social têm com relação à categoria mediação; identificar como os docentes interpretam a categoria mediação como constitutiva do método em Marx e da ontologia a ele inerente; verificar se a interpretação da categoria mediação, por docentes da disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social, está atrelada à dimensão crítica ou conservadora em relação à sociedade burguesa.

A presente pesquisa está organizada em três capítulos que foram construídos da seguinte forma: no primeiro capítulo, retomou-se a explicação que Hegel faz do necessário rompimento com a tradição metafísica no que tange a seu distanciamento da historicidade nas explicações que apresenta sobre o ser. Esta explicação está exposta no prefácio da “Fenomenologia do Espírito” (HEGEL, 1989), em que o autor mostra a relação entre a categoria mediação e a processualidade da consciência. Apresentou-se, em seguida, através das análises de Lukács, e outros comentadores marxianos, que os escritos de Marx são marcos no rompimento com a metafísica e com idealismo hegeliano. Mostrou-se que nas obras de Marx está constituído um novo marco: a unidade entre método e ontologia que tem como um de seus constitutivos a categoria mediação. Demonstrou-se, enfim, que o estudo e apreensão da categoria mediação, assim como o método em Marx, perpassa por uma postura política, um compromisso político de superação da ordem burguesa, tendo como fundamento o materialismo histórico-dialético.

Para a construção do segundo capítulo, realizou-se uma reflexão sobre algumas mediações, que perpassam os pressupostos teóricos do Serviço Social no Brasil, desde a sua gênese (meados da década de 1930) até a contemporaneidade. Pretendeu-se, nesse capítulo, realizar uma breve trajetória sócio-histórica para mostrar a importância dos pressupostos teóricos e a sua

vinculação à uma perspectiva conservadora ou crítica em relação à ordem social burguesa. Pontuou-se sobre a mediação utilizada de forma dialógica, como uma ferramenta metodológica de incorporação conservadora, sem uma leitura político-histórica da realidade em questão. Mostrou-se, em seguida, o anseio de ruptura com o conservadorismo e a aproximação dos ideários marxianos no Serviço Social. O capítulo foi, portanto, estruturado a partir de dois grandes marcos na profissão: o conservador e o crítico, delineado a partir de sua gênese (meados da década de 1930) até 1979 e deste período até a contemporaneidade. Evidenciou-se neste capítulo, o “Congresso da Virada” como marco da construção do atual projeto ético-político profissional do Serviço Social e sinalizou-se sobre a importância da aproximação da teoria social de Marx como um novo marco teórico-metodológico no Serviço Social.

No terceiro capítulo foram apresentados aspectos da apropriação do materialismo histórico-dialético nas reflexões sobre o serviço social na contemporaneidade. Situou-se, nestas reflexões, a análise da instrumentalidade, haja vista o estatuto teórico-prático do qual se reveste o Serviço Social ressaltando-se a interpretação da categoria mediação. Neste capítulo, tratou-se ainda de analisar a pesquisa realizada em campo, trazendo dados para reflexão colhidos a partir das entrevistas realizadas junto aos docentes, sujeitos da referida pesquisa. Partiu-se, de algumas categorias de análise, nas quais verificou-se a apropriação do método dialético no contexto da teoria social de Marx e a interpretação que os sujeitos da pesquisa fazem da relação entre ontologia e método. Buscou-se analisar, também, a apropriação que os docentes - sujeitos da pesquisa – têm da categoria mediação, tanto no que tange a seus aspectos ontológicos como na sua utilização quando da análise da instrumentalidade profissional.

Este estudo teve a pretensão de contribuir para o aprimoramento do debate da categoria mediação entre os profissionais de Serviço Social, partindo da importância da categoria mediação como referencial teórico-metodológico para a interpretação da realidade, que pressupõe também uma postura política de superação da ordem social vigente - o que é fundamental para o exercício profissional do assistente social, uma vez que o projeto ético-político do Serviço Social aponta para tal superação.

1 A CATEGORIA MEDIAÇÃO A PARTIR DA UNIDADE ENTRE MÉTODO E ONTOLOGIA

Muito se fala sobre mediação em sentidos diversos com propósitos muitas vezes, também, diversos. Fala-se sobre ela no campo da gestão de recursos humanos, em gestão de conflitos; outras vezes refere-se a ela, equivocadamente, como sinônimo de relação entre teoria e prática, etc. Neste capítulo, como salientou-se na introdução desta pesquisa, nosso propósito é entender o que é a categoria mediação na perspectiva de análise da tradição marxiana. E, no âmbito dessa tradição, elege-se a perspectiva inaugurada por Lukács, na qual interpreta-se que os escritos de Marx fundam uma nova ontologia: a ontologia social. A categoria mediação, nesta perspectiva, não é apenas um elemento constitutivo do método em Marx, mas é, também, um elemento constitutivo da realidade social em seu movimento histórico. Fundamental para entender as bases sobre as quais se erige esta perspectiva é ter clareza da dialética materialista sobre a qual ela se funda. Assim, neste capítulo, procura-se, num primeiro momento, entender a gênese da dialética, na perspectiva do materialismo histórico inaugurado por K. Marx, para elucidar o sentido lógico e ontológico da categoria mediação. Este propósito nos remete, ainda que de forma sumária, à dialética hegeliana⁶, solo sobre o qual se fundam aspectos fundamentais da análise marxiana sobre a realidade social que, em seu constante movimento histórico, é constituída por inúmeras mediações.

Mediação é na perspectiva hegeliana uma categoria lógico-ontológica, que constitui e traduz aspectos singulares do movimento do Espírito em busca de sua realização no Absoluto⁷. Esta análise de Hegel rompe com noção de fixidez do universo que até, então, punha-se como aspecto basilar na filosofia ocidental e traz à tona uma nova interpretação do movimento histórico, ainda que

⁶ Na tradição marxista, interpreta-se que com F. Hegel (1770 - 1831) a filosofia clássica alemã chegou a seu ápice. E dentre as interpretações sobre a importância de seus escritos, ressalta-se um de seus méritos ou o “principal mérito, a restauração da dialética como forma suprema do pensamento” (ENGELS) Texto disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/cap02.htm>, acesso em: 12/05/2008.

⁷ Esta construção hegeliana está, sobretudo, em HEGEL, F. **A fenomenologia do espírito**: Introdução à história da filosofia. Coleção Os Pensadores. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

sobre uma base idealista⁸. As primeiras expressões dessa perspectiva de movimento dialético remontam-se à tradição heraclitiana que é, certamente, uma das fontes que torna possível entender a dialética hegeliana. Apresenta-se, então, neste estudo uma introdução à dialética hegeliana com o necessário recuo a tal tradição.

1.1 ASPECTOS DA DIALÉTICA HEGELIANA: UMA DAS FONTES TEÓRICAS PARA A APREENSÃO DA CATEGORIA MEDIAÇÃO NA TRADIÇÃO MARXISTA

Entre os filósofos pré-socráticos⁹ destaca-se, para a apreensão da dialética, Heráclito de Éfeso que, como os demais pensadores da época, na Grécia, era chamado de físico, pois tinha como objeto a *physis* – e indagava sobre a estrutura do universo perguntando-se sobre o seu elemento básico. De acordo com Bornheim (1994, p.12).

A palavra *physis* indica aquilo que por si brota, se abre, emerge, o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desdobramento, pondo-se no manifesto. Trata-se, pois de um conceito que nada tem de estático, que se caracteriza por uma dinamicidade profunda, genética.

A *physis*, a que se referem os pré-socráticos, nada tem a ver com o conceito de física que hoje nós conhecemos (BORNHEIM, 1994, p.14). Ela apresenta-se com conceito mais amplo, compreendendo tudo o que existe; o ser e a totalidade do real como *cosmos*¹⁰, do homem e da verdade.

Na análise desta totalidade, Heráclito de Éfeso destaca o movimento como inerente à ordem cósmica, comparando-o ao fogo. Assim enuncia: “tudo foi

⁸ Sobre o aspecto revolucionário desta interpretação e construção ontológica de Hegel, ver LuKács. G. **Ontologia Social: A verdadeira e a falsa Ontologia de Hegel**. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1979.

⁹ Conforme MORA (2004, p.2361), “Geralmente, se considera como primeiro período da filosofia grega o dos chamados „pré-socráticos“. Compreendem todos os pensadores e escolas filosóficas anteriores a Sócrates. Uma característica comum dos pré-socráticos é sua preocupação com o cosmo e com sua realidade última [...], razão por que o período pré-socrático é chamado também com frequência de „período cosmológico“.

¹⁰ Segundo Mora (2004, p. 594), cosmologia “é o nome que se dá a toda teoria geral ou a toda doutrina geral acerca do mundo ou cosmo [...] inteiro, isto é, acerca do mundo em sua totalidade (e às vezes, embora nem sempre, *como* totalidade). [...] Os primeiros filósofos gregos foram “cosmólogos”. Mora refere-se aos filósofos pré-socráticos como os “primeiros filósofos gregos”.

feito pelo fogo e tudo se dissipa no fogo” (BORNHEIM, 1994, p. 43), ou seja, o elemento básico do universo seria o fogo que apresenta um fluxo e mudanças constantes; está sempre em movimento, em transformação.

O fogo é um elemento e tudo se faz pelas transformações do fogo, quer por rarefação, quer por condensação. Contudo, nada explica com suficiente clareza: assim diz que tudo se faz pela oposição dos contrários, e que o todo flui como um rio. O Universo, segundo ele, é limitado, e há só um cosmos, nascido do fogo e que voltará ao fogo após certos períodos, eternamente. É o destino que quer. (BORNHEIM, 1994, p. 43).

A noção heraclitiana de que “todas as coisas estão em movimento e que esse movimento se processa através de contrários” (BORHEIM, 1994, p, 35) é retomada, no século XIX, por Hegel¹¹ em sua compreensão da realidade como vir-a-ser, como um desenvolvimento, um processo. No debate com a tradição metafísica, este filósofo critica a existência de uma essência fixa, anterior à existência. Ele considera que:

[...] a coisa não se consuma no seu fim, mas na sua atuação, e o todo efetivo não é o resultado, a não ser juntamente com o seu devir. O fim para si é o universal sem vida, assim como a tendência é o puro impulso que ainda carece de sua realidade efetiva [...]. (HEGEL, 1989, p.10)

Há que se descartar, na compreensão de Hegel, as tendências filosóficas essencialistas que partem de uma noção de fixidez, como por exemplo, as que se ancoram no idealismo platônico, pois este concebia o mundo das almas como essência, sendo anterior à vida e que seria constitutiva do indivíduo que, ao nascer, está exposto à realidade de sombras. Ou seja, para

11 Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 - 1831), nasceu em Stuttgart (Berlim), estudou teologia em Tübingen com Schelling e Hölderlin, foi preceptor em Berna (1794 - 1797) e em Frankfurt (1797 - 1800). Hegel viveu os anos de desenvolvimento da Revolução Francesa, interessando-se por problemas religiosos e políticos, e pelo iluminismo; período no qual escreveu uma de suas principais obras - “Fenomenologia do Espírito”, publicada em 1807. É considerado por muitos como o expoente do idealismo alemão do século XIX que, posteriormente, influenciou K. Marx. (MORA, 2004).

Platão a essência é anterior ao sujeito, ao indivíduo¹². Na crítica a esta perspectiva, HEGEL diz:

A significação de todas as coisas se encontrava no fio de luz que as prendia ao céu. Demorando-se no céu em lugar de permanecer neste presente, o olhar deslizava sobre ele em direção à essência divina, em direção a uma presença no além, se assim se pode falar. (HEGEL, 1989, p.13)

Faz-se necessário, para Hegel (1989, p. 13), ultrapassar essa perspectiva essencialista na qual os filósofos perdiam seus olhares no além, na essência divina e não apreendiam o movimento presente. Para estes filósofos, continua Hegel, seria necessário orientar-se pela luz divina que iluminava o seu destino; o movimento da realidade era posto, então, na penumbra. Estes indivíduos viviam na escuridão das idéias e foi

Preciso um tempo bem longo para introduzir na escuridão e confusão na qual jazia o sentido do aquém aquela clareza de que somente o supraterrâneo gozava e para tornar interessante e apreciada aquela atenção ao presente como tal, que foi chamada experiência. (HEGEL, 1989, p. 13).

Estes estudos de Hegel, para Engels (1975, p. 129), têm o mérito de ter contribuído para inaugurar:

A grande idéia fundamental de que o mundo não deve ser considerado como um conjunto de coisas acabadas, mas sim como um conjunto de processos em que as coisas, aparentemente estáveis, passam, assim como os seus reflexos intelectuais no nosso cérebro (os conceitos), por uma ininterrupta alternância do devir e do perecer, onde, finalmente, apesar de todos os aparentes acasos e momentâneos retrocessos, um desenvolvimento progressivo acaba por vir à luz. (ENGELS, 1975, p. 129)

12 A discussão sobre o mundo da essência encontra-se presente em: PLATÃO. **A República**. Fundação Calouste Gulbenkian, 9. ed. Lisboa., conforme o trecho do diálogo do livro VII: “Estes ornamentos que há no céu, na medida em que estão incrustados no visível, devíamos realmente considerá-los o mais belo e perfeito de tudo o que é visível, mas muito inferiores aos verdadeiros – muito inferiores aos movimentos pelos quais a velocidade essencial e a lentidão essencial, em número verdadeiro, e em todas as formas verdadeiras, se movem em relação uma à outra, e com isso fazem mover aquilo que nelas é essencial: são os verdadeiros ornamentos, que se apreendem pelo raciocínio e pela inteligência, mas não pela vista. Ou pensas outra coisa?” (PLATÃO).

A processualidade das coisas é, entretanto, analisada por Hegel a partir da noção de Espírito¹³ que se traduz como “puro conceito, engendramento de si por si mesmo. O Espírito que se sabe desenvolvimento como espírito é a Ciência – sua efetividade e seu reino em si mesmo constituído” (MENESES, 1985, p. 17). Outra peculiaridade do espírito, na acepção hegeliana, é que este passa por um processo de construção, em que a etapa mais alta contém as etapas anteriores, “como momentos suprassumidos” e, nesse processo, vai assimilando características culturais da história humana que foram necessárias para o desenvolvimento do Espírito Universal. (1985 p.18).

Hegel (1989, p.14) concebe, enfim, o Espírito e a consciência¹⁴ em constante movimento; nunca em repouso. Vejamos suas próprias palavras:

O Espírito] rompeu com o mundo de seu existir e do seu representar que até agora subsistia e, no trabalho da sua transformação, está para mergulhar esse existir e representar no passado. Na verdade, o Espírito nunca está em repouso, mas é concebido num movimento progressivo. (1989, p. 14).

A verdade que a filosofia procura conhecer não é nesta acepção hegeliana uma coleção de teorias dogmáticas fixas, que uma vez descobertas, devem ser guardadas na memória. Ao contrário, a verdade está no processo do conhecimento, através do longo desenvolvimento histórico da ciência, que sobe dos degraus inferiores até os mais elevados do conhecimento (ENGELS, 1880).

¹³ Sobre o Espírito (*Geist*) Inrwood (1997, p. 119) apresenta três características especiais do Espírito: “(a) não envolve uma coisa subjacente, ou substrato, mas é pura atividade; (b) desenvolve-se por estágios em formas sucessivamente superiores, primordialmente por reflexão sobre o seu estágio corrente; e (c) apossa-se, cognitiva e praticamente, do que é o outro, a natureza assim como níveis inferiores do *Geist*, e realiza-se neles. O desenvolvimento de *Geist* é concebido ora como lógico e não temporal, ora como histórico.” A partir dessa definição entendemos que para Hegel o movimento histórico constitui-se na construção do Espírito. O Espírito Absoluto seria então o fim da História. “Portanto, a história atarefava-se inconscientemente, mas necessariamente, em direção a um certo fim ideal fixado a priori e que, por exemplo, em Hegel, era a realização da Ideia absoluta: a marcha irreversível em direção à Ideia absoluta constituía, para ele, o encadeamento interno dos factos históricos. Ao encadeamento interno dos factos, ainda desconhecido, substituíam-se assim uma nova Providência misteriosa.” (ENGELS, 1975, p. 133).

¹⁴ Entende-se que o Espírito Universal adquire etapas passadas e constitui-se como a substância do indivíduo, “esse processo não significa senão que tal substância se dá a sua consciência-de-si e produz em si seu devir e sua reflexão” (HEGEL, 1989, p. 22). Hegel no prefácio de sua obra Fenomenologia do Espírito, não apresenta o conceito de consciência, assim, entendemos que a partir da experiência adquirida pelo Espírito se dá a formação da consciência, portanto, o Espírito e a consciência (esta como devir e reflexão “experimentada” pelo Espírito) encontram-se em constante movimento.

Na interlocução com a crítica à tradição filosófica, Hegel instaura, portanto, uma nova reflexão. Considera que na consciência, a riqueza do existir anterior ainda está presente na recordação, mas ressalta a importância do movimento como fonte originária da consciência. Explica que:

A substância vivente é também o ser que na verdade é sujeito ou, o que dá no mesmo, é verdadeiramente efetivo somente na medida em que é o movimento do por-se-á si mesma, ou é a mediação consigo mesma do tornar-se outra. Como sujeito, ela é a pura simples ou a duplicação que se opõe que é novamente a negação dessa diversidade indiferente e do seu oposto. O verdadeiro é unicamente essa diversidade que se reinstaura ou a reflexão em si mesmo no ser-outro. (HEGEL, 1989, p.17).

Outro aspecto a ser considerado nesta análise de Hegel refere-se à sua compreensão acerca do papel da negatividade no movimento, no âmbito da qual tem origem a mediação. A este respeito, Meneses (1985, p.18) comenta que para Hegel, o movimento tem origem na “imediatez abstrata, e na convivência e assimilação do negativo torna-se a mediação que produz um novo imediato, a substância como espírito” (MENESES, 1985, p.18). Vejamos o que diz Hegel: “A consciência de-si em si e para si é porque é em si e para uma outra consciência-de-si; isto é, só é enquanto ser reconhecido” (HEGEL, 1991)¹⁵.

A consciência só existe enquanto tal quando é reconhecida e para tanto deve negar-se para reconhecer-se como consciência; consciência se faz negando-se e recriando-se, colocando-se em movimento. E é apenas a partir da negatividade que a consciência se move, se desenvolve a fim de alcançar uma verdade absoluta. Em outras palavras, o Espírito conquista a sua verdade somente quando se encontra a si mesmo na absoluta dilaceração e nela se conserva (Hegel, 1989, p. 23). O Espírito é esse poder - de conquistar a verdade - somente quando se contempla o negativo face a face e junto dele permanece, esse permanecer é a força mágica que converte o negativo em ser. Para exemplificar este processo, HEGEL diz:

¹⁵ Hegel. **A fenomenologia do Espírito**. Texto mimeo. Traduzido para utilização na disciplina de “História da Filosofia Moderna III”, ministrada pelo Prof. Paulo Eduardo Arantes, no primeiro semestre de 1991, USP-São Paulo.

O botão desaparece no desabrochar da flor, e pode-se dizer que é refutado pela flor. Igualmente, a flor se explica por meio do fruto como um falso existir da planta, e o fruto surge em lugar da flor como verdade da planta. (1989, p. 10)

Observa-se que esse processo de criar e recriar-se ocorre em etapas que se repelem e são incompatíveis entre si, porém são momentos da unidade orgânica e não entram em conflito, mas uma existe tão necessariamente quanto a outra que constitui o todo.

Neste contexto, situa-se a categoria mediação. Assim, para Hegel (1989, p. 18), a mediação nada mais é do que igualdade consigo mesmo que a si mesma se move ou é a reflexão em si mesmo; o momento do Eu existente-para-si, a pura negatividade, ou seja, a negatividade reduzida à sua simples abstração, o simples devir.

É exatamente esse movimento da consciência que para Hegel constitui a essência. Ou seja, para Hegel a essência estaria na contradição, no devir da consciência que seria explicada a partir da história; trata-se de um movimento dialético no âmbito do qual a consciência em-si se tornaria a consciência para-si. Ressalta-se, portanto, o papel da negatividade até chegar a uma verdade absoluta, o ser consciente. Superadas as contradições, neste momento, chegaria-se a uma verdade absoluta; a história encontraria o seu fim.

Situa-se na crítica a esta e outras teses hegelianas, uma das fontes do pensamento de Karl Marx e, conseqüentemente, a interpretação materialista deste autor ao movimento dialético. A este respeito, ENGELS considera que:

A dialéctica é, em Hegel, o autodesenvolvimento da Ideia. A Ideia desenvolve-se para, através de todas as fases preliminares que estão nela incluídas, regressar a si mesma. [...] Daí advinha que a dialéctica da própria Ideia se tornava o mero reflexo do movimento dialéctico do mundo real na consciência e, deste modo, a dialéctica de Hegel foi colocada com a cabeça para cima, ou dizendo melhor, ela que se tinha apoiado exclusivamente sobre a sua cabeça, foi de novo reposta sobre os seus pés. (ENGELS, 1975, p. 127).

Necessário se faz entender, ainda que sumariamente, a apropriação crítica deste legado de Hegel por Karl Marx para que se possa, posteriormente,

estudar a categoria mediação na tradição materialista inaugurada por este autor, sobretudo, na interpretação de um dos expoentes desta tradição: Georg Lukács.

1.2 O LEGADO DE HEGEL E A CONSTATAÇÃO DO MÉTODO EM MARX

A partir do legado de Hegel, fundamental na análise da relação entre o pensamento e o ser, uma das questões candentes na filosofia moderna, formula-se um problema: “qual o elemento primordial, o espírito ou a natureza?” (ENGELS, 1975, p. 103 - 104).

Na discussão desse problema, conforme Engels, levanta-se no período em que se sucede à morte de Hegel¹⁶, dois posicionamentos: o defendido pelos idealistas, que afirmavam ser o espírito o caráter primordial na relação do pensamento com o ser; e os materialistas, que consideravam a natureza, o fato material o elemento principal nessa relação. Assiste-se, na esteira destes posicionamentos uma cisão na escola hegeliana que ficou dividida em duas alas: a direita e a esquerda hegeliana que agregava os chamados “jovens hegelianos”.

Na esquerda hegeliana critica-se os discípulos de Hegel, cujas proposições limitam-se a contraditar a religião tradicional, detentora do poder do Estado e hegemonia filosófica (ENGELS, 1975), sem criticar a burguesia ascendente. Contudo, para Engels (1975, p. 101), o que mais importa no processo de decomposição da escola hegeliana é que,

[...] a maior parte dos jovens hegelianos mais resolutos foram levados pelas necessidades práticas da sua luta contra a religião positiva ao materialismo anglo-francês. E que entraram em conflito como sistema da sua escola. Ao passo que o materialismo considera a natureza

¹⁶ Ressalta-se que Hegel, um dos expoentes do idealismo alemão viveu e acompanhou o desenvolvimento da Revolução Francesa e do Iluminismo. Porém, o Iluminismo na Alemanha possuiu características diferenciadas; embora este caracteriza-se “por seu otimismo quanto ao poder da razão e à possibilidade de reorganizar a fundo a sociedade com base em princípios racionais” (MORA, 2004, p. 1444), na Alemanha, distinguiu-se pela inexistência do movimento anticlerical, e pela presença do sentimento religioso, que objetivava reformas religiosas. Desta forma, após a morte de Hegel, a escola hegeliana ramificou-se em duas alas: os idealistas e os materialistas.

como a única realidade, esta no sistema de Hegel não é mais do que a “alienação” da Ideia absoluta, uma degradação por assim dizer da Ideia; de qualquer forma, o pensamento e o seu produto, a Ideia, são aí o elemento primordial, a natureza o elemento derivado que no fim de contas só existe graças à condescendência da Ideia. (ENGELS, 1975, p. 101).

No âmbito dessa cisão da escola hegeliana, destaca-se Feuerbach¹⁷, um pensador que despontou na discussão materialista presente nos primeiros movimentos teóricos de Marx com relação à antropologia materialista. Engels considera, entretanto, que tal empreitada de Feuerbach não acarretou uma ruptura com o sistema hegeliano, pois ele, assim como outros filósofos, não considerava o objeto, a realidade, “como actividade humana concreta, enquanto prática” humana; não reconhece o homem real, enquanto produto da própria actividade humana. Esta ruptura foi possível apenas com a solidificação de uma tendência que está “essencialmente ligada ao nome de Marx”. Nesta tendência, diz ENGELS:

[...] a ruptura com a filosofia de Hegel se produziu através do regresso ao ponto de vista materialista. O que significa que decidi conceber o mundo real – a natureza e a história – tal como ele se apresenta qualquer pessoa que o aborde sem fantasias idealistas preconcebidas; decidi-se sacrificar implacavelmente qualquer fantasia idealista impossível de conciliar com os factos, considerados nas suas relações próprias e não em relações fantásticas. (ENGELS, 1975, p. 127).

Engels (1975) considera que, ao contrário dos materialistas ditos mecanicistas, que apenas transportavam as leis da natureza para a sociedade, Marx traduz o processo de desenvolvimento histórico, com base em fatos reais, em interesses econômicos das classes sociais. O objeto principal de seus estudos é a sociedade burguesa, uma vez que vivia o triunfo da grande indústria. Essa análise

¹⁷ Feuerbach, Ludwig (1804-1872), nasceu em Landshut (Baviera); estudou teologia em Heidelberg e filosofia em Berlim, com Hegel. “Integrante da „esquerda hegeliana“, foi durante algum tempo o mais destacado e influente representante dessa tendência. Durante alguns anos, um grupo de jovens filósofos, entre os quais figurava Marx, foram todos „feuerbachianos“. [...] Feuerbach realizou numerosos estudos de história e de crítica religiosa e filosófica. Mesmo quando Feuerbach foi se afastando de Hegel, as marcas hegelianas não desapareceram completamente de seu pensamento e de seu vocabulário” (MORA, 2004, p. 1027).

tem como¹⁸. Esta análise tem como fio condutor a materialidade da produção das condições de existência e a sociabilidade burguesa que sobre ela se edifica, ou na sua tradução:

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode se formular sumariamente do seguinte modo: na produção social da sua existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau do desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e a que correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. (MARX, 1975, p. 55).

Desta forma, a partir da relação social e da (re)produção material, Marx apreende que os homens transformam e são transformados na intrínseca relação entre a (re)produção social e (re)produção material. Através de tais observações de K. Marx, Lukács (1981) afirma que, todos os enunciados concretos deste autor revelam algum tipo de ser, ou seja, são puras afirmações ontológicas. Com este propósito de análise do concreto e a partir de mediações que concorrem para constituição deste concreto, a oposição marcada entre o “idealismo hegeliano e o materialismo” é selada por Marx e Engels. Eliminam-se, na análise destes

¹⁸ Para Hobsbawm (2000), a “Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana” (p. 13). O autor prossegue afirmando que “[...] a revolução industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico, mas uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social [...]”, essa transformação “[...] ocorreu numa economia capitalista e através dela [...]” (p. 33). Hobsbawm descreve a cidade de Manchester com a implantação de indústrias e fábricas: “ Quando pensamos nela (revolução industrial), vemos, tal como os estrangeiros que visitavam a Inglaterra, a nova e revolucionária cidade de Manchester, cuja população decuplicou entre 1760 e 1830 (de 17.000 para 180.000 habitantes), onde „observamos centenas de fábricas com cinco ou seis pavimentos, cada qual com uma chaminé colossal ao seu lado, exalando negro vapor de carvão. [...] O tom da mudança industrial e a industrialização expressaram uma nova forma de sociedade, o capitalismo industrial, baseada numa nova forma de produção, a „fábrica“. (p. 53). Porém, todas essas mudanças trouxeram também transformações sociais, onde a população estava concentrada majoritariamente no campo, com a revolução industrial, com a implantação de fábricas os grandes centros urbanos passaram a “inchar”. “Numa sociedade industrial, a mão-de-obra é em muitos aspectos diferente da que existe na sociedade pré-industrial. [...] é formada em maioria absoluta por „proletários“, que não possuem qualquer fonte de renda digna de menção além do salário em dinheiro que recebem por seu trabalho. [...] que tem uma relação humana e social muito mais complexa com seu „amo“, relação essa que implica deveres recíprocos, ainda que muito desiguais. [...] A indústria trás consigo a tirania do relógio, a máquina que regula o tempo [...]” (HOBBSAWM, 2000, p.79-80).

autores, “as tendências materialistas que atuam de modo latente no interior do idealismo objetivo” (LUKÁCS, 1981, p. 88).

Posto este novo marco no rompimento com a metafísica clássica, estão dados os passos para a inversão do cogito cartesiano. O “penso, logo existo” é substituído pela para a inversão do cogito cartesiano. O “penso, logo existo” é substituído pela possibilidade da consciência apenas a partir da existência material: “Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1975, p. 55)

A partir da sociedade burguesa, em que se dá a existência material que Marx analisa, a categoria econômica aparece como a categoria de produção e reprodução da vida social. A partir dela, é possível empreender a descrição ontológica do ser social sobre bases materialistas. (LUKÁCS, 1981, p. 91).

Nessa descrição, segundo Lukács, a categoria trabalho revela-se como central, pois,

[...] desenvolve as potencialidades que estão adormecidas na natureza” e submete as forças dela “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. [...] Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si aquilo que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos, etc., existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão-somente através de um conhecimento correto, mediante o trabalho, podem ser postas em movimento, podem tornar-se úteis. Essa transformação em coisas úteis, porém é um processo teleológico [...]. (LUKÁCS, 1981, p. 92)

Com o processo histórico do ser social, a partir da posição teleológica do trabalho, segue a transformação do ser social em-si para um ser social para-si, superando uma percepção naturalista da realidade para formas sociais de compreensão dessa mesma realidade (Lukács, 1981, p. 93). Ou seja, por ser capaz de teleologia, o homem transforma a natureza para suprir a sua necessidade ao mesmo tempo em que se transforma, assim sucessivamente, transformando-se constantemente, não sendo estático; tornando-se parte integrante da natureza, desenvolvendo-se a partir do concreto-material que é a própria natureza.

Lembra o autor que, embora Marx tenha tratado da economia e que muitos - incluindo os seus seguidores - tenham duvidado de sua postura

filosófica, resumindo-se a mero economicismo, em todas suas digressões ao estudo da economia política perpassam uma apreensão filosófica. Assim, Lukács observa que, os escritos de Marx

São imediatamente obras de ciências, não de filosofia. Mas o espírito científico deles passou através da filosofia e jamais a abandonou, de modo que toda comprovação de um fato, todo conhecimento de uma conexão, não são simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata, mas partem daqui para ir além, ou seja, para investigar toda constituição ontológica. A ciência se desenvolve a partir da vida; e na vida [...] somos obrigados a nos comportar espontaneamente de modo ontológico. A passagem à cientificidade pode tornar consciente e crítica essa inevitável tendência da vida, mas pode também atenuá-la ou mesmo eliminá-la. A economia de Marx está penetrada de um espírito científico que jamais renuncia a essa consciência e visão crítica em sentido ontológico; [...] coloca-a em movimento, na comprovação de qualquer fato, de qualquer conexão [...] trata-se de uma cientificidade que não perde jamais o seu vínculo com a atitude tipicamente ontológica da vida cotidiana; ao contrário, depura-o e desenvolve-o continuamente em nível crítico, elaborando conscientemente as determinações ontológicas que estão necessariamente na base de toda ciência. [...] O combate de Marx às construções abstratas, violentadoras da realidade, que são próprias do idealismo filosófico, é um caso histórico particular. (LUKÁCS, 1981, p. 99- 100).

Dentre as determinações ontológicas elaboradas por Marx, Lukács, como já ressaltamos, destaca o trabalho. Ao refletir sobre esta categoria, mostra que, para Marx, a ação do ser social na natureza desenvolve-se a partir de mediações construídas na busca de respostas às carências que se tornam crescentemente sociais:

Ou seja, as carências do homem, dado o processo teleológico que as põe em movimento, distanciam-se do campo da natureza, do caráter orgânico, e configuram-se como sociais. O trabalho é compreendido, portanto, como relação dialética entre ser e conhecer, como campo de ampliação da consciência, no âmbito do qual vetores, antes apenas naturais, tornam-se crescentemente sociais. É nesta perspectiva que a categoria mediação figura como ontológica; constitutiva da ultrapassagem do imediato (da natureza, do orgânico) que torna possível a sociabilidade humana, confluência de historicidade e natureza. (GUEDES, 2010)¹⁹

¹⁹ Trecho extraído de discussões feitas durante uma orientação.

Configura-se, portanto, uma relação entre mediação e construção histórica da sociabilidade. Apreender este movimento, possível só com a superação do imediato, revela-se fundamental na compreensão do movimento da realidade social. Nesta perspectiva, Lukács (1978, p. 26), nos diz “toda ciência seria supérflua se a essência das coisas e sua forma fenomênica coincidisse diretamente”. Faz-se necessário, dadas as determinações ontológicas da realidade social, empreender-se na perspectiva metodológica da totalidade,

exatamente pelo fato de buscar as conexões]; e tentar apreender essa totalidade em todas as múltiplas e complexas relações, no máximo grau de aproximação possível. E a totalidade não é um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução no pensamento do realmente existente; as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas ao contrário, são, na realidade, “formas de ser, determinações da existência” (Marx), elementos estruturais de processos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, tanto no sentido extensivo quanto intensivo. (LUKÁCS, 1981, p. 103)

Marx apreende, portanto, uma ontologia materialista da natureza, que compreende em si a historicidade, o caráter processual, a contraditoriedade dialética, enfim a totalidade do ser social (LUKÁCS, 1981, p. 96). Apenas a partir deste marco teórico torna-se possível compreender a categoria mediação como constitutiva da unidade entre teoria e método.

Vimos, entretanto, que Marx ao estudar a sociedade burguesa não teve a pretensão de construir uma ontologia do ser social, nem de apreender um método - Lukács, portanto, que realizou tal sistematização no interior de seu pensamento. Vimos, também, que Marx como um “jovem hegeliano” criticou o idealismo de Hegel, assim como, mais tarde o idealismo materialista de Feuerbach e, dessa forma, construiu, a partir de observações da própria realidade burguesa, o método histórico- materialista, baseado na totalidade do ser social, na contraditoriedade, na historicidade, na dialética.

1.3 A CATEGORIA MEDIAÇÃO COMO CONSTITUTIVA DO MÉTODO EM MARX

O próprio Marx em suas obras não menciona o método como seu objeto de estudo. Suas análises partem de seu objeto de estudo, a sociedade burguesa, a partir da qual vai construindo o método de compreensão da realidade. São os seus leitores, como por exemplo, Lukács, que interpretam e demonstram a especificidade do método por ele inaugurado.

Marx desenvolve, em “Grundrisse”, uma análise sobre os elementos da Economia Política e, paralelamente, apresenta, na crítica desses elementos, o método de apreensão da dinâmica da moderna sociedade burguesa. Criticam os economistas políticos, sobretudo, Adam Smith e David Ricardo, por não considerarem o movimento histórico da realidade social. Segundo Marx, eles colocavam a “história em um estado de natureza independente”; compreendiam os fatos reais não como resultado de um processo histórico, mas como aspectos fixos e postos pela natureza. Consideravam, portanto, o indivíduo e a sociedade como resultado de um processo natural em detrimento à dinâmica da própria realidade sócio-histórica.

Ao contrário destes economistas, Marx a partir da lógica dialética fundamentada no materialismo histórico, por ele edificado, pode apreender a totalidade e mostrar em suas obras, que os aspectos da realidade não se constituem em fatos isolados, mas inseridos em um determinado contexto de relações sócio-históricas, sendo as relações materiais a base de uma sociedade. Para Marx, as relações e os significados são produtos do mundo social, na qual o homem é o próprio produtor destas relações, de uma determinada realidade. (Kosik, 1976, p.23).

Os homens - indivíduos sociais e históricos - agem a partir de uma determinada relação social, a fim de atender os seus interesses, seus objetivos, exercendo uma atividade prática. Dessa forma, segundo Kosik (1976, p. 13), a realidade “apresenta-se como campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade”. Assim:

[...] as relações e os significados são considerados como produtos do mundo social. [...] o mundo da realidade é o mundo da realização da verdade, é o mundo em que a verdade não é dada e predestinada, não está pronta e acabada, impressa de forma imutável na consciência humana: é o mundo em que a verdade devém. (KOSIK, 1976, p. 23)

A partir de sua prática cotidiana, do imediatismo de suas ações, o homem cria condições de posicionar-se em relação as suas atividades e necessidades reais, porém não possibilita a compreensão dos fenômenos, da realidade. Assim, o fenômeno possui em si a sua essência, ao mesmo tempo em que a esconde em sua imediaticidade (KOSIK, 1976), ou seja, a essência do fenômeno e sua estrutura, não se dão imediatamente - é preciso uma atividade do pensamento de decomposição do todo para a compreensão do fenômeno em sua essência.

Conforme Kosik (1976) é a partir do método dialético que se torna possível compreender a realidade, o fenômeno em sua essência.

A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob o seu aspecto imediato: submete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da praxis social da humanidade. (KOSIK, 1976, p. 21)

Trata-se, segundo Lukács (1981, p. 68), de extrair o fenômeno de sua imediaticidade, de mediar a sua dada aparência ao seu núcleo, voltar à sua essência e desta forma compreender o caráter deste fenômeno; este reconhecimento e esta ultrapassagem do ser imediato é precisamente a relação dialética.

Marx demonstra que, por um lado, é errôneo cientificamente partir da realidade social imediatamente dada. A economia começa, por certo, com a indagação da “viva totalidade” da sociedade, mas o seu desenvolvimento como ciência se expressa precisamente no fato de que ela elaborou, através da abstração e da análise, “algumas relações determinadas, abstratas, universais”. Apenas por esse caminho pode a ciência econômica retornar destas determinações simples e universais à totalidade da realidade, que precisamente agora podia ser conhecida como realidade autêntica e concreta. Esta indagação metodológica, portanto, conduz à compreensão materialista-dialética do concreto. (LUKÁCS, 1978, p. 74)

Marx parte, portanto, dos fatos sócio-históricos para compreender a realidade, e dessa forma, apresenta, implicitamente, o método de apreensão da realidade, trazendo para reflexão a categoria mediação.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida, e, em consequência, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro caminho, a representação plena é volatizada numa determinação abstrata; no segundo, as determinações conduzem à reprodução do concreto pelo caminho do pensamento. (MARX, 1857 - 1858, p. 21)

A categoria mediação, embora não explicitada, é substância da própria realidade, uma vez que múltiplas determinações concorrem para selar a “unidade do diverso”. Para entendê-la, faz-se necessário estudá-la em concomitância com os demais elementos constitutivos do método em Marx, tal como alguns de seus seguidores mais ortodoxos, como Georg Lukács, o faz; ou seja, estudá-la no âmbito das discussões sobre a totalidade, a relação entre particularidade - singularidade e universalidade. Entretanto, não é possível entender estas categorias como simples constructos metodológicos, uma vez que se referem a uma forma de ser da própria sociedade e são, portanto, ontológico-sociais.

Na apreensão de aspectos da realidade socioeconômica evidencia-se, segundo Lukács, esta unidade entre método e ontologia. Assim, as categorias constitutivas do método em Marx, e entre elas a mediação, são expressões do movimento da realidade social. Para melhor entender o que é a mediação faz-se necessário elencar, ainda que sumariamente, sua relação intrínseca com categorias como a totalidade e universalidade.

Segundo Kosik (1976, p. 41-42), a categoria totalidade elaborada pela filosofia clássica alemã é um dos conceitos centrais que distinguem a dialética da metafísica. Para este autor, Marx se apossou dessa categoria e “purgou-a das mistificações idealistas e, sob este novo aspecto, dela fez um dos conceitos centrais da dialética materialista.” Ela é mais do que a soma das partes, mais do que a sobreposição das partes que constituem uma determinada realidade social; a totalidade diz respeito à inter-relação entre as várias partes que a compõe, mantendo entre si uma relação de reciprocidade (LUKÁCS, 1978).

Conforme KOSIK (1976, p. 43-44),

[...] totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade.

Para apreendê-la faz-se necessário compreender, concomitantemente, os momentos que a compõe como totalidade concreta. Considerando a relação recíproca entre os fatos reais, a historicidade e o movimento da própria realidade, compreendemos que tais fatos não são imutáveis.

A ação recíproca que temos em mente vai muito mais além que a ação recíproca entre objetos imutáveis - ela ultrapassa-a no seu relacionamento com a totalidade. A relação com o todo torna-se a determinação condicionante da forma de objetividade de todo objeto; toda mudança essencial e importante para o conhecimento se manifesta como mudança de relação para com a totalidade e, por isto mesmo, como mudança da própria forma de objetividade. (LUKÁCS, 1981, p. 74)

Os fatos parecem isolados, mas na verdade não o são. Conforme Lessa (2005), a articulação e relação com as processualidades globais faz dos atos singulares uma singularidade da totalidade social. Kosik (1976), afirma que todo fato só pode ser compreendido no contexto de uma determinada realidade, diante de um todo; assim, todo fato, fenômeno, em sua essência ontológica reflete a relação com o todo. Ao explicar este fato, o autor mostra a importância da mediação para a apreensão de aspectos de uma dada realidade social:

Da vital caótica, imediata representação do todo, o pensamento chega aos conceitos, às abstratas determinações conceituais, mediante cuja formação se opera o retorno ao ponto de partida; desta vez, porém não mais como ao vivo mas incompreendido todo da percepção imediata, mas ao conceito do todo ricamente articulado e compreendido, O caminho entre a “caótica representação do todo” e a “rica totalidade da multiplicidades determinações e das relações” coincide com a compreensão da realidade. O todo não é imediatamente cognoscível para o homem, embora lhe seja dado imediatamente em forma sensível, isto é, na representação, na opinião e na experiência. Portanto, o todo é imediatamente acessível ao homem, mas é um todo caótico e obscuro. Para que possa conhecer e compreender este todo, possa torná-lo claro e explicá-lo, o homem tem de fazer um detour: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte. (KOSIK, 1976, p. 36).

Kosik (1976) prossegue afirmando que, embora pareça que os fatos (as partes) são separados do todo, é apenas no todo que estes são compreendidos, historicizadas e concretizadas. O contrário também é verdadeiro, considerando o método dialético - a conexão e a reciprocidade das partes com o todo - a totalidade não permanece ao nível da abstração, como um nível superior de agrupamento das partes, mas este é concretizado recriando-se na relação com as partes.

Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade. [...] A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes. (KOSIK, 1976, p. 50)

A totalidade, portanto, deve ser compreendida em relação recíproca com as partes e dessas entre si, a partir de uma determinada historicidade. Apenas dessa forma a totalidade torna-se concreta e ultrapassa o nível da abstração. Kosik (1976) alerta para a idealização do pensamento, quando se interpreta que este cria o concreto, ou ainda que, o fato, fenômeno, adquire um significado apenas na mente humana.

Assim, é possível apreender que Marx, assim como demais autores, não explicitam a categoria mediação de forma isolada, mas ao insistirem na apreensão de categorias constitutivas da realidade social como a totalidade concreta, necessariamente, ainda que de forma implícita, ressaltam a importância da mediação. Vejamos, por exemplo, o que diz Marx na crítica dos resultados dos trabalhos da economia política:

O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio e o consumo sejam idênticos, senão que constituem as articulações de uma totalidade, diferenciações dentro de uma unidade.

[...] Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma distribuição, um intercâmbio determinados e relações recíprocas determinadas destes diferentes momentos. A dizer a verdade, também a produção está por sua vez determinada pelos outros momentos. Finalmente, as necessidades do consumo determinam a produção. Entre os diferentes momentos tem lugar uma ação recíproca. Isto ocorre sempre em todos os conjuntos orgânicos. (MARX, 1857-1858, p. 20)

Outro exemplo, da importância desta categoria está em KOSIK e LUKÁCS:

[...] e a ciência [...] hoje se vê cada vez mais orientando para os processos e as relações. [...] a generalização é conexão interna dos fatos e que o próprio fato é reflexo de um determinado contexto. Cada fato na sua essência ontológica reflete toda a realidade. [...] A realidade [...] não existe a não ser como conjunto de fatos, como totalidade hierarquizada e articulada de fatos. Cada processo cognoscitivo da realidade social é um movimento circular em que a investigação parte dos fatos e a eles retorna. (KOSIK, 1976, p. 53-54).

Apenas por esse caminho pode a ciência econômica retornar destas determinações simples e universais à totalidade da realidade, que precisamente agora podia ser conhecida como realidade autêntica e concreta. Esta indagação metodológica, portanto, conduz à compreensão materialista-dialética do concreto. (LUKÁCS, 1978, p. 74)

Outra categoria que ressaltamos para a compreensão da importância da mediação é a universalidade. Segundo Lukács (1978), esta já era estudada desde Aristóteles, porém neste debate será abordado apenas a discussão da interpretação lukacsiana.

Apontamos, anteriormente, a importância do idealismo hegeliano na construção teórico-metodológica do materialismo dialético; aqui também, Hegel é indicado por Lukács (1978, p. 73) como “ [...] o primeiro a colocar o problema do particular de uma maneira correta e multilateral”, resguardadas as devidas “deformações idealistas”. Assim, Marx se apropriou devidamente das reflexões realizadas por Hegel construindo criticamente categorias sociais, baseadas em uma determinada realidade socioeconômica. Segundo LUKÁCS (1978, p.82),

[...] uma crítica que indicasse o caminho para o futuro somente poderia ser feita do ponto de vista de um ser social mais desenvolvido e de tipo diverso: no caso de Marx, daquele da democracia revolucionária e, sobretudo, posteriormente, daquele do comunismo. (LUKÁCS, 1978, p. 82)

Hegel, ao refletir e construir a Ideia partia da abstração aos fatos imediatamente dados. Segundo Lukács (1978, p. 79), a Hegel importa encontrar para as singulares determinações concretas suas determinações abstratas. Ou seja, o idealismo parte do abstrato para a reflexão do concreto. Dessa forma, o autor entende a universalidade em Hegel, como construção feita a partir do abstrato. Hegel concebe que a universalidade não seja determinada por aspectos da realidade, mas que esta seja a determinação da realidade.

[...] as deduções de Hegel devem se tornar antes aparentes, delas se devendo extrair posteriores consequências sobre o universal e o particular que pairam no ar e não são imagens reflexas abstraídas de reais situações sociais. [...] Importa a Hegel tão-somente encontrar, para as singulares determinações concretas, as correspondentes determinações abstratas. (LUKÁCS, 1978, p. 78-79)

Marx, ainda na interpretação de Lukács, realiza uma crítica à Hegel, pois ao contrário do idealismo hegeliano, àquele considera a universalidade

Como uma abstração realizada pela própria realidade e então - ela se torna uma justa ideia, isto é, quando a ciência reflete adequadamente o desenvolvimento vital da realidade em seu movimento em sua complexidade, em suas verdadeiras proporções. Mas se o reflexo deve corresponder a estes critérios, ele deve ao mesmo tempo ser histórico e sistemático, isto é, deve elevar a conceito o movimento concreto. (LUKÁCS, 1978, p. 87)

O universal, portanto, relaciona-se à realidade e é estruturada a partir desta, ou seja, a universalidade é histórica e parte de uma dada realidade sócio-histórica, a partir da qual são estruturadas as grandes leis, as grandes determinações. Assim, Marx ao afirmar que “concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações; é unidade do diverso.” (1857-1858, p.21), estabelece a unidade e articulação dialética entre universalidade, singularidade e particularidade. Lukács explica-nos o modo pela qual, através da dialética, é possível compreender as mediações entre, universal e singular.

É rico e variado o modo pelo qual a dialética de universal e particular se manifesta na realidade histórico-social e como seria falso deduzir antecipadamente destes processos, tão diversos um do outro, um esquema qualquer. A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas e, se forma leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que deste conjunto de leis pode-se retornar - ainda que frequentemente através de muitas mediações - aos fatos singulares da vida. E precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular e singular. (LUKÁCS, 1978, p. 88)

Os fatos imediatamente dados - ou seja, a singularidade - são levados à abstração através da mediação com os fatos universais, às leis universais, às grandes determinações econômicas, históricas, sociais, culturais, retornando àquele agora não mais como um fato isolado, singular, mas apreendendo-o como processo sócio-histórico, particular²⁰. Segundo Mazzeo (1989, p. 19) “na particularidade, [...] está presente um elemento de crítica, de determinação mais próxima e mais concreta de uma lei, pois nela residem as reais mediações com a universalidade.”

Ao estudarmos uma realidade social, o fundamental é situá-la no âmbito da relação universal-particular, quer dizer, a nível do modo de produção que a conforma. No caso do modo de produção capitalista - que se estrutura como universalidade - as formações sociais constituem-se enquanto particularidades, que materializam e contêm essa universalidade modo de produção capitalista. De fato, são as particularidades que dão os nexos à universalidade, que por sua vez, dá o próprio “sentido” real à singularidade, remontando-a à universalidade, enquanto concreção mesma. (MAZZEO, 1989, p. 19)

Entretanto, a partir das mediações é possível desvelar os fatos imediatos, partindo da própria realidade, entendendo-os numa totalidade e conforme um contexto sócio-histórico, político, econômico.

Marx, portanto, ao estudar a sociedade burguesa, através do materialismo- histórico, a partir do movimento concreto, considera que o modo de produção pressupõe um desenvolvimento das forças produtivas, assim como das relações sociais, que é histórico.

²⁰ Tal movimento da singularidade à universalidade ocorre ao nível da abstração, ou seja, é um movimento do pensamento, onde a apreensão dos fatos é realizada de forma dialética. Conforme Kosik (1976, p. 36), o método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do *pensamento*; é um movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. É um movimento no pensamento e do pensamento.

A análise científica do modo capitalista de produção demonstra, ao contrário, que ele é um modo de produção de tipo particular, especificamente definido pelo desenvolvimento histórico; que, do mesmo modo que qualquer outro modo de produção determinado, ele pressupõe um certo nível das forças produtivas sociais e de suas formas de desenvolvimento como sua condição histórica; condição esta que é, ela mesma, o resultado histórico e o produto de um anterior processo, do qual o novo modo de produção parte enquanto tal processo é seu fundamento dado; que as relações de produção correspondentes a este específico modo de produção, historicamente determinado (relações nas quais os homens penetram em seu processo de vida social, na criação de sua vida social), têm seu caráter específico, histórico, transitório. (MARX 1919, p. 414-415 *apud* LUKÁCS 1978, p. 85 - 86).

Ao compreender o movimento concreto e histórico do modo de produção, percebe-se que este penetra no “processo da vida social”, na criação da vida social dos homens, ou seja, são relações presentes na forma como a sociedade produz e reproduz a vida econômica, social; são determinações sociais, econômicas e históricas que incidem sobre a vida daqueles, sobre os fatos singulares, imediatos.

Acima de tudo são determinações políticas que incidem sobre a vida dos homens. Marx (2005), na “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução”, reflete, politicamente, sobre a importância das classes sociais para a emancipação do povo. Para tanto, parte da crítica ao idealismo, mostrando que a construção de um pensamento deve partir dos fatos reais, do que está posto na realidade; dessa forma, a crítica a qualquer classe social, deve ser feita a partir da própria realidade, para após ser refletida.

As revoluções precisam de um elemento passivo, de uma base material. A teoria só se realiza num povo na medida em que é a realização das suas necessidades. Corresponderá à monstruosa discrepância entre as exigências do pensamento alemão e as respostas da realidade alemã uma discrepância semelhante entre a sociedade civil e o Estado no interior da própria sociedade civil? Serão as necessidades teóricas diretamente necessidades práticas? Não basta que o pensamento procure realizar-se; a realidade deve igualmente compelir ao pensamento. (MARX, 2005, p. 152).

Em suma, a oposição a uma determinada classe social está presente na própria sociedade. Marx (2005, p. 154) expõe que, assim como a burguesia se opôs à classe clerical vigente, o proletariado surge como a dissolução

da ordem burguesa. Porém, para qualquer ordem real, é preciso um fundamento teórico, ou seja, é preciso compreender os fatos reais para que o pensamento se forme para aquele fim.

Assim como a filosofia encontra as armas *materiais* no proletariado, assim o proletariado tem as suas armas *intelectuais* na filosofia. E logo que o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente no solo virgem do povo os *alemães* emancipar-se-ão e tomar-se-ão *homens*. (grifos do autor) (MARX, 2005, p. 156)

Têm-se que, na esteira da interpretação marxiana, o trabalho é a condição para emancipação e socialização humana, porém ao refletirmos sobre a sociedade burguesa a força de trabalho do homem torna-se apenas uma mercadoria. Ou seja, se o trabalho possibilita a emancipação do homem, no modo de produção capitalista o trabalho é trocado por um salário, utilizado apenas para a manutenção do homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria para a acumulação capitalista, tornando-se, dessa forma, um ser alienado, estranhado ao processo de trabalho. Diz MARX,

O trabalho é, e será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade e, portanto, da socialidade humana. Mas o trabalho sob os auspícios da produção capitalista traz em si a impossibilidade de suplantação do estranhamento humano, uma vez que o seu controle é determinado pela necessidade da reprodução privada da apropriação do trabalho alheio, e não por aquilo que se poderia considerar necessidade humana ancorada na reprodução social liberta da posse privatizada. (MARX, 2005, p. 14-15)

Diante desse contexto socioeconômico, há uma naturalização das formas de alienação do trabalhador, ou seja, o objetivo último não é mais a sua emancipação, sua condição enquanto ser teleológico, mas apenas a sua sobrevivência biológica.

Em virtude do uso extensivo de maquinarias e da divisão do trabalho, o trabalho dos proletários perdeu todo o seu caráter individual e, em consequência, todo o estímulo para o trabalhador. Ele se torna um apêndice da máquina e dele só é exigida a habilidade mais simples, mais monótona e mais facilmente adquirida. Por isso, o custo de produção de um trabalhador é restrito, quase completamente, aos meios de subsistência que ele requer para a sua manutenção e para a propagação de sua raça. (MARX, 1998, p. 20).

Essa é uma das prerrogativas da sociedade capitalista, ou seja, a alienação do homem e o seu estranhamento ao processo de trabalho só serão extintos quando os meios de produção forem de posse coletiva, quando deixarem (meios de produção) de ser de propriedade privada.

Porém, Marx afirma que para cada avanço da burguesia há um avanço político, e dessa forma, torna as vontades, os desejos da classe burguesa, dominantes

Cada passo no desenvolvimento da burguesia foi acompanhado por um avanço político correspondente. Uma classe oprimida sob a autoridade da nobreza feudal, uma associação autogovernada na comuna medieval. Aqui, uma república urbana independente (como na Itália e na Alemanha); ali, o “Terceiro Estado” da monarquia, sujeito a impostos (como na França). Depois, no período da manufatura propriamente dita, servindo à monarquia semifeudal ou à monarquia absoluta como um contraponto à nobreza e, na verdade, pedra fundamental das grandes monarquias em geral. A burguesia, afinal, com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou para si própria, no Estado representativo moderno, autoridade política exclusiva. O Poder Executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia. (MARX, 1998, p. 12-13)

Segundo Marx (1998), a burguesia ao explorar abertamente, imprudentemente e brutalmente a classe trabalhadora, ao impor suas vontades, seus desejos, o faz de forma naturalizada, isso em todo modo de produção capitalista, em toda sociedade sob os domínios da burguesia. Ou seja, são relações sociais universais que determinam os fatos reais, são determinações econômicas que incidem sobre as determinações sociais, políticas, culturais, em uma ação recíproca.

Desta forma, através das observações e estudos sobre a sociedade burguesa -ao discutir sobre a (re)produção das relações sociais, partindo do materialismo histórico-dialético, numa apreensão de totalidade, assim como da mediação entre universalidade, singularidade e particularidade - é possível compreender a categoria mediação nas reflexões de K. Marx que, embora não tenha nenhuma obra que trate especificamente do método, aponta a categoria mediação em seus estudos sobre a sociedade burguesa.

Portanto, é possível apreender, no percurso traçado até então, que a categoria mediação tem um caráter político; a partir das observações feitas por

Marx da sociedade burguesa, esta é chamada a ultrapassar-se, uma vez que esta ordem social vigente não possibilita a emancipação da sociabilidade humana.

Uma ordem social que avilta a própria possibilidade da construção da vida humana só pode ser analisada como passível de ser superada a partir de suas próprias determinações, de seu próprio movimento, de suas próprias mediações. A categoria mediação, não é, portanto, apenas um constructo metodológico para apreensão da realidade, uma vez que, desde a sua sistematização, na perspectiva hegeliana, vincula-se à uma concepção ontológica que contradita a compreensão do universo e do ser como dotados de fixidez e de uma ordenação a ser preservada. É, portanto, uma categoria constitutiva da própria realidade que se apresenta em dimensões particulares, fragmentos; mas, cristaliza-se como totalidade orgânica e que é chamada, historicamente, a ultrapassar-se em sua totalidade. Ressalta-se, portanto, a dimensão política desta perspectiva marxiana: a necessária ultrapassagem da sociedade burguesa que não se tornará mais humana, como sonham os conservadores, a partir de meras reformas sociais fincadas em aspectos de uma realidade que não pode ser fragmentada.

Sem qualquer pretensão conclusiva, acredita-se que compreender marcos teóricos sobre os quais se constroem as bases para a virada ontológica construída nos escritos de K. Marx e a radicalidade política a ela inerente, é necessário para a compreensão da categoria mediação. Tal compreensão é de fundamental importância para apreensão de aspectos da realidade social na perspectiva de totalidade, tal como se propõe nas reflexões teóricas dos assistentes sociais na contemporaneidade e, sobretudo, para os profissionais que, no exercício da docência, se dedicam à formação de novos profissionais comprometidos com um projeto ético-político que tem sua centralidade na crítica à sociedade burguesa.

Busca-se, então, no próximo capítulo, apreender uma das mediações presentes na trajetória sócio-histórica do Serviço Social no Brasil: a relação entre aportes teórico-metodológicos e adesão a projetos ideo-políticos. Para esta análise, demarcam-se dois grandes períodos: conservador (1935 a 1979) e o período em que se inicia a construção de seu atual projeto ético-político. Este percurso faz-se imprescindível para mostrar que a interpretação metodológica não é desprovida de um caráter político, o que nos remete, posteriormente, ao

necessário cuidado com a utilização de uma categoria, que em sua aparência, é apenas constitutiva de um método, mas que se refere a um horizonte crítico com relação à sociabilidade burguesa.

2 RELAÇÕES ENTRE REFERENCIAIS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS E DIMENSÕES IDEO-POLÍTICAS: UMA MEDIAÇÃO PARA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL (1935-1979)

Reflete-se, neste capítulo, sobre algumas mediações constitutivas da construção teórico-metodológica na trajetória histórica do Serviço Social no Brasil. Entende-se que para evidenciar o sentido crítico do atual projeto ético-político e a fundamentação teórico-metodológica que o sustenta, faz-se necessário voltar à gênese dessa profissão no Brasil e acompanhar algumas mediações de sua trajetória sócio-histórica, para destacar, em seus principais aportes teórico-metodológicos, a adesão a duas grandes tendências - conservadora e crítica - no que tange à continuidade ou ruptura com a sociabilidade burguesa.

Estrutura-se, então, este capítulo a partir desses marcos - conservador e crítico- , que se delineiam, conforme a historiografia sobre o Serviço Social no Brasil²¹ , em dois grande períodos: de sua gênese (na segunda metade da década de 1930) até 1979; e dos anos 1980 até a contemporaneidade. Cabe a ressalva, apoiados na teoria Social de Marx, que o movimento histórico é constituído por continuidades e rupturas; o que não nos autoriza a afirmar que nestes dois marcos não hajam tendências diferentes, haja vista, por exemplo, algumas inflexões críticas presentes no movimento de reconceituação, no período delimitado como imbuído de conservadorismo. Contudo, parte-se deste movimento, tendo como marco o “Congresso da Virada” e, a partir da década de 1980, o adensamento da perspectiva de ruptura com o chamado Serviço Social tradicional²².

Assume-se, neste estudo, o materialismo histórico-dialético que tem como base material as relações econômicas. A partir dele, entende-se o Serviço Social de acordo com o movimento sócio-histórico, ou seja, que este perpassa a profissão, assim como delineia a sua organicidade, perfil profissional e seus pressupostos teórico-metodológicos.

²¹ Destacam-se autores como CASTRO, Manuel Manrique; AGUIAR, Antônio Geraldo de.; SILVA, Maria O. da Silva e.; IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de., referências na historiografia do Serviço Social no Brasil.

²² Segundo Netto (2007, 131) o Serviço Social tradicional tinha como fundamento as bases ético-morais, a legitimação prática dependia da intencionalidade do agente e a validação teórica não possuía relevo.

2.1 O SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL: A RELAÇÃO ENTRE SUA ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA E ADESÃO AO PROJETO CONSERVADOR

O Serviço Social, no Brasil, surge, na segunda metade da década de 1930, diante de um contexto sócio-histórico marcado pela mudança da economia agro- exportadora para a industrialização.

Dá-se, nesse contexto, a supremacia da burguesia industrial, no poder do Estado, aliada aos grandes proprietários rurais, ocorrendo, também, o crescimento do proletariado urbano, em face do desenvolvimento do modelo urbano-industrial e da capitalização da agricultura, com a conseqüente liberação de fluxos populacionais. (SILVA, 2009, p. 24)

Dessa forma, assiste-se à formação de um grande contingente de proletários que vivenciam problemas sociais advindas do modo de produção industrial, das relações sociais capitalistas, da relação capital *versus* trabalho,

[...] essa parcela da população urbana vivia em condições angustiantes. [...]. O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência. O preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo daquele nível pela progressiva constituição de um relativamente amplo exército industrial de reserva. A pressão salarial força a entrada no mercado de trabalho das mulheres e das crianças de ambos os sexos e idade extremamente prematura, o que funciona também como mecanismo de reforço ao rebaixamento salarial. [...] O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária da força de trabalho, sua e de sua mulher e filhos. Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. Dentro da fábrica estará sujeito à autoridade absoluta - muitas vezes paternalista - de patrões e mestres. [...] As frequentes crises do setor industrial, ainda emergente, são marcadas por dispensas maciças e rebaixamentos salariais, que tornam mais sombria a vida do proletariado industrial atirado ao pauperismo. Para suas necessidades de ensino e cultura ficarão, basicamente, na dependência de iniciativas próprias ou da caridade e filantropia. Numa sociedade civil marcada pelo patrimonialismo, onde apenas contam fortuna e linhagem, serão considerados cidadãos de segunda linha, com direito apenas à resignação. (IAMAMOTO, 2000, p. 128 - 130)

O Estado Novo, como analisa Silva (2009), vê-se diante de duas demandas: “absorver e controlar” o proletariado, pois estes reclamam pelos problemas sociais vivenciados diante de um pólo industrial em formação no Brasil; para tanto o Estado incorpora algumas exigências do proletariado emergente, controlando, dessa forma, os movimentos reivindicatórios dessa classe emergente, através de canais institucionais. Esta emergência do proletariado no Brasil, não se dá de forma isolada.

Ao contrário, a organização dos operários brasileiros, neste período, dá-se no contexto da reemergência de movimentos reivindicatórios na Europa e que leva a Igreja Católica a reafirmar sua interferência na dinâmica social, como já havia feito, no século XIX, diante da situação de operários que viviam condições de miséria e pobreza.²³ Segundo Guedes (2000) frente a estes movimentos operários e na interpretação da questão social que aflora de forma mais intensa com as expressões políticas que deles decorrem, o então pontífice, Papa XI, através da Encíclica *Quadragesimo Anno*, reafirma a importância da Igreja em julgar questões sócio-econômicas e destaca a importância da atenção e cuidado para os seguintes pontos: bem comum, conciliação de classes sociais, cuidando com a preservação das instituições e costumes e atitudes a serem tomadas pelos católicos para inverter a situação de miséria dos operários.

No Brasil, desde a separação Igreja-Estado com a Proclamação da República, segundo Aguiar (1995), o episcopado nacional busca formas de aproximação com o Estado; isso deve-se ao fato da Igreja definir seu lugar na nova ordem societária, num contexto onde predomina a força dos grandes latifundiários, industriais, etc. Esta preocupação, aliada ao cumprimento do disposto pelo Papa XI, leva a Igreja Católica no Brasil a propor intervenções na vida social e uma ampla formação do laicato para concretizar tais intervenções.

SILVA (2009), diz que,

²³ O marco do primeiro propósito da Igreja em interferir no problema social é a Encíclica *Rerum Novarum* (15/05/1891). “Publicada no tempo em que se assiste a crescentes revoltas dos operários frente à exploração abusiva do capitalismo monopolista, a Encíclica *Rerum Novarum* pretende atenuar a desigualdade social, sem questionar a viabilidade do capitalismo [...];reclama aos domínios da Igreja, as diretrizes que poderiam reverter os efeitos da questão social.” (GUEDES, 2000, p. 63-64)

Nesse momento da conjuntura nacional, o Serviço Social ainda é um projeto embrionário de intervenção profissional. Apresenta-se como estratégia de qualificação do laicato da Igreja católica que, no contexto do desenvolvimento urbano, vinha ampliando sua ação caritativa aos mais necessitados, para o desenvolvimento de uma prática ideológica junto aos trabalhadores urbanos e suas famílias. Procura-se, com isso, atender ao imperativo da justiça e da caridade, em cumprimento da missão política do apostolado social, em face do projeto de cristianização da sociedade, cuja fonte de justificação e fundamento é encontrada na Doutrina Social da Igreja.²⁴ (SILVA, 2009, p. 25)

Aguiar (1995) afirma que o Serviço Social, no Brasil, é fruto da intervenção da Igreja Católica no campo social.

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um *movimento social* mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no “mundo temporal” [...]. Na tentativa de recuperar áreas de influência e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa. [...] Contrapõe-se aos princípios do liberalismo e ao comunismo, que aparecem como um perigo ameaçador à sua posição na sociedade. (IAMAMOTO, 2008, p. 18)

O surgimento e implantação do Serviço Social está, portanto, atrelado à Ação Social²⁵ da Igreja Católica, a partir de um cenário industrial, que mudou o contexto socioeconômico brasileiro. Assim, a intervenção social de uma entidade organizada não se dá de forma isolada, mas devido a uma necessidade gerada no movimento da realidade sócio-histórica.

²⁴ (Nota nossa) A Doutrina Social da Igreja é um conjunto de ensinamentos do Magistério da Igreja Católica, constante em encíclicas e pronunciamentos papais, e tem como finalidade determinar critérios, princípios e diretrizes a respeito da organização social dos povos e da nação. “É o Evangelho tornado vivo e atual nos diferentes desafios da realidade social, política, econômica e cultural. Inspirado pelo Espírito Santo, o magistério da Igreja procura interpretar a mensagem evangélica diante das situações mais diversas. Assim nasce uma palavra, uma reflexão, um ensinamento, uma *doutrina* de caráter social - isto é, escrita para iluminar os problemas relacionados à condição social do gênero humano e conduzir as pessoas à busca de soluções. Resumindo, é a atualização da Palavra de Deus para os dias de hoje, traduzida na sensibilidade e na solicitude da Igreja para com aquelas situações onde a vida encontra-se mais ameaçada.”(GONÇALVES), texto disponível em: <http://www.cnl.org.br/pub/publicacoes/efd1ea4e292b2d48e30cd543f90d9dee.doc>; acessado em 28/04/2010.

²⁵ Segundo Ferreira (1940) apud Aguiar (1995, p. 32) a Ação Social “é uma ação mais ampla (do que o Serviço Social) exercida sobre a estrutura mesma da sociedade, visando transformar ou adaptar os quadros existentes de acordo com a época, o lugar, a civilização. É mais um movimento de idéias, um trabalho legislativo no qual os políticos e os juristas desempenham um papel preponderante”.

É no âmbito desta realidade que o

[...] Serviço Social nasce ligado à atuação da Igreja Católica, a serviço de sua ideologia. Além da ligação de sua prática, há sua ligação do ponto de vista teórico. Toda visão de homem se dará sob os quadros católicos, tendo como sustentação filosófica o neotomismo. Dada essa postura, teremos um tipo de formação marcadamente clara e definida. (AGUIAR, 1995, p. 30)

Ainda, segundo Aguiar (1995) o Serviço Social teve suas práticas iluminadas pelos princípios neotomistas desde 1936 até 1960, de maneira preponderante; o que se evidencia na reflexão teórica de Kfourri (1949) uma das assistentes sociais que se destacou como protagonista da profissão neste período,

A formação teórica fundamenta-se no conceito do homem e da sociedade, em função do qual os princípios filosóficos se assentam. Na maioria de nossas escolas, as bases morais e sociológicas do serviço social são informadas pela conceituação cristã de vida que tem suas fontes na doutrina social católica. Dentro desse espírito se procura estabelecer a convicção de que o Serviço Social se prende a um plano de reestruturação da sociedade e de formação dos quadros sociais, requerendo, conseqüentemente, a ação social. Firma-se, assim, o princípio de que o trabalho social lança suas raízes na justiça, sobreelevada pela caridade cristã, sem o que é impossível se atingir o bem comum e viver-se numa sociedade realmente democrática. (KFOURI, 1949 *apud* AGUIAR, 1995, p.36)

Para Guedes (2005, p. 9), os:

[...] assistentes sociais se identificavam como cristãos e se propunham conjugar a necessária fidelidade às ações prescritas pela Igreja Católica nas Encíclicas Sociais²⁶ com as técnicas inerentes à

²⁶ Até este momento a Igreja Católica tinha publicado duas grandes Encíclicas Sociais: a “*Rerum Novarum*”- Carta Encíclica sobre a Condição dos Operários, promulgada por Leão XIII em 5/05/1891 e a “*Quadragesimo Anno*”- Carta encíclica sobre a Restauração da Ordem Social e Aperfeiçoamento da Ordem Social em conformidade com a Lei Evangélica, promulgada por Pio XI em 15/05/1931. Na primeira, o Papa Leão XIII sistematiza pela primeira vez elementos da doutrina social da Igreja Católica, que terão grande influência sobre as principais Doutrinas Sociais que seguem após esta data (Wanderley, 1982). Publicada no tempo em que se assistia a crescentes revoltas dos operários frente à exploração do capitalismo, é uma Encíclica que pretende atenuar a desigualdade social, sem questionar a viabilidade do capitalismo, considerado pelo pontífice, como um sistema organizado. (WANDERLEY, 1982). A importância desta encíclica, deve-se, também ao fato de que o Pontífice a utiliza para redimensionar a atuação da Igreja sobre o mundo, ao estender a responsabilidade espiritual, antes restrita aos chefes da Igreja, a todos os cristãos. Enfatiza o necessário compromisso dos cristãos com a solidariedade que teria existido, exemplarmente, em estruturas sócio-políticas medievais como as corporações de ofício. (GUEDES, 2000). Na encíclica “*Quadragesimo Anno*”, em comemoração ao quadragésimo ano da publicação da *Rerum Novarum*, o Papa Pio XI enfatiza a importância desta doutrina e retoma seus pontos basilares. Incorpora a esses pontos, análises sobre as evoluções do socialismo frente à implementação de ações embuídas pelo espírito da caridade cristã. Reafirma a importância da Igreja julgar sobre questões sociais e econômicas. Ressalta, entre outros aspectos, que como a Igreja representa a esfera espiritual que é superior à material, a moral que dela deriva deve ser preponderante em relação ao campo econômico-social. (GUEDES, 2000). Sobre a relação entre a Ação social, as Encíclicas Sociais e o Serviço Social ver Aguiar (1984p. 17 a 19) e Castro (1986, p. 44 a 60).

prática profissional. Pretendiam, portanto, consolidar a confluência entre doutrina e técnica como fundamento do Serviço Social e, na tradução desta confluência, reafirmavam a base humanista cristã, em sua vertente neotomista. (GUEDES, 2005, p. 9)

Tendo a filosofia neotomista como pressuposto filosófico para a prática do assistente social, de acordo Guedes (2005)²⁷ a concepção de homem para os primeiros assistentes sociais, assim como o seu projeto societário, situava-se no horizonte metafísico, baseado na doutrina católica. E é a partir desta perspectiva ahistórica, fundada nos ensinamento da Igreja Católica, que eles interpretavam a questão social.

Para a Igreja, “questão social”, antes de ser econômico-política, é uma *questão moral e religiosa*. A sociedade é tida como um todo unificado, através de conexões orgânicas existentes entre seus elementos, que se sedimentam pelas tradições, dogmas e princípios morais de que a Igreja é depositária. (IAMAMOTO, 2008, p. 18)

Para Guedes (2000), estes assistentes sociais elegiam-se, a partir desta fonte doutrinária, a harmonização do capitalismo como projeto social a ser construído; o que os levava a criticar, o projeto da modernidade e o liberalismo, sob a alegação que estes postulavam pelo individualismo e possibilitavam a exploração dos operários bem como a intensificação do acirramento entre as classes sociais. Para fundamentar este projeto social utópico, tinham, como uma de suas fontes teóricas, as reflexões de Jacques Maritain²⁸ que, entre suas advertências, ressalta:

[...] o capitalismo, na sua forma atual, pode dissolver qualquer perspectiva cristã, sobretudo, porque não considera a pessoa humana e porque “o pobre é identificado ao instrumento de produção que rende e não como pessoa; o rico ademais só existe por seu lado consumidor [...] não como pessoa” (MARITAIN, 1941, p.112 *apud* GUEDES, 2005, p. 32).

²⁷ Texto disponível em: <http://www.uel.br/portal/frm/frmOpcao.php?opcao=http://www.ssrevista.uel.br>, acessado em 07/03/2010.

²⁸ Jacques Maritain (1882 – 1973) nasceu em Paris. Em 1914 “lecionou no Institut Catholique de Paris, foi professor visitante em muitas universidades, bem como professor titular em Princeton. Foi também embaixador da França no Vaticano. Representante da neo-escolástica, e em especial do neotomismo, cujas teses fundamentais explicou e defendeu – em muitos casos seguindo João de Santo Tomás -, Maritain se propõe o estabelecimento de uma metafísica cristã que, ao reafirmar o primado da questão ontológica sobre a gnosiológica, permita evitar os erros e distorções em que, a seu ver, desembocou o idealismo moderno [...]” (MORA, 2004, p. 1869).

Guedes (2005) considera, também, que os primeiros assistentes sociais brasileiros, apoiados sobretudo no neotomismo de J. Maritain e nas Encíclicas Católicas, entendiam que se o liberalismo impossibilitava os indivíduos de reconhecerem-se como pessoa humana; o comunismo e o marxismo limitavam a religião a uma mera derivação de uma estrutura econômico, material; sem nenhuma relação com a ordem divina (GUEDES, 2005). Maritain dizia:

[...] o ateísmo marxista cria, na proposta do comunismo, um ser humano sem nenhum papel supratemporal; um ser humano cuja alegria se restringe à comunidade revolucionária na qual triunfará o homem coletivo. Entende que esta linha filosófica atribui à matéria alguma coisa como a alma e a liberdade, ao mesmo tempo em que recusa Deus como fim e como regra de vida humana. (GUEDES, 2005, p. 29)

Guedes (2005) afirma, ainda, que a partir desta crítica ao comunismo e ao liberalismo, os primeiros assistentes sociais brasileiros, aderiam a proposta de Igreja Católica que era defendida por J. Maritain: a necessária reforma do capitalismo e a restauração do equilíbrio do todo orgânico, buscando o bem comum e a necessária harmonia entre as classes sociais. Com base nesta perspectiva reformista e utópica, os primeiros assistentes sociais afirmavam que era preciso trabalhar com a classe operária que teria se distanciado da perspectiva cristã; era preciso readequar o operário ao empreendimento do bem comum. Ainda nesta perspectiva reformista, defendia-se a propriedade privada como necessária e inerente à pessoa humana, mas alertava-se que era preciso conter excessos do capitalismo. É sobre essa perspectiva que:

[...] nos artigos escritos pelos primeiros assistentes sociais, destacam-se duas premissas: a defesa de um projeto societário que garantiria a harmonia entre as classes sociais; a restauração de valores cristãos e a idealização de uma prática profissional entendida como proposta educativa cujas bases estão na concepção neotomista de homem e que têm como objetivo “contribuir para uma solução mais perfeita dos problemas sociais” (FERREIRA C., 1940, p.28). A partir destas premissas, os assistentes sociais empenhavam-se em reafirmar o humanismo cristão, na sua tradução neotomista, como diretriz para formação e aperfeiçoamento profissional. (GUEDES, 2005, p. 52)

Os primeiros assistentes sociais propunham ações profissionais voltadas à harmonização do capitalismo (bem comum); a busca pela “realização na esfera atemporal” (Guedes, 2005) e à preservação da pessoa humana. Para atender

a estes propósitos, interpretavam-se a atuação profissional como um processo educativo que, dado o contexto sócio-histórico vigente que o engendrava, inseria-se no quadro das ações profissionais necessárias para a preservação da ordem social vigente.

Diante destes propósitos e do contexto sócio histórico que favoreceu a emergência do Serviço Social como profissão no Brasil, segundo lamamoto (2008, p. 21), se dá partir de bases mais doutrinárias que técnico-científicas, que visavam a manutenção da realidade baseada no reformismo-conservador, ou seja, tratava-se de uma intervenção profissional que visava a conservação da realidade socioeconômica vigente, segundo YASBEK:

O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática, é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade e, nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista. (YAZBEK, 2009, p. 147)

É evidente que a atuação profissional dos assistentes sociais buscava a reforma da sociedade capitalista, pois considerava que esta, embora fosse justa, não deveria cometer excessos (exploração em excesso, individualismo, etc.). A ação dos assistentes sociais tinha como objetivo trabalhar com os males sociais (questão social) evitando a desordem moral e social, contemplando uma sociedade harmônica. Tais mediações concorrem para que o pressuposto teórico-filosófico neotomista fosse hegemônico na fundamentação sobre a prática profissional do Serviço Social durante a sua gênese. Com a consolidação da profissão no início de 1940, os assistentes sociais, que tinham o referencial neotomista, ressentiam-se da necessidade de ter um referencial técnico. Inicia-se o que lamamoto chama de arranjo teórico-doutrinário²⁹.

A resposta às necessidades de atualização técnico-científicas dos assistentes sociais, no início da década de 1940, foi buscada através da recorrência ao aporte técnico desenvolvido por autores do Serviço Social norte-americano, o que

²⁹ Segundo lamamoto (2008, p. 21) “O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa dessa ação - o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão „especial”, voltada para os elevados ideais de „serviço ao Homem”.

foi facilitado, segundo Aguiar (1995), pela política da “boa vizinhança”³⁰ implementada pelos Estados Unidos com os países da América do Sul.

Até o início da 2ª Guerra, o Brasil mantinha um maior relacionamento com os países europeus e, em particular, com a Alemanha e a Inglaterra. Essas relações sempre foram cultivadas pelo governo de Vargas, pois a maioria de seus ministros nutriam simpatia pela posição nazista alemã. Os Estados Unidos procuram aproximação com o Brasil e encontram no Ministério das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, um aliado. Em 1939, em missão aos Estados Unidos, o ministro consegue resolver o problema cambial e faz acordos militares. [...] Dentro dessa política de aproximação do Brasil por parte dos Estados Unidos, o governo norte-americano, em 1940, coloca à disposição do Brasil empréstimos a longo prazo em troca de garantias para suas bases militares. Assim como houve os acordos na área financeira, aconteceram os da área cultural. (AGUIAR, 1995, p. 58-60)

Sob o discurso de que para superar o subdesenvolvimento brasileiro era preciso um crescimento econômico - via industrialização - os Estados Unidos, através da ONU (Organizações das Nações Unidas), passa a intervir nas decisões políticas, econômicas e sociais do Brasil. Uma das formas de viabilizar esta intervenção foi a celebração do convênio MEC/Usaid³¹, através do qual, o Brasil passa a depender das orientações norte-americanas voltadas para o desenvolvimento brasileiro. Tal intervenção se dá a partir da educação a nível superior³².

Segundo Aguiar (1995), o Serviço Social no Brasil ao incorporar as técnicas do Serviço Social norte-americano, incorpora, também, o pressuposto teórico positivista/funcionalista sobre o qual elas se erigem. Para o autor

A presença norte-americana se fará através de técnicas para o agir profissional, técnicas essas que terão como pressuposto teórico o funcionalismo. Na segunda metade da década de 40 e no início da de 50, constatamos a presença da filosofia tomista aliada às técnicas norte-americanas. Nesse período não haverá ruptura radical da ideologia católica, pelo contrário haverá uma convivência das duas posições: o Serviço Social permanece na base dos princípios católicos e neotomistas, inclusive via Estados Unidos e ao mesmo tempo incorpora as técnicas norte-americanas. (AGUIAR, 1995, p. 57-58).

³⁰ Trata-se de uma política que visava, sobretudo, garantir que os ideários nazista-alemão (comunismo) não perpetuasse no Brasil e nos países da América do Sul

³¹ MEC/Usaid: Ministério da Educação e United States Agency for International Development.

³² Sobre o convênio MEC/Usaid: http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Clarice_da_Costa_Carvalho_e_Wellington_Alvim_da_Cunha_Particularidades_de_Minas_Gerais_no_processo_mercantilizacao_Ensino_superior.pdf, acessado em 17/05/2010.

Soma-se, então, aos métodos de intervenção norte-americanos de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade a manutenção de um projeto de ação profissional “fundado no reformismo conservador e na base filosófica aristotélica-tomista” (Iamamoto, 2008, p. 28).

Aguiar (1995) afirma que as mudanças ocorridas no Serviço Social apontam para uma prática com importação de técnicas de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Afirma, também, que

O Serviço Social de Caso recebeu, de início, uma influência da Sociologia, mas é a Psicologia que fundamentará esse método; há preocupação com o indivíduo, suas emoções e sua personalidade. *Isso se fez possível dado o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, o que não era e não é o caso do Brasil.* Mas, como o Serviço Social brasileiro carecia de um aparato instrumental, o Serviço Social americano aparece como solução. E essa influência virá até nós pelas bolsistas, que foram estudar na América do Norte. (AGUIAR, 1995, p. 60) [grifo nosso]

Tendo como pressuposto teórico o positivismo/funcionalista (importado dos Estados Unidos da América), os assistentes sociais atuavam conforme tal fundamentação teórica, na qual, entende-se que a sociedade é regulada por leis naturais, portanto, invariáveis, independentes da vontade humana; compreende-se que os proletários deveriam entender a naturalidade indispensável da concentração de riquezas por uma classe social. “Obviamente, se essa sábia resignação for compartilhada por todos e, particularmente, pelo proletariado, teremos solidamente consolidado a ordem pública.” (LÖWY, 2000, p. 40).

Punha-se, já a partir da década de 1950, uma política estatal fundada na defesa do desenvolvimentismo³³. O Serviço Social, atendendo às necessidades geradas por esta política, adere ao desenvolvimentismo. Dessa forma, o Serviço Social incorpora, dessa forma, uma perspectiva metodológica que engessa a realidade, como se fosse possível sanar as disfunções³⁴ e problemas sociais,

³³ Segundo Iamamoto e Carvalho (2000, p. 341), o desenvolvimentismo como política do Estado, define-se “ [...] por meio da busca da expansão econômica, no sentido de prosperidade, riqueza, grandeza material, soberania e ambiente de paz política e social, e de segurança - quando todo o esforço de elaboração de política (política econômica) e trabalho são requeridos para eliminar o pauperismo, a miséria, elevando-se o nível de vida do povo como consequência do crescimento econômico atingido. O problema central a atacar seria, nesse sentido, o atraso, do qual decorre a posição secundária ou marginal ocupada pelo Brasil dentro do sistema capitalista; e a superação do atraso - a expansão econômica - se integra à expansão do próprio sistema capitalista global”

³⁴ A partir da perspectiva funcionalista tinha-se a noção de função, ou seja, as instituições, classes sociais, uma instituição política, etc., desempenhavam uma determinada função no contexto social, na sociedade. Dessa forma, se algum elemento constitutivo desta funcionalidade apresentasse uma

numa perspectiva funcionalista, atrelada aos interesses hegemônicos da classe burguesa, preservando o desenvolvimentismo e o progresso da nação.

Guedes (2005) afirma que, se na gênese da profissão o Serviço Social atuava a nível individual, focal; no período que antecede ao regime ditatorial militar, esse passa a discutir sua atuação a nível macrossocial, inserindo-se nos planos desenvolvimentista do país, ou seja, a profissão passa a discutir sobre sua funcionalidade na sociedade capitalista em sua fase desenvolvimentista.

É importante salientar, que mesmo aderindo ao desenvolvimentismo, os assistentes sociais reafirmam o conservadorismo cristão que inspirava a reflexão sobre suas ações profissionais quando da gênese do Serviço Social no Brasil. Reafirmava-se que o desenvolvimento seria desejável desde que o ordenasse sob um fim temporal, divino e eterno (GUEDES, 2005). É um período em que Igreja Católica também adere ao desenvolvimentismo conclamado por organismos internacionais; conciliando, dessa forma, as técnicas norte-americanas à perspectiva humanista cristão. (GUEDES, 2005).

No final da década de 50, o temor ao progresso, nas reflexões teóricas dos assistentes sociais, é substituído pela ênfase à necessária adesão ao desenvolvimento e, conseqüentemente, ao progresso de todos os povos. Este novo posicionamento advém, sobretudo, de dois fatores: a adesão do Serviço Social às programáticas de desenvolvimento de comunidade propostas pela ONU³⁵ e pela OEA³⁶, e a fidelidade ao posicionamento da Igreja

disfunção, este deveria ser alvo de intervenção profissional, afim de readequá-lo à sua função (MORA, 2004).

³⁵ Segundo Ammann (1997), a ONU no contexto que se instaura após 2ª Guerra Mundial - com a deflagração da guerra fria e a hegemonia do mundo bipolarizado-, propõe seu método: "o esforço de ajuda mútua para que todos alcancem um nível de vida econômico sadio [...] e elimine os focos do comunismo" (AMMANN, 1997, p.30). A justificativa para ações propostas pela ONU, a partir deste método, vinculam-se à necessária erradicação da pobreza. Argumentava-se que esta apresenta-se "como entrave e ameaça, tanto para as populações mais pobres como para as mais ricas, uma vez que os povos famintos supostamente têm mais receptividade para a propaganda comunista internacional" (AMMANN, 1997, p.29). Dentre as estratégias utilizadas para viabilizar estas ações, Ammann (1997) cita: a criação da OEA, através da qual os Estados Unidos e o Canadá forneceriam convênio com o Brasil para "incremento da produção de gêneros alimentícios", visando acabar com a fome" (ante-sala para o comunismo); o acordo (em 1945) sobre educação rural (Ministério da Agricultura e Inter American Educational Foundation). Este acordo propõe o intercâmbio de educação, idéias e métodos pedagógicos entre os dois países e, partir dele, nascem as "missões rurais", traduzidas como "técnica de trabalho em campo". Novos acordos se seguem e através destes a ONU reafirma seus propósitos e se empenha na divulgação do Desenvolvimento de Comunidade como medida eficaz para integração dos planos de desenvolvimento econômico regionais e nacionais. Sobre a realização destes Seminários e OEA, ver CASTRO (1984, p. 153 a 157).

³⁶ Segundo Castro (1984), a OEA, influi decisivamente na formação dos assistentes sociais no que tange ao desenvolvimento de comunidade, do planejamento e da prática profissional integrada em equipes multidisciplinares. Porém, para o autor, estas influências devem ser analisadas como integrantes de uma "ampla estratégia com a qual os países desenvolvidos – e especialmente os Estados Unidos – procuravam criar as condições [...] mais propícias para integrar e dinamizar o desenvolvimento do capitalismo e o

Católica que, nesta época, sobre o pontificado do Papa João XXIII, substitui a condenação dos erros do mundo moderno pela ênfase no necessário engajamento dos cristãos no progresso com vistas a orientá-lo para o benefício da pessoa humana.(GUEDES, 2005, p. 91-92).

As ações profissionais deveriam voltar-se ao conhecimento dos problemas sociais vividos pela classe proletária, pela massa subdesenvolvida, buscando o seu desenvolvimento; porém, conforme Guedes (2005), entendia-se que tais ações não deveriam ser separadas da necessária “humanização do progresso técnico do país”. Procurava-se, então, conjugar o desenvolvimentismo, humanismo cristão e os pressupostos positivistas/funcionalistas. O Serviço Social deveria atuar, portanto, na busca pelo bem comum, inserindo todos os indivíduos no protagonismo necessário ao desenvolvimento do país (GUEDES, 2005). A adesão ao projeto desenvolvimentista teria como objetivo a realização do bem-comum.

Dessa forma, os Assistentes Sociais pretendiam direcionar suas ações (de caso, grupo e comunidade) de forma a garantir a harmonia social, a adesão da classe trabalhadora aos objetivos da burguesia, pois mantendo a harmonia e a ordem social, sem revoltas daquela classe, garantiria-se, conseqüentemente, o progresso e o desenvolvimento.

O Serviço Social não se preocupa mais em denunciar a desordem social decorrente das mudanças impostas com a dinâmica do capitalismo, mas se preocupa com a necessária adesão e participação de todos os membros da sociedade em ações voltadas para a superação de situações que inviabilizariam o desenvolvimento social. (GUEDES, 2005, p. 87-88).

Os assistentes sociais - tendo como mediações o contexto socioeconômico brasileiro, a adesão do Brasil ao desenvolvimentismo, salientado pela ONU e pelo convênio MEC/USAID, apoiado pela Igreja Católica e a

mercado latino-americano sob sua hegemonia financeira”. Para o autor, enquanto “tudo isto se desenrolava, na América Latina existiam apenas umas poucas profissões aptas para se adequarem a estas novas demandas. E isto entre aquelas de maior prestígio – a medicina, a advocacia, a arquitetura - , mas também entre aquelas que tendiam a se alocar nos escalões médios ou inferiores da administração pública – a pedagogia e o Serviço Social. Por isto, durante uma primeira etapa, que se conclui em meados dos anos cinqüenta, compreende-se tenham sido estes os profissionais que receberam formação especializada em nível de pós-graduação (tanto em planejamento como em administração e, ainda mais especificamente, em desenvolvimento de comunidade”. (CASTRO, 1984, p. 129 a 130).

consequente incorporação da teoria social positivista/funcionalista -, propunham uma intervenção profissional voltada para adesão e melhoria da ordem social vigente sob a idealização de que tal ordem pudesse ser orientada para o bem-comum.

Na expectativa de construção de respostas profissionais às exigências postas pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no período da autocracia burguesa³⁷, representantes da categoria profissional de assistentes sociais ressentem-se da necessidade de adequar referenciais teóricos das ações profissionais às exigências postas pelo capital, em sua fase desenvolvimentista; promovem, então, seminários³⁸ de discussão e teorização do Serviço Social, sendo eles: Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista. Numa perspectiva que Netto (2007) denomina de modernização conservadora encontram-se os dois primeiros seminários - Araxá e Teresópolis.

No primeiro destes seminários, o realizado em Araxá³⁹, registra-se uma tentativa de conciliar a perspectiva humanista cristão, o positivismo/funcionalismo, postulados do neotomismo⁴⁰. Trata-se de um esforço de teorização do Serviço Social que compreende: “[...] a busca de análise e síntese dos seus componentes universais, dos seus elementos de especificidade e de sua adequação ao contexto econômico-social da realidade brasileira.” (CBCISS, 1986, p.

³⁷ Segundo Netto (2007), a autocracia burguesa corresponde ao período da Ditadura Militar (1964-1985), na qual o Estado que se estrutura após o Golpe Militar de 1964 “expressa o rearranjo político das forças socioeconômicas a que interessam a manutenção e a continuidade [do padrão de dominação burguesa] [...]. Tal Estado concretiza o pacto-revolucionário exatamente para assegurar o esquema de acumulação que garante a prossecução de tal padrão [...] readequando-o às novas condições internas e externas que emolduravam, de uma parte o próprio patamar a que ele chegara e, de outra, o contexto internacional do sistema capitalista [...]. Readequado, aquele esquema é definido em proveito do grande capital, fundamentalmente dos monopólios imperialistas.” (NETTO, 2007, p. 27).

³⁸ Para saber mais sobre tais encontros ver: NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

³⁹ O Seminário de Araxá foi o primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social, “promovido pelo CBCISS na estância hidromineral de Araxá (MG), entre 19 e 26 de março de 1967.” (NETTO, 2007, p. 164).

⁴⁰ De acordo com o Documento de Araxá (CBCISS, 1986, p. 29-30), para situar a metodologia de ação da profissão, “há que se enunciar os princípios e postulados que a fundamentam”. Portanto, procurou-se classificar tais princípios, “enunciando-se sob a forma de postulados os que representam os pressupostos éticos e metafísicos para a ação do Serviço Social [...]”. Dentre os postulados estão: “a) *postulado da dignidade da pessoa humana* [...]; b) *postulado da sociabilidade essencial da pessoa humana* [...]; c) *postulado da perfectibilidade humana* [...]. É visível, neste trecho do Documento de Araxá, que a filosofia neotomista continua presente na metodologia de ação do Serviço Social. Netto (2007, p. 169), afirma que “os postulados [...] derivam diretamente do neotomismo, com seu eticismo inteiramente abstrato e a-histórico [...]”.

19). É explícita nos Anais deste Seminário, “Documento de Araxá”⁴¹, a preocupação da categoria profissional em adequar a teoria e prática do Serviço Social ao contexto sócio-histórico do período, como vemos, também, no trecho a seguir:

Ressaltando como fundamental a integração do Serviço Social no processo de desenvolvimento, propõe uma abordagem técnica operacional em função do modelo básico do desenvolvimento, abrindo novos horizontes para uma presença atuante que venha a constituir-se em plena resposta ao desafio do momento presente. (CBCISS, 1986, p. 21).

Ainda na introdução do referido Documento, especifica-se que o objetivo da intervenção do assistente social na realização da pessoa humana:

No seu dinamismo intrínseco, desafiado pelas exigências do processo de desenvolvimento, o Serviço Social vem buscando integrar-se nessa realidade em mudança como um, entre outros, instrumento eficaz para propiciar ao homem meios à plena realização de sua condição humana. Esta tentativa de integração do Serviço Social se processa através de revisões contínuas de seus objetivos, papéis, funções e metodologia de ação. (CBCISS, 1986, p. 19)

Segundo Guedes (2005) neste esforço reflexivo sobre um referencial teórico- prático do Serviço Social encontra-se a recorrência ao humanismo cristão, sobretudo na ênfase à realização do indivíduo como pessoa humana, vinculando tal realização a um suposto progresso social; o que evidencia, também, a perspectiva positivista/funcionalista presente nestas reflexões. Propunha-se que “[...] as ações profissionais estivessem associadas [...] à necessária integração social e à superação de quadros não desenvolvidos.” (Guedes, 2005, p. 105); e que os objetivos operacionais⁴² do Serviço Social fossem:

a) identificar e tratar problemas ou distorções residuais que impedem indivíduos, famílias, grupos, comunidades e populações de alcançarem padrões econômico-sociais compatíveis com a dignidade humana e estimular a contínua elevação desses padrões; b) colher elementos e elaborar dados referentes a problemas ou disfunções que estejam a exigir reformas das estruturas e sistemas sociais. [...]. (CBCISS, 1986, p. 27)

⁴¹ As discussões realizadas nos Seminários de Teorização do Serviço Social resultaram em Documentos com relatos de tais discussões

⁴² O Documento de Araxá traz em seu capítulo 1 - “ Considerações sobre a natureza do Serviço Social”, os “Objetivos do Serviço Social”, que eram os “objetivos remotos e objetivos operacionais”, “entendidos como fins imediatos e intermediários”. (CBCISS, 1986, p. 27).

Para Netto (2007, p. 176), “existe uma clara dominância teórica a enformar o Documento de Araxá - é o referencial estrutural-funcionalista.” Diz o autor:

As “disfunções” colocam-se como objeto de intervenção justamente porque o equilíbrio dinâmico do sistema guarda potencial para corrigi-las (e mesmo preveni-las). As dissincronias no ritmo de mudanças nos vários subsistemas, ainda que não totalmente previsíveis e controláveis, mostram-se equacionáveis como campos de processos que são passíveis de programação corretiva. (NETTO, 2007, p. 177)

Dessa forma, fatos como a presença norte-americana, através do convênio MEC/Usaid; a conseqüente incorporação da teoria positivista/funcionalista; assim como as exigências e orientações traçadas pela ONU, com o apoio da Igreja Católica; os assistentes sociais, buscando adequar a prática profissional às exigências do desenvolvimentismo, apropriam-se do referencial teórico citado acima por Netto, para subsidiar as intervenções profissionais.

É importante salientar, também, que no Documento de Araxá é explícito a intervenção terapêutica, psicossocial, no uso das técnicas do Serviço Social de Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade. Lê-se no documento: “[...] o Serviço Social de Caso deve ser utilizado naqueles setores e com aqueles indivíduos que [...] o tratamento social à base do relacionamento assistente social/cliente.” (CBCISS, 1986, p. 33). Observa-se, também, a recorrência a uma tendência, presente no Serviço Social neste período e que assemelha-se a uma terapêutica de grupo:

O Serviço Social de Grupo é um processo de Serviço Social que, através de experiências propositadas, visa a capacitar os indivíduos a melhorarem o seu relacionamento social e a enfrentarem de modo mais efetivo seus problemas pessoais, de grupo e de comunidade. (KONOPKA, 1963, *apud* CBCISS, 1986, p. 34)

Afirma-se, ainda que “as pessoas necessitam de ajuda, às vezes profissional, para desenvolverem ou aperfeiçoarem suas potencialidades de relacionamento.” (CBCISS, 1986, p. 34), evidenciando, dessa forma, a intervenção terapêutica, personalista na dinâmica assistente social/cliente, embora o fim último traduzia como: “capacitar os membros do grupo para uma efetiva participação no

processo global.” (CBCISS, 1986, p. 34), estabelecendo “formas de integração popular no desenvolvimento do País.” (CBCISS, 1986, p. 26)

No Documento de Araxá, além da referência à uma necessária intervenção do Serviço Social em dois níveis de atuação: micro-atuação e macro-atuação⁴³, há um capítulo, cujo título é “Serviço Social e a realidade brasileira”, que pretende tratar do necessário conhecimento da realidade brasileira para uma inserção adequada do Serviço Social, “no seu esforço atual de reformulação teórico-prática” (CBCISS, 1986, p. 41). Mas, segundo Netto (2007, p. 175), tal discussão sobre a realidade brasileira aparece no referido Documento “à moda do garçom da Santa Ceia - ninguém a localiza [...]”, ou seja, nada se constrói em relação a esse tema, citado no documento apenas como a necessidade do “diagnóstico da realidade nacional, diagnóstico este indispensável a um planejamento para a intervenção na realidade brasileira, com vistas à implantação das necessárias mudanças.” (CBCISS, 1986, p. 41); sob a perspectiva do “desenvolvimento harmônico do homem” exigindo “que sua adequação à realidade seja uma constante.” (CBCISS, 1986, p. 44). Portanto, é visível que o Seminário de Araxá, assim como de Teresópolis, como veremos, brevemente, a seguir, não passaram, segundo Netto (2007) de uma modernização conservadora,

Uma vez que não se rompe profunda e conseqüentemente com o tradicionalismo, seus traços rebatem e repicam na justificação da ação interventiva, na delimitação dos meios e objetos de intervenção e na própria representação da funcionalidade da profissão. (NETTO, 2001, p. 177).

Assim como o Seminário de Araxá, o de Teresópolis⁴⁴ consolida, também, a modernização conservadora, objetivando a construção de uma intervenção profissional técnico-burocrática, uma “concepção científica da prática do serviço social” (CBCISS, 1986, p. 54). NETTO (2007), diz sobre o Documento de Teresópolis:

⁴³ O nível de micro-atuação é essencialmente operacional, compreendendo as funções de Serviço Social aos níveis de administração e prestação de serviços diretos. O nível de macroatuação compreende a integração das funções do Serviço Social ao nível de política e “planejamento para o desenvolvimento. Essa integração supõe a participação no planejamento, na implantação e na melhor utilização da infra-estrutura social.” (CBCISS, 1986, p. 31).

⁴⁴ O Seminário de Teresópolis, ocorrido entre os dias 10 a 17 de Janeiro de 1970, também resultou em um Documento, para saber mais consultar: CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS. Teorização do Serviço Social: documentos Araxá, Teresópolis, Sumaré. 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986. E: NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992.

[...] nele, o “moderno” triunfa completamente sobre o “tradicional”, cristalizando-se operativa e instrumentalmente e deixando na mais secundária zona de penumbra a tensão de fundo que subjazia no texto produzido em Araxá. No Documento de Teresópolis, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas sobretudo como pauta interventiva. Há mais que continuidade entre os dois documentos: no de Teresópolis, “o moderno” se revela como a conseqüente instrumentação da programática (desenvolvimentista) que o texto de 1967 avançava. (NETTO, 2007, p. 178).

Diferentemente, da discussão realizada em Araxá, em Teresópolis, as discussões partiram de textos prévios, entre eles, o de José Lucena Dantas⁴⁵, o qual procura sistematizar uma metodologia de ação, “para que a prática profissional do Serviço Social se desenvolva e adquira um nível mínimo de cientificidade” (DANTAS, 1978, p. 63 *apud* NETTO 2007, p. 181).

[...] a reflexão desenvolvida em Teresópolis configura, no privilégio à questão da “metodologia”, a exclusão de vieses tendentes a problematizar a inserção do Serviço Social nas fronteiras dos complexos institucional- organizacionais que promoviam o processo da “modernização conservadora”. Os valores ideoculturais que embasam a visão de Araxá não são ultrapassados, a noção de desenvolvimento permanece; [...] o que está no centro das formulações, aqui, não são teorias, valores, fins e legitimidade [...], mas sim a determinação de formas instrumentais capazes de garantir uma eficácia da ação profissional apta a ser reconhecida como tal pelos complexos institucional-organizacionais. Em Araxá, coroa-se uma indicação do sentido sociotécnico do Serviço Social; em Teresópolis, cristaliza-se a operacionalidade deste sentido: [...] consolida-se o seu trato como conjunto sistematizado de procedimentos prático-imediatos suscetíveis de administração tecnoburocrática. (NETTO, 2007, 190).

Dessa forma, o desenvolvimento deste Seminário desenha-se sobre este aspecto mais técnico-burocrático, de estabelecimento de metodologias de ação, conforme os três pontos de estudo, que nortearam as discussões dos assistentes sociais participantes do II Seminário - que pela própria denominação “Metodologia do Serviço Social”, esperava-se uma reflexão/discussão mais modernizadora, do que o “texto orgânico” (NETTO, 2007, p. 177) apresentado no Documento de Araxá:

45 Segundo Netto (2007), além do texto de José Lucena Dantas, outros dois textos basearam a discussão, porém, nenhum deles “estava sincronizado àquele momento de maturação do processo de renovação do Serviço Social no Brasil” (NETTO, 2007, p. 180). Já “Dantas ofereceu ao debate uma concepção extremamente articulada da “metodologia do Serviço Social”, efetivamente a mais compatível com a perspectiva modernizadora - perspectiva da qual, aliás, foi o mais conseqüente e profundo teorizador.” (NETTO, 2007, p. 180).

[...] o seminário se concentraria no estudo de apenas três pontos: 1. Fundamentos da metodologia do serviço social. 2. Concepção científica da prática do serviço social. 3. Aplicação da metodologia do serviço social. (CBCISS, 1986, p. 54).

Porém, segundo Netto (2007, p. 183) “as problemáticas ideológicas são escamoteadas, com o seu deslocamento para o terreno burocratizado da instrumentação técnico-profissional.” E, prossegue:

[...] Dantas forneceu as mais adequadas respostas a duas demandas que à época amadureciam no processo renovador: a requisição de uma fundamentação “científica” para o Serviço Social e a exigência de alternativas para redimensionar metodologicamente as práticas profissionais. (NETTO, 2007, p. 183)

Portanto, a reflexão de Dantas e as discussões realizadas pelos assistentes sociais no Seminário de Teresópolis trazem à tona a cientificidade do Serviço Social, “o caráter „científico” da prática é identificado a uma racionalidade manipuladora, que pode ser desmontada em operações singulares e regulares passíveis de controle burocrático-administrativo. (Netto, 2007, p. 188); baseando-se visivelmente numa teoria positivista/estruturalista, numa perspectiva de modernização conservadora e atendendo às necessidades da realidade brasileira (desenvolvimentismo), visível em um trecho do “Relatório Final” do CBCISS (1986, p. 56), do Documento de Teresópolis:

O CBCISS submete à crítica dos assistentes sociais os resultados do Seminário de Teresópolis e espera haver contribuído de alguma forma para o desenvolvimento de um Serviço Social que responda cada vez mais às necessidades do Homem Brasileiro. (CBCISS, 1986, p. 56)

Netto (2007, p. 192) aponta que as discussões realizadas no Seminário que ora tratamos, aborda uma necessária requalificação do assistente social, definindo o perfil sócio-técnico da profissão e a inscrevendo no circuito da “modernização conservadora”, repondo em nível mais complexo os vetores que deram a tônica na elaboração de Araxá. NETTO (2007) avalia ainda que:

O Documento de Teresópolis equivale à plena adequação do Serviço Social à ambiência própria da “modernização conservadora” conduzida pelo Estado ditatorial em benefício do grande capital e às características socio- econômicas e político-institucionais do desenvolvimento capitalista. (NETTO, 2007, p. 193).

O mesmo autor salienta a funcionalidade do Serviço Social⁴⁶ à necessidade do capital, numa prática interventiva de correção daquelas disfunções que impedem o desenvolvimento do país. Conclui que os Seminários de Araxá e Teresópolis configuraram a adequação do Serviço Social ao projeto e à realidade brasileira, na perspectiva da modernização conservadora, contribuindo para o processo renovador da profissão, “balizando novas exigências e condições para a sua reprodução enquanto categoria e para o seu exercício enquanto técnico assalariado” (Netto, 2007, p. 193). Porém, Netto (2007) afirma que em meados da década de 70, haja vista o contexto sócio-histórico brasileiro que discutiremos a seguir, a categoria profissional desloca a sua discussão da perspectiva modernizadora, mais especificamente nos Seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista. O autor explica que esta perspectiva sofre um redimensionamento e passa a caracterizar-se como uma reatualização do conservadorismo, embora a categoria profissional estivesse empenhada em

[...] um esforço sistemático no sentido de produzir (e/ou organizar) conhecimentos para fundar as práticas profissionais. A ênfase recai na interdição do empirismo e do praticismo, ressaltando-se como primordial o investimento na cognição. (NETTO, 2007, p. 203).

A crítica empreendida pelos assistentes sociais, nesta reatualização do conservadorismo, pretendia ultrapassar o positivismo/funcionalismo que tratava dos fatos/fenômenos sociais como coisas naturais, independentes da “significação, das intencionalidades”. No seminário de Sumaré e Alto da Boa Vista⁴⁷, respectivamente nos anos de 1978 e 1984, os assistentes sociais discutem sobre tal

⁴⁶ No relatório final de um dos Grupos que discutiram temáticas levantadas neste Seminário constata-se as funções do Serviço Social: “As funções, como respostas às variáveis selecionadas, são a seguir transcritas em ordem alfabética: administrativa, de assessoria técnica, assistencial, conscientizadora, de criação de recursos, de educação de base, mobilizadora, de pesquisa de métodos, de pesquisa de necessidades, de planejamento, de política social, socializadora, de substituição de padrões, e **terapêutica**.” (CBCISS, 1986, p. 56) [grifo nosso].

⁴⁷ Embora, segundo Netto (2007, p. 194-195) “nenhum desses seminários e seus resultados obtiveram a repercussão que cercou os seus dois precedentes. Este fato [...] pode ser explicado por vários motivos, das alterações no interior do corpo profissional, refletindo-se no surgimento de novos organismos de expressão e representação, ao contexto social brasileiro macrocóspico.” Torna-se imprescindível discutir os vetores teórico-metodológico ao menos de um desses Seminários, do qual selecionou-se o Seminário de Sumaré, uma vez que este trata da fenomenologia e do processo dialógico, importante para a análise da pesquisa em campo.

crítica e propõem a intervenção profissional tendo como norte a recorrência à fenomenologia⁴⁸.

[...] a fenomenologia é uma ciência eidética descritiva. Ela é concreta e se volta para o vivido. Pela descrição elas nos aproxima da essência, através de um perspectivismo das formas que se mostram ao sujeito na relação figura e fundo. Assim, a fenomenologia se distancia das ciências abstratas e dedutivas, conforme a matemática. Ela se distancia igualmente do modelo da ciência natural como modelo a ser aplicado na ciência humana e social. Ela o faz por criticar o pressuposto do modelo positivista que faz dos fenômenos naturais e dos fenômenos humano-sociais fenômenos sem distinções qualitativas. Os fenômenos do vivido humano têm uma estrutura significativa construída pelos próprios homens. **O vivido humano e social é constituído de significados e recorrem a processos de compreensão e de interpretação e não de explicação.** Assim para a fenomenologia não é possível tratar o mundo humano e social como um mundo objetivo e divorciado da interpretação dos próprios sujeitos. Por isso é que Husserl dirá que o mundo vivido, humano e social, objetivo, intelectual e prático e produtivo da atividade significativa do próprio sujeito intimamente ligado à intenção e à interpretação, e, por isto, deve ser chamado de mundo subjetivo.” (CBCISS, 1986, p. 174-175) [grifo nosso]

Registra-se, entretanto, entre as reflexões sobre o Serviço Social que discutem sobre a recorrência à fenomenologia como perspectiva teórico-metodológica, um relatório que é parte do “Documento de Sumaré (1978)”⁴⁹ e nele explica-se, entre outros aspectos que:

Serviço Social, assim, se propõe a um desenvolvimento da consciência reflexiva de pessoas a partir do movimento dialético entre o conhecimento do sujeito como “ser no mundo” e o conhecimento do sujeito como “ser sobre o mundo”. Isso se realiza numa dimensão temporal e histórica. (CBCISS, 1986, p. 184).

Cabe ressaltar aqui que o procedimento teórico que pretendia pautar-se na fenomenologia e no personalismo, não tinha nenhuma pretensão política; mas apresentava-se como o contraponto ao aspecto mecânico e natural posto pela teoria social positivista. Traduzia-se que o propósito central do Serviço Social era:

⁴⁸ É importante salientar aqui, que embora o Documento de Sumaré deixe explícito a sua vinculação à fenomenologia, as discussões realizadas neste documento, foram organizadas em grupos, e é evidente a aproximação de algumas reflexões ao marxismo (tratando da dialética, totalidade histórica, por exemplo), porém, não se trata de uma apropriação teórica, ideológica e política, trata-se somente de uma aproximação epistemológica

⁴⁹ Evidenciamos um dos objetivos propostos deste Documento: “ensejar reflexões sobre novas proposições que, no momento, estão a exigir um esforço de crítica e formulação teórica” (CBCISS, 1986, p. 108), através da qual selecionamos tal documento para discussão.

[...] preparar os meios e as oportunidades pelos quais as pessoas podem alcançar, achar alternativa, organizar a respeito, opor-se, ou, então, caminhar livremente, havendo-se com condições que interferem em sua vida produtiva. (GOLDSTEIN, 1973, p. 7 apud CBCISS, 1986, p. 124)

Nesta perspectiva teórico-metodológica propõe-se a ruptura com o positivismo/funcionalismo, mas recorre-se à fenomenologia⁵⁰ e justifica-se a partir dela que: “não é possível tratar o mundo humano e social como um mundo objetivo e divorciado da interpretação dos próprios sujeitos.” (CBCISS 1986, p. 175). Isto porque, segundo Husserl – um dos autores que fundamentou as discussões sobre a fenomenologia entre os assistentes sociais brasileiros no período ora analisado, o “mundo vivido, humano e social, objetivo, intelectual e prático é produto da atividade significativa do próprio sujeito, intimamente ligado à intenção e à interpretação, e, por isto, deve ser chamado de mundo subjetivo.”(CBCISS, 1986, p. 175).

O Serviço Social, pautado nesta suposta perspectiva da fenomenologia, deveria, portanto, conhecer e compreender o sujeito-cliente e como este vivencia um determinado contexto sócio-histórico, “é por isso que o conhecimento em Serviço Social não se restringe ao nível de objetivação mas persegue o nível de subjetividade.” (CBCISS, 1986, p. 185).

Metodologicamente é fundamental apreender-se a dimensão estrutural da existência que se configura no seu modo de ser no mundo que engloba a pessoa, as suas relações com as pessoas e com as coisas. Essa dimensão exige uma perspectiva que considera o singular e, partindo deste, chegar à apreensão das realidades sociais num contexto maior (o próprio sentido, o sentido do outro e o sentido do nós). (CBCISS, 1986, p. 185)

Ou seja, tinha-se a pretensão de compreender o indivíduo como pessoa humana diante de um dado contexto sócio-histórico, porém o foco da prática profissional era a ajuda psicossocial ao indivíduo para compreender a “estrutura do vivido e seus significados” (CBCISS, 1986, p. 188); procurar, através da prática profissional, compreender como este indivíduo (cliente) vivencia um determinado contexto, ou seja, como o sujeito situado numa determinada condição social experiencia (sente e expressa) sua realidade:

⁵⁰ Ver: NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Para Almeida (1977), a intervenção do assistente social, mesmo em suas diferentes definições, supõe, sempre, a compreensão do vínculo entre a pessoa e o contexto social. A partir desta premissa, define a especificidade da proposta que apresenta: a centralidade no projeto humano de tal forma que, no binômio pessoa e contexto, a atuação profissional recaia sobre a pessoa e não sobre as “probabilidades possíveis” (ALMEIDA, 1977, p.25) advindas de uma intervenção restrita a situações residuais. (GUEDES, 2005, p. 221)

Guedes (2005) deixa claro que, para as autoras Almeida (1977) e Pavão (1981), o foco da ação profissional era o sujeito (cliente). Mesmo através da alusão à expressão “dialética entre homem e realidade”⁵¹, pretendia-se sustentar uma prática profissional orientada por uma perspectiva educativa, a fim de colaborar para que sujeitos (clientes) pudessem compreender e enfrentar os desafios postos por um determinado contexto social. Buscava-se a:

[...] capacitação do cliente com vistas a despertá-lo para a consciência de si, de forma a possibilitá-lo a situar-se no mundo externo e na construção do conhecimento gerador de novas atitudes e novas reflexões. (GUEDES, 2005, p. 237)

Dessa forma, o Serviço Social era visto como uma ajuda psicossocial, “pensada como a „teoria da intervenção social”. (CBCISS, 1986, p. 199), como salienta NETTO (2007, p. 244)

Importa [...] reportar que as determinações fulcrais que conferem o sentido da “nova proposta” [...] inscrevem a ajuda (psicossocial) profissional que ela pretende informar e enformar num circuito em que a ênfase personalista acaba metamorfoseando-se numa angulação dos indivíduos tomados como tais. A centralização nos sujeitos [...] abre via não apenas à subjetivização, mas à psicologização.

Netto (2007, p. 244), afirma que esta “„nova proposta” não desborda o terreno do tradicionalismo profissional”. Ou seja, esta nova busca da modernização no Serviço Social não passou de uma reatualização do conservadorismo, uma vez que, as ações do Serviço Social não ultrapassavam o nível individual. Afirma, também, que, embora os assistentes sociais tivessem a preocupação de romper com o positivismo, o procedimento metodológico que pretendia fundamentar-se na fenomenologia, assim como as recorrências que se faziam ao personalismo

⁵¹ Dialética Homem-Sociedade (Mounier apud GUEDES, 2005).

convergem para esta reatualização do conservadorismo, haja vista que interpreta-se a transformação sócio-histórico através da transformação primeira do indivíduo, do sujeito-cliente da ação profissional; ou seja, entende-se que para apreender a realidade social, é fundamental considerar e compreender o singular, a relação entre a pessoa e o meio.

Dada a ênfase nesta singularidade, o diálogo configura-se, para esta vertente teórica, como a forma mais adequada para a intervenção profissional, numa interação entre assistente social-cliente que tratará dos fatos a partir da perspectiva do diálogo, baseado no personalismo. Por esta perspectiva, “a ação profissional deixa de ser pragmática, neutra e conformista e passa a se tornar uma exigência de ação intencional.” (CBCISS, 1986, p. 143)

Conforme Guedes (2005), neste procedimento, o Serviço Social deveria realizar suas ações de forma dialógica, considerando-se dois sujeitos, o assistente social e o cliente, tendo como pressuposto filosófico além de aspectos da fenomenologia, o personalismo⁵². Assim, a comunicação, um dos princípios postos defendidos no personalismo, é considerada de extrema importância para a atuação profissional, pois é “concebida como [...] atributo metafísico: o homem, por natureza, é comunicável e o outro é a medida do encontro com o próprio eu.” (GUEDES, 2005, p. 183).

O conhecimento do ser (sujeito) dar-se-ia através do diálogo, e seria a partir do diálogo entre o assistente social e este ser (sujeito-cliente) que seria possível uma ajuda psicossocial. Autores, representantes deste movimento teórico, que participaram do Seminário de Sumaré destacam que a mediação entre o sujeito (cliente) e o assistente social seria o diálogo, e seria o assistente social, na ajuda psicossocial ao seu cliente, o responsável pelo processo educativo a este, em busca de uma transformação social, “uma espécie de „mudança interna”; uma transformação que começa na ação do sujeito.” (GUEDES, 2005, p. 235). As referências à mediação não se vinculavam a uma postura política, mas afirmam-se

⁵² Guedes (2005, p. 172) afirma que “O personalismo supõe, portanto, uma doutrina que, a partir de uma reflexão centrada na pessoa humana, pretende incidir sobre um modo de vida (uma civilização, num determinado tempo e espaço).” E complementa afirmando que o personalismo não possui nenhuma filiação política, pois a preocupação de autores como Mounier (1964, apud GUEDES, 2005, p. 173) era apenas em considerar a humanidade/a sociabilidade humana não como material, como máquinas ou como animais, como apregoava o positivismo (na comparação com a natureza), mas entender a sociedade, o homem a partir da pessoa humana.

com ênfase ao diálogo; como uma necessidade metodológica para a prática profissional do assistente social. Através da mediação, pretendia-se voltar à compreensão do singular, do vivido do sujeito-cliente.

Interpretava-se, ainda, que diante de um contexto sócio-histórico vivenciado pelo cliente (sujeito), era preciso apreender “as histórias individuais na história humana.” (CBCISS, 1986, p. 201) - que configurava a totalidade. Ou seja, “é preciso que o assistente social e cliente comuniquem os significados e os questionem, no sentido da comunidade pela mediação” (CBCISS, 1986, p. 202).

Nesta prática, o assistente social não deveria “supor sua própria realidade sem supor pelo mesmo ato a dos seus clientes e a do mundo.” Era preciso realizar a mediação através do diálogo, entendida aqui como uma metodologia de intervenção profissional.

Cumprе ressaltar que, gestava entre os assistentes sociais brasileiros, uma outra perspectiva teórica que, vinculada a protoformas posta pelo movimento de reconceituação na América Latina filiavam-se a uma perspectiva crítica com relação ao modo de produção e a relação social capitalista; ou seja, emergia-se uma apreensão do contexto sócio-histórico; essa perspectiva será refletida a serguir.

2.2 MARCOS INICIAIS DA PERSPECTIVA DE RUPTURA COM O CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

Com o golpe militar em 1964 e a autocracia burguesa⁵³⁵³ (1964-1985) que com ele se instaura, o Brasil passa por um período de grandes compressões políticas, culturais, educacionais, ideológicas, com uma direção ideopolítica e autoritária militar-burguesa, a fim de evitar que o comunismo que rondava o país e a diligência brasileira se concretizasse. Dessa forma, a liberdade, a

⁵³ Netto (2007), no primeiro capítulo de sua obra “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”, faz uma análise e discussão sobre o golpe militar e a autocracia burguesa no Brasil, sua relação com o “mundo da cultura” e o “sistema educacional

democracia política, ideológica foram comprometidas e furtadas. Para Netto (2007), o cenário que se instaura neste período significou:

[...] a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial [...] zologicamente anti-comunista. (NETTO, 2007, p. 17)

Ainda sobre a ditadura militar, Netto (2007) prossegue:

As linhas mestras deste “modelo” concretizam a “modernização conservadora” conduzida no interesse do monopólio: benesses ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis etc. - consagradas inclusive em tentacular repertório operativo e normativo [...] acionado por conselhos e coletivos diretamente atrelados ao grande capital. [...] a internalização e a territorialização do imperialismo; uma concentração tal da propriedade e da renda que engendrou uma oligarquia financeira; um padrão de industrialização na retaguarda tecnológica e vocacionado para fomentar e atender demandas enormemente elitizadas no mercado interno e direcionado desde e para o exterior; a constituição de uma estrutura de classes fortemente polarizada, apesar de muito complexa; um processo de pauperização relativa praticamente sem precedentes no mundo contemporâneo; a acentuação vigorosa da concentração geopolítica das riquezas sociais, aprofundando brutais desigualdades regionais. E, lograram, ainda cristalizar uma estrutura estatal-burocrática e administrativa conformada precisamente para gerir este “modelo”. [...] doutrina de segurança nacional. (NETTO, 2007, p. 31-32)

Tal cenário permaneceu sob tais aspectos até a segunda metade da década de 1970, porém temos que ter claro que embora o autoritarismo militar fosse hegemônico, concorrem com ele outras perspectivas ideológicas e políticas. E são essas forças concorrentes que na década de 1970 mostraram-se insatisfeitas com a política anti-democrática e autoritária militar-burguesa.

Netto (2007) considera que o próprio cenário desenhado pela ditadura militar, sob a autocracia burguesa, possibilitou que movimentos sociais e a mobilização popular tornassem possíveis.

Nesse período vivencia-se, no Brasil, a luta intensa pela redemocratização política; é um momento em que a sociedade brasileira, por meio dos movimentos sociais, constrói os pressupostos democráticos necessários para o exercício pleno de cidadania, inclusive lutando intensamente por direitos políticos e direitos sociais. (ARALDI; GUEDES, 2009, p. 215)

É, portanto, a partir do contexto autoritário que se gestam os movimentos sociais pela democratização e pelas situações de exclusão, desigualdades socioeconômicas provocadas pela autocracia burguesa.

Diante deste contexto sócio-histórico, o Serviço Social que discutia a sua renovação e repensava os seus pressupostos teóricos, técnicos - porém, conforme Netto (2007) sob os moldes de uma renovação conservadora - passa a discutir a sua vinculação política à classe trabalhadora, colocando em pauta o necessário compromisso profissional a uma classe social que não a hegemônica. É o período que Netto (2007) denomina de intenção de ruptura, que procura romper com o conservadorismo e com a vinculação profissional à ordem burguesa.

Foi com a crise do regime ditatorial instaurado em 1964, expressa no contexto das lutas pela democratização da sociedade brasileira - lutas essas que adquirem visibilidade política na segunda metade da década de setenta-, que se gestou o solo histórico, o terreno, vivo, que tornou possível uma abrangente, profunda e plural renovação do Serviço Social. Essa renovação se impôs como socialmente necessária à construção de respostas profissionais àquela crise, no sentido de o Serviço Social garantir e preservar sua própria contemporaneidade: sua necessária conciliação com o tempo e a história presentes. (IAMAMOTO, 2001, p. 87-88)

É evidente que as lutas sociais, os movimentos e mobilização popular estão relacionados com a ruptura do Serviço Social com o conservadorismo. Segundo Araldi e Guedes (2009), é nesse período de grande mobilidade política e ideológica que se torna possível a apreensão de um projeto de ruptura, o rompimento com o conservadorismo posto à profissão. É o marco profissional em que se expressa a virada política do Serviço Social é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBA) em 1979.

Esse Congresso demarca justamente a “virada”, no sentido de redimensionar o projeto profissional do Serviço Social, não mais atrelado à manutenção do projeto societário capitalista. Pelo contrário, propõe a construção coletiva de outra ordem societária que supere a estrutura basilar da ordem capitalista em curso. (ARALDI; GUEDES, 2009, p. 208).

Barroco (2003) expõe ainda sobre o III CBA:

O III CBAS, em 1979, assinala o posicionamento ético-político que passa a se configurar como marco decisivo “no compromisso político e coletivo da categoria com os setores populares” (Abramides, 1989:34). A partir desse marco, no contexto da reorganização política da sociedade civil, em defesa da democratização e da ampliação dos direitos civis e sócio-políticos, os valores ético-políticos inscritos no projeto profissional de ruptura adquirem materialidade, o que se evidencia na organização política da categoria, na explicitação da ruptura com o tradicionalismo profissional e no amadurecimento da reflexão de bases marxistas. (BARROCO, 2003, p. 167-168)

Conhecido como o “Congresso da Virada”, no III CBA houve uma substituição da dirigência de honra do evento - tratava-se de pessoas ligadas à autocracia militar- burguesa - por trabalhadores, ou seja, o assistente social vê-se atrelado à classe trabalhadora, rompendo definitivamente com o projeto societário de manutenção da ordem burguesa vigente.

Dessa forma, em vez da categoria profissional discutir as técnicas de intervenção, como o fez no período conhecido como renovação conservadora, sem uma postura política, mas meramente técnica-interventiva, as discussões da intenção de ruptura perpassam pela filiação teórico-metodológico crítico marxista.

Segundo Netto (2007), tal discussão tornou-se possível, primeiramente, dentro dos muros acadêmicos em pequenos grupos de docentes, estudantes e profissionais, uma vez que a política educacional também era alvo do controle autoritário do regime militar. E é na Universidade Católica de Minas Gerais, devido ao fato de Belo Horizonte⁵⁴ apresentar algumas particularidades em relação a movimentos sociais, movimentos de trabalhadores, que essa discussão se concretiza.

No âmbito desta universidade foi construído um documento conhecido como o Método de Belo Horizonte. Trata-se, segundo Netto (2007), de um documento em que um pequeno grupo de jovens profissionais propõem e explicitam a intenção de ruptura com o conservadorismo.

⁵⁴ Conforme Netto (2007, p. 262) em Minas Gerais, especificamente em Belo Horizonte “ [...]deitavam raízes importantes movimentos sindicais e populares, inclusive rebatendo a história de lutas dos trabalhadores do Quadrilátero Ferrífero - movimentos que ecoaram ainda mais com o desenvolvimento industrial das franjas do capital, que se renova no decênio de sessenta. Muito especialmente, ali existia uma forte tradição estudantil não só democrática, mas com impulsões revolucionárias e socialistas - e da qual surgiram importantes quadros que, na contestação à ordem imposta pelo golpe, construíram um itinerário de heroísmo, mesmo que balizado por posturas políticas que o tempo revelou equivocadas.”

[...] eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem [...] em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação. (NETTO, 2007, p. 262-263).

É possível observar e reiterar que, diferentemente das discussões anteriores da categoria profissional, a intenção de ruptura não se preocupa apenas com as discussões endógenas à profissão - técnicas, objeto de intervenção profissional – postas pelo próprio contexto brasileiro. Para além destas discussões, expressa-se o compromisso com a classe trabalhadora e busca-se a apropriação de uma discussão teórico-metodológico crítico. É importante salientar que essa aproximação do Serviço Social aos ideários e os pressupostos teórico-metodológicos marxistas deu-se, segundo Netto (2007) a partir de um “marxismo sem Marx”.

O “marxismo sem Marx” que enforma a reflexão belo-horizontina, precisamente à falta de uma sustentação ontológico-dialética e na escala em que devia conectar teoria e intervenção prático-profissional, vai na direção da conjunção do fatalismo mecanicista com o voluntarismo idealista- numa “síntese” que, como Lukács o demonstrou há muito, é típica do marxismo vulgar, necessariamente eclético (Lukács, 1974). Assim é que o “Método Belo Horizonte”, combinando o formalismo e o empirismo na sua redução epistemológica da práxis, estabelece vínculos iluministas entre concepção teórica e intervenção profissional, deforma as efetivas relações entre teoria, método e prática profissional e simplifica indevidamente as mediações entre profissão e sociedade. (NETTO, 2007, p. 287-288)

Ou seja, as ideias e pressupostos teórico-metodológicos de Marx são apropriadas, mas sem ter o devido domínio dos ideários e pensamentos marxistas e ainda muito próximos do fatalismo, do mecanicismo com características idealistas.

Contudo, ao longo dos anos de 1980, a profissão passa por um processo de amadurecimento. Segundo lamamoto (2001, p. 90), verificou-se nesse período uma “consolidação acadêmico-profissional dos assistentes sociais, em suas várias esferas: na organização da categoria, nas atividades de pesquisa e produção acadêmica, na formação e na prática profissionais.” Tal amadurecimento, segundo lamamoto (2001), desenvolveu-se durante o regime militar.

As profundas transformações operadas pela ditadura militar no Estado e na sociedade civil alteraram a face da sociedade. Na consolidação da

expansão monopolista, as substanciais alterações efetuadas nos processos produtivos [...] e na arena política, com o doloroso silenciamento da sociedade civil que lançou profundas amarras ao exercício da cidadania - ainda que alimentando uma surda, mas ativa, luta de classes presentes nos subterrâneos da arena institucional -, vêm à tona com a liberalização do regime, ao mesmo tempo em que a precipitam. Tais processos criaram, contraditoriamente, as condições para a maturação profissional na área do Serviço Social, capacitando-se para o enfrentamento das novas condições emergentes com a liberalização política, junto com a maioria da população brasileira. (IAMAMOTO, 2001, p. 90)

Estão fundadas, portanto, as bases para a consolidação da perspectiva de ruptura na qual a categoria profissional passa a discutir os pressupostos teórico- metodológicos crítico marxistas. Esta consolidação se deu em concomitância com o:

[...] contexto de ascensão dos movimentos políticos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de Direito, que a categoria de assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. (IAMAMOTO, 2009, p. 18).

Consolida-se a maturidade teórica e política de um novo projeto profissional, que tem em suas matrizes teóricas, a interlocução com a tradição marxista. É possível observar uma grande produção e publicação de trabalhos, artigos, dissertações e teses que tratavam da:

[...] prática profissional na perspectiva de ruptura do Serviço Social com sua base conservadora, possibilitada pela desmistificação da dimensão política da profissão, que fundamentou a construção de um vínculo orgânico de segmentos dos profissionais com os interesses dos usuários do Serviço Social, representada pelas classes subalternizadas, tendo como referência a perspectiva um projeto societário de transformação da sociedade (SILVA, 2009, p.627-628)

Segundo Teixeira e Braz (2009), durante meados da década de 80 e década de 90, há uma explícita maturidade profissional, sobretudo, nos centros de formação profissional de pós-graduação; amplia-se a discussão e o conhecimento entre os profissionais e assiste-se à maturidade político-organizativa da profissão. A categoria profissional passa a discutir e a refletir sobre a sua atuação profissional

tendo como pressuposto teórico-metodológico a teoria social crítica, questionando e rompendo com a intervenção profissional conservadora.

A militância político-profissional alcança a sua maturidade, evidenciada na organização sindical nacional dos assistentes sociais, na articulação com as lutas gerais dos trabalhadores e na inserção junto às demais entidades representativas da profissão; os eventos nacionais gradativamente, revelam um contorno crítico e politizado. [...] A formação profissional recebe novos direcionamentos, passando a contar como um currículo explicitamente orientado para uma formação crítica e comprometida com as classes subalternas. (BARROCO, 2003, p.168).

Para Iamamoto (2001, p. 90), trata-se de um momento de “maioridade intelectual e profissional dos assistentes sociais, para a sua cidadania acadêmico- política.”

É um período em que na prática profissional verificam-se saltos de qualidade, caminhando na direção de uma ruptura com o tradicionalismo profissional. A organização sindical da categoria foi construída a nível nacional, ao mesmo tempo em que as várias entidades de representação são legitimadas e marcam sua presença, enraizadas nas lutas quotidianas dos assistentes sociais. Enfim, substanciais conquistas foram acumuladas nos campos da produção acadêmica, da prática e organização profissionais. (IAMAMOTO, 2001, p. 91)

É claro que a partir desse amadurecimento profissional, acadêmico, político, os assistentes sociais discutem e refletem de forma mais aprofundada a teoria social de K. Marx. Barroco (2003, p. 170) salienta que “ [...] já não aparecem as simplificações anteriores, como o mecanicismo, o moralismo, o voluntarismo ético- moral [...]” e que o amadurecimento teórico e político deve-se, especialmente, à recorrência às fontes do pensamento de Marx.

Diante dessa expressão do amadurecimento profissional, sustenta-se a adesão a um projeto ético-político que expressa o compromisso da categoria profissional dos assistentes sociais com a vinculação do direcionamento de suas ações profissionais, com a construção da justiça social, emancipação social, cidadania, num embate com o conservadorismo. Os assistentes sociais, portanto, “munidos de um método teórico-crítico de apreensão da realidade, podem captar [o] movimento cotidiano do seu agir profissional [...]” (Araldi, Guedes, 2009, p. 228), ou seja, apreendem “no movimento da realidade, categorias em movimento que

traduzem os valores suprarreferidos” (Araldi; Guedes, 2009, p. 228), tornando-se possível a vinculação a um projeto ético-político que visa a superação da ordem social vigente. Passamos, então, a discutir sobre a apreensão da categoria mediação na contemporaneidade com o objetivo de analisar, como já salientamos na introdução, como os profissionais de Serviço Social, vinculados a um projeto profissional que busca a transformação social, sob o fundamento teórico-metodológico crítico, contribuem nesta apreensão.

3 INTERPRETAÇÕES DA CATEGORIA MEDIAÇÃO COMO CONSTITUTIVA DO REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO NO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Pesquisadores⁵⁵ do Serviço Social, na contemporaneidade discutem a profissão a partir da estrutura teórico-metodológica fundada na teoria social de Marx e vinculado a um projeto político-profissional - aliado a um projeto societário que visa a transformação social. Para Guerra (2010, p. 23) “as preocupações transcenderam o universo da prática profissional e firmaram-se sobre a estrutura, a conjuntura e os contextos nos quais a intervenção se realizava.” Analisa-se, então o Serviço Social não mais de uma forma endógena à profissão, mas como salienta Yasbek (2009)

é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares. (YASBEK, 2009, p. 126-127)

Com a incorporação da teoria social crítica de K. Marx, assiste-se no debate do Serviço Social contemporâneo a ênfase na necessária apreensão da realidade social a partir dos fatos materiais, sob o prisma do materialismo histórico-dialético. Conforme Guerra (2010) essa teoria social consiste em (re)produzir no pensamento, o movimento real do objeto, embora não seja possível apreender a realidade, uma vez que essa constitui-se rica, complexa e repleta de determinações, sendo um conhecimento por aproximações sucessivas. Entende-se, então, que a profissão, assim como “o conhecimento que a ilumina” (YASBEK, 2009, p. 144), parte do próprio movimento histórico da sociedade, “o que supõe a utilização

⁵⁵ Ressalta-se que além dos autores citados neste trabalho, na contemporaneidade, existem outros, como Reinaldo Nobre Pontes, autor do livro: “**Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social”, que, embora, se constitua em referência bibliográfica das grades curriculares dos cursos de Serviço Social na discussão sobre a categoria mediação, optou-se, teoricamente, por utilizar outras referências. Destaca-se que, o referido autor fundamenta-se, também, em autores como Hegel e Lukács para a construção da categoria mediação e filia-se a esta categoria - para além da apreensão do real - a capacidade de transformar a realidade.

do método dialético e da adoção de uma perspectiva de classe que incorpore os interesses da classe trabalhadora.” (GUERRA, 2010, p. 99)

Torna-se evidente a necessária apreensão e leitura da realidade, conforme explicita Yasbek (2009)

[...] exige o conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento do social, do complexo movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e do processo pelo qual o Serviço Social incorpora e elabora análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção. (YASBEK, 2009, p. 144)

A apropriação da teoria social de K. Marx possibilita a apreensão da realidade em sua totalidade social, a partir de dimensões da universalidade, singularidade e particularidade. Para a análise da necessária incorporação desta teoria no Serviço Social,

[É] nítida a originalidade de lamamoto: reside na modalidade de compreensão do Serviço Social erguida sobre a análise do processo de produção (e reprodução) das relações sociais na ordem burguesa; mas esta originalidade só é concebível a partir do seu posicionamento teórico-metodológico - precisamente a angulação extraída com fidelidade de Marx. (NETTO, 2007, p. 300)⁵⁶.

I

AMAMOTO (2009) nos mostra que

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista na teoria social crítica é entendida como reprodução desta sociedade em seu movimento e em suas contradições: a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social. [...] Ele [processo de reprodução das relações sociais] refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Envolve a reprodução da vida material e da vida espiritual, isto é, das formas de consciência social [...] por meio das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção de vida material, pensam e se posicionam na sociedade. (IAMAMOTO, 2009, p. 23)

⁵⁶ Netto (2007) aponta a reflexão feita por Marilda Vilela lamamoto como um dos dois principais momentos constitutivos da intenção de ruptura. Yasbek (2009) também menciona a importância de Marilda Vilela lamamoto na apropriação do pensamento marxista: “É, sobretudo com lamamoto (1982), no início dos anos 80, que a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com profissão.” (YASBEK, 2009, p. 150).

A atuação e a apreensão da realidade e situações sociais perpassam pelo processo de reprodução das relações sociais, tendo como base ontológica a categoria trabalho⁵⁷. Dessa forma, discute-se, nas reflexões teóricas sobre o Serviço Social na contemporaneidade, que a apropriação da teoria social de Marx, das categorias sociais por ele elencadas permitem a leitura da realidade social a partir da totalidade; portanto, as ações e intervenções profissionais não ocorrem (ou não deveriam ocorrer) mais de forma fragmentada. Busca-se, a partir da teoria social de Karl Marx, compreender os fatos sociais em sua totalidade, o que evidencia o necessário rompimento com aportes teóricos fundados em pressupostos empíricos que se levantam a partir de fatos isolados ou fragmentos da realidade que falsamente aparecem como reveladores de situações sociais a serem superadas. Torna-se, portanto, necessário o rompimento com teorias de matriz positivista e outras concepções teóricas conservadoras presentes no marco da trajetória histórica do Serviço no Brasil, como mostramos no capítulo anterior desta pesquisa.

Yasbek (2009) considera que, com a apropriação da teoria social de Marx, o ser social, os fatos sociais, não são mais apreendidos em sua imediaticidade, tornando-se necessário apreendê-los a partir de mediações.

Ou seja, as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições etc, que ao mesmo tempo revelam/oculta, as relações sociais imediatas. [...] Trata-se [...] de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista. (YASBEK, 2009, p. 150 - 151)

Cabe ao profissional desvelar as mediações ocultas diante dos fatos imediatos, desvendar o que está implícito, de forma crítica, para apreender as relações e fatos sociais.

O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares, que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública,

⁵⁷ Segundo K. Marx, o trabalho é categoria fundante do ser social, a partir da qual o homem estabelece as relações com a natureza e com outros homens.

potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto à incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação. (IAMAMOTO, 2009, p.40).

Portanto, a recorrência à teoria social de Marx permite que os assistentes sociais apreendam que desvelamento das situações singulares, necessário para a atuação profissional, não independe de uma determinada direção ética e política. Segundo Guerra (2010, p. 193-194), “[...] as concepções marxianas se constituem nos subsídios teóricos indispensáveis para a ação política, posto que permitem matizar adequadamente a relação entre ação e pensamento” E, dentre as análises que se destacam na contemporaneidade sobre a relação entre o método de Marx a concepção marxiana que ora elegemos, a categoria mediação, está a análise realizada por Yolanda Guerra, sobre a instrumentalidade do Serviço Social.

Nessa análise, a autora evidencia, através da reflexão sobre o materialismo histórico-dialético, a importância deste método, dentre outros aspectos na necessidade de desvelar a realidade na qual se situa a intervenção profissional.

[...] determinadas as feições da realidade, conhecidas as “coisas” que a compõem, há que se compreender como essas coisas se relacionam entre si, seus nexos, vínculos, articulações e conversões. Este processo relacional, que se realiza por aproximações sucessivas, permite aos sujeitos apreenderem não apenas a lógica interna dos fenômenos que se expressam na realidade, como as conexões que aí se estabelecem. [...] o movimento dialético da realidade conduz o pensamento dos sujeitos, de modo processual, aproximativo e reflexivo, à compreensão da relação dialética entre universalidade e singularidade e suas conversões em particularidades. (GUERRA, 2010, p. 178).

A autora afirma que é preciso conhecer a realidade, desvelar as mediações para nela intervir, superando a sua imediatez. Pois, não ultrapassando os fatos imediatos, conserva-os, mantendo a ordem vigente.

[...] há que se matizar campo de visibilidade alcançável e possibilidades sócio- históricas, já que a ausência de mediações concretas ou ainda não desenvolvidas plenamente na realidade, interdita a análise dos fatos, fenômenos e processos sociais, numa perspectiva de totalidade. (GUERRA, 2010, p. 176-177)

Destaca-se, ainda, nas reflexões de Guerra (2010) que : “O método [...] enquanto mediação entre sujeito e objeto do conhecimento, indica a direção da análise, mas, não obstante, o movimento do objeto aponta o caminho a ser seguido pelo método.” (GUERRA, 2010, p. 99). De forma complementar, Yasbek (2009, p. 147) afirma que “[o] método é [...] a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social”. Com análises desta natureza, as autoras evidenciam a importância da teoria social crítica de Marx, como expressão do

[...] movimento da razão, na sua busca da concreticidade dos fatos, fenômenos e processos, na apreensão das mediações “para cima e para baixo” que articulam conteúdo e forma, fenômeno e essência, universal e particular, e dá-lhes uma unidade, faz-se mediatizado pelo método. Não se trata de qualquer método, mas daquele que pelo movimento “do abstrato ao concreto” permite a “reprodução do concreto pela via do pensamento” (Marx, 1983:219). Como direção heurística o método incorpora intencionalidade e movimento. (GUERRA, 2010, p. 190).

Entendendo a categoria mediação como unidade entre método e ontologia, uma vez que para compreender tal categoria é necessário apreender o movimento contraditório da realidade, Guerra (2010) explicita que

[...] a mediação não se constitui apenas em vínculos ou elos que relacionam processos que se expressam em níveis de compreensão diferenciados, tampouco em condições específicas que, dada a sua irrepetibilidade, aparecem desprovidas de articulações, nexos, dependências. Ao contrário, o movimento ontológico do real demonstra um movimento de conversão entre os extremos, que na realidade não se vê limitada pela tríade tão propalada pela lógica forma, mas encerra a possibilidade de transformar-se em algo novo, resguardando a sua substância. É o “vir-a-ser” tornado possível pelo movimento de “negação da negação” - cujo legado é tributado a Hegel [...]. (GUERRA, 2010, p. 191).

Apreender as mediações postas por meio do movimento do pensamento, tendo como fundamento a materialidade, a contraditoriedade e a historicidade, significa, segundo Guerra (2010), ultrapassar a imediatividade e o conservadorismo, mediatizada por um vínculo orgânico a uma determinada classe social e um projeto ético-político que norteia as ações profissionais do assistente social, assim sendo, procura-se a superação da ordem social vigente.

Ressalta-se que nos documentos, legislações e diretrizes curriculares do Serviço Social está implícita a vinculação teórica à teoria social

crítica, o compromisso político e ideológico com a classe trabalhadora e à proposta de um projeto societário, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero, orientando a intervenção profissional dos assistentes sociais. A ABEPSS (1999), nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, deixa claro a apreensão da teoria social de

K. Marx e a contraditoriedade à ordem social burguesa:

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório. (ABEPSS, 1999).

Segundo Koike (2009), a partir do currículo de 1982, o Serviço Social reafirma a apropriação do método e teoria social crítica, explicitando a direção teórico- metodológico a ser incorporado pelas unidades de ensino - responsáveis pela formação profissional dos assistentes sociais. É importante lembrar que as diretrizes curriculares deixam claro a postura teórico-metodológico e ético-político da profissão.

[...] as diretrizes curriculares, base para os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social, estão pautadas em princípios que na presente quadra histórica indicam os fundamentos para uma formação profissional desenvolvida com flexibilidade; rigor teórico, histórico e metodológico no trato da realidade e do Serviço Social. [...] Como concepção pedagógica, as diretrizes propiciam referências teórico-práticas indispensáveis a compreender o movimento da reprodução social para além da questão social (com suas insuprimíveis e metamorfoseáveis manifestações) e a formular procedimentos operativos destinados ao acompanhamento da dinâmica societária e ao desempenho profissional. (KOIKE, 2009, p. 212)

As diretrizes curriculares explicitam postura teórico-metodológico da profissão e as últimas diretrizes, aprovadas em 1996, referem-se de forma contundente à apropriação da teoria social crítica de K. Marx. Elas explicitam, em seus princípios para a formação profissional a “Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.” (ABEPSS, 1996), tendo uma “apreensão crítica do processo histórico como totalidade.” (ABEPSS, 1996). Explicitam, também, que para curso de Serviço Social, exige-se um “profissional

dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.” (ABEPSS, 1999). Define-se, ainda nestas diretrizes, como uma das competências e habilidades do profissional:

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade”. (ABEPSS, 1999).

A formação profissional deve, portanto pautar-se pedagogicamente nas diretrizes curriculares postas ao Serviço Social, uma vez que se trata de uma construção coletiva, hegemônica no meio profissional, da sua postura política, ética, teórico-metodológica.

Cumprir destacar a relevância do papel exercido pelas unidades de ensino de Serviço Social, uma vez que são responsáveis pela formação profissional dos assistentes sociais. Nesta formação, um de seus eixos está organizado sobre a denominação de “Núcleo de fundamentos do trabalho profissional”⁵⁸.

Este deve ser constituído por disciplinas que, em seu conjunto, tratem da “sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.” (ABEPSS, 1999).

⁵⁸ De acordo com as diretrizes curriculares, este é dividido em Núcleos de fundamentação, compreendido por: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei. (ABEPSS, 1999).

Dentre estas disciplinas, destaca-se, neste estudo as que tratam dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social.

3.1 TENDÊNCIAS E DESAFIOS NO DEBATE DA CATEGORIA MEDIAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO DE DOCENTES DA DISCIPLINA DE FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Tendo exposto a discussão sobre a apropriação do método e teoria marxiana, busca-se desenvolver uma análise das interpretações que os docentes das unidades de ensino presenciais abrangidas pelo CRESS/SP 9ª região - Seccional de Presidente Prudente fazem da categoria mediação, constitutiva do método em Marx.

A Seccional de Presidente Prudente abrange cinquenta e seis municípios e quatro faculdades de Serviço Social presenciais, sendo duas no município de Presidente Prudente, uma no município de Dracena e uma em Adamantina; todas de caráter privado. Conforme dados colhidos nessa Seccional⁵⁹, no Brasil, atualmente existem mais de sessenta mil assistentes sociais inscritos nos Cress; no estado de São Paulo há vinte e três mil oitocentos e quarenta e cinco assistentes sociais inscritos, destes seiscentos e setenta e quatro assistentes sociais estão inscritos na região de Presidente Prudente. Ressalta-se que das quatro unidades de ensino presenciais, três delas existem a menos de quatro anos, portanto, ainda não formaram turmas; apenas uma unidade já formou turmas, pois existe a vinte e cinco anos, sendo, portanto, responsável pela formação acadêmica de muitos assistentes sociais desta região.

Todos os sujeitos pesquisados têm mais de nove anos de formação profissional; três deles têm mais de nove anos de atuação como assistente social, apenas um esteve sempre na atividade docente; porém, aqueles profissionais têm menos de dois anos de exercício de docência e trabalham em outro local, com carga horária superior a trinta horas semanais. Todos os sujeitos pesquisados possuem especialização, porém um deles não possui especialização em área de atuação

⁵⁹ Dados colhidos em 30/08/2010.

do Serviço Social. Ainda em relação à qualificação dos sujeitos, nenhum deles desenvolve projetos de pesquisa e/ou extensão.

Caracterizada o Cress/SP 9ª região – Seccional de Presidente Prudente, parte-se para as análises das entrevistas realizadas⁶⁰⁶⁰. Em nossa pesquisa, uma primeira questão que tratamos refere-se à apropriação do método dialético no contexto da teoria social de Marx. Entende-se fundamental compreender o rompimento que Marx opera com relação ao idealismo, ao considerar que aspectos constitutivos da dialética, como movimento e a contraditoriedade que lhe é inerente, são concretos e históricos. A remissão a esta interpretação marxiana coloca o assistente social diante de possibilidades de interpretar aspectos do movimento histórico da realidade que tem, entre suas manifestações do modo de produção capitalista, a exclusão de grande contingente de sujeitos sociais da participação nos resultados do que é socialmente produzido; são nas relações diretas ou indiretas com estes sujeitos, que se circunscrevem as ações deste profissional. Sem a interpretação deste movimento, as ações profissionais, restringem-se a fatos isolados e reforçam aspectos de um conservadorismo com o qual se pretende romper. Vejamos, então, o que afirmam alguns dos sujeitos entrevistados com relação à dialética:

[...] **o movimento da sociedade é muito contraditório**⁶¹ [...] acho importantíssimo a formação, o investimento no profissional, na carreira, [...] porque você conclui a faculdade e não acaba só ali, justamente, porque essa [...] realidade, é muito dinâmica e [...] se você fica [...] estatizado, parado, você corre o risco de ser engolido pelo processo. (DOCENTE 3) [grifos nossos]

A questão da historicidade [...] é fundamental, [...] a compreensão desse todo, a compreensão da questão das relações, [...] da maneira de produção, [...] da forma como se produz e que isso determina as formas de relação [...]. (DOCENTE 4) [grifos nossos]

(..) o materialismo histórico é essa compreensão que a gente tem a partir de Marx da realidade. [...] **para entender essa realidade e entendê-la como contraditória**, a gente [...] [traz] a concepção filosófica dialética [...] pra realidade. [...] então, [...] a gente [...] vai fazendo as aproximações histórico [...] e econômico, trazendo o aporte filosófico, a gente [...] vai construindo um cabedal de conhecimento [...] que vai [...] municiando [...] todas essas questões. **O materialismo histórico, dialética, perpassa por todo o seu pensamento.** (DOCENTE 2) [grifos nossos]

⁶⁰ Afim de preservar a identidade dos sujeitos pesquisados, identificaremos como: Docente 1, Docente 2, Docente 3 e Docente 4.

Observa-se, entre estes sujeitos, a clara referência à historicidade e à contradição; embora um, dentre eles, tenda a enfatizar níveis diferentes entre os planos do pensamento e da realidade. Na interpretação deste sujeito, o materialismo histórico e a dialética situam-se no plano do pensamento e este é transportado para a realidade. Nas palavras deste sujeito, registra-se: “a gente...[traz] a concepção filosófica para a realidade”; o que indica a dificuldade, presente em muitos discursos correntes no Serviço Social, dos assistentes sociais superarem a dicotomia entre teoria e prática o que, na verdade, retrata a dificuldade de entendimento da própria noção de categoria que, na perspectiva marxiana não é construto teórico, mas expressão da própria realidade social. A respeito dessa discussão Guerra (2010) diz que a divisão social do trabalho possibilita a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, conforme sustenta a ideologia burguesa.

Ao ser “enquadrado” como profissão de caráter eminentemente técnico, ao exercer funções executivas, o assistente social pensa poder eximir-se da reflexão teórica *in totum* e fixar seu foco de preocupações no seu cotidiano profissional, para o que os modelos analíticos e interventivos, testados e cristalizados pelas suas experiências e de outrem, são suficientes. (GUERRA, 2010, p. 170)

⁶¹ Grifos nossos

Podemos verificar que tal reflexão aparece na discussão de um dos sujeitos da pesquisa:

A nossa apropriação do aporte [teórico], ela está deficitária, [...] eu penso que o aporte teórico [...], os conceitos marxianos, eles ficam pra chamada, como Montañó diz, a massa crítica, [...] os intelectuais do Serviço Social. E, nós profissionais da prática, [...] do cotidiano, [apropriar-se] dele, [temos] uma dificuldade. Eu acho que aí entra [...] a centralidade dessa matéria, [Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social], [...] a centralidade de trazer os conceitos, [...] eu acho que também entra a responsabilidade de que nós, enquanto profissionais ou enquanto professores, [...] [possamos] trazer os conceitos e não positivá-los, que é uma dificuldade [...]. (DOCENTE 2) a teoria acaba sendo dicotomizada, [...] ela não vai pra prática [...] ela não tem a capilaridade da prática em instituições, então ela fica ali circunscrita àquele universo [acadêmico]. E desde a década de 80, década 90, [...] primeira década do século XXI, a gente está vendo que [...] a teoria está dicotomizada, então ela fica circunscrita ao campo intelectual, é uma necessidade a ser superada. (DOCENTE 2)

Para este sujeito é claro a dicotomia entre teoria e prática no exercício profissional. Ele atribui este fato à apropriação deficitária dos aportes teóricos pelos profissionais:

[...] não só a categoria mediação, mas [...] outras categorias, [...] nós [...] temos [...] dificuldade de apropriação, talvez [...] pela intrínseca dialética e contraditoriedade [...] (DOCENTE, 2).

Embora este sujeito tenha responsabilizado os docentes em relação à articulação teoria e prática, sabe-se que a própria ideologia burguesa possibilita tal dissociação, porém ressalta-se que a disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos tem sua importância no processo de formação dos assistentes sociais, destaca-se nesse trabalho, portanto, a necessária apropriação teórico-metodológica dos docentes dessa disciplina. Torna-se relevante, a apreensão do movimento dialético e contraditório da realidade, para compreender e apropriar a categoria mediação.

Ainda com relação à interpretação do materialismo histórico dialético, um dos sujeitos da pesquisa optou por recorrer a um exemplo para afirmar a importância de se entender os processos materiais de produção da vida social que são construídos dialeticamente, ainda que faça alusão à prática profissional do Serviço Social.

Pensa na vaca, a bolsa [...] é a minha tese [...], eu vou entender porque que ela virou bolsa. Vou desconstruir ela [...], era uma vaca, [...] aí ela passou pelo processo de produção [...] depois [...] virou uma bolsa. [...] esse é o produto. [...] posso imaginar mais ainda, [quem] fabricou a bolsa, não ganhou o que o dono vai ganhar porque tem a mais-valia que foi extraída ali. Então, **isso é dialética, é você entender tudo** [...] a partir do momento que você enxergar uma bolsa só como bolsa, ela vai ser só a bolsa [...] não tem a dialética no meio dessa história. (DOCENTE 1) [grifo nosso]

Ressalta-se, ainda, nessa questão, a relação entre o movimento dialético e a necessidade de aprimoramento profissional. Nesta direção, um dos entrevistados afirma que o Serviço Social :

[...] é uma profissão que [...] muda, até os textos [...] mudam de um ano pro outro, [...]incluem coisas novas (...) [Serviço Social] é muito ligada ao caminhar do social, das questões sócio-políticas e econômicas [...]. (DOCENTE 4)

Se, nestas respostas observa-se a alusão à dialética materialista, a interpretação do caráter ontológico que lhe é inerente torna-se mais distante. Assim, ao interpretar a categoria mediação, alguns dos sujeitos entrevistados tendem a esvaziá-la deste caráter. Percebe-se que esta é uma reflexão mais árdua e com debate mais recente entre alguns docentes; talvez, por exigir uma reflexão de caráter filosófico e com maior rigor na apropriação da dialética na interpretação marxiana. Diante destes fatos, dois sujeitos tendem a afastar-se desta interpretação e repor, sobre formas diversas, reflexões próximas do ecletismo e que expressam uma tendência em separar os aspectos materiais da interpretação filosófica como se estas instâncias se situassem em dois planos. Consideram que:

É trazer essa compreensão do homem, é [...] **entender o homem, raciocinar, pensar, refletir, filosofar, fazer essa apropriação do ser humano, do ser homem, [...] entendendo [...] não só numa questão material, mas numa questão filosófica**, e trazer uma compreensão do homem para o social. (DOCENTE 2) [grifos nossos]

Muito pouco eu li. [...] Mas, [...] quando a gente **ouve falar de ontologia, a gente pensa [...] num começo e um compêndio, todas as coisas reunidas numa coisa só** [...]. (DOCENTE 1) [grifos nossos]

Por outro lado, um dos sujeitos expressa sua preocupação em entender o que é ontologia social e traz uma interpretação mais próxima da vertente marxiana, o que nos revela a presença deste debate na categoria profissional:

[...] **eu acho difícil de compreensão**, mas a **ontologia social eu entendo [...] como o ser social, o ser em construção, o ser que [...] vive na sociedade e, o momento histórico sócio-político influencia na sua condição.** [...] Eu não entendi ainda, eu acho que eu estou nesse processo [...]. (DOCENTE 3) [grifos nossos]

A referência à relação entre ontologia e método aparece com diferentes níveis de aproximação ou distanciamento da perspectiva marxiana. Para um dos sujeitos, parece situar-se mais distante, o que se revela, inclusive na dificuldade de entender a pergunta sobre a mediação como uma categoria constituinte dessa relação. Este sujeito explicita uma dificuldade presente entre os assistentes sociais que têm conhecimento das questões e polêmicas discutidas por estes profissionais:

Se ela [categoria mediação] é do nascimento [ontológico]? [...] Eu não acho que ela é do nascimento, acho que ela [...] vem sendo posta depois, [...] quando se fala da dicotomia entre teoria e prática [...]. (DOCENTE 1)

Outro sujeito da pesquisa, na resposta à questão, optou pela recorrência a textos que discutem sobre a ontologia social, e a partir deles repõe, a necessária reflexão sobre o tema em questão. Considera-se que este sujeito expressa uma tendência presente na categoria profissional com relação à necessária recorrência à perspectiva marxiana. Por outro lado, o mesmo sujeito ao distanciar-se do autor, revela o risco em distanciar-se desta perspectiva e chega a ensaiar uma resposta em que ontologia equipara-se a estudo; risco presente, cotidianamente, no universo profissional do assistente social.

Eu acho que é ontológica. Inclusive, [num] texto do Paulo Netto, [...] ele fala muito do Marx ontológico e não epistemológico. [...] Eu comecei a pensar o que é ontologia, [...] Eu parava pra pensar [...] como que isso funciona [...] porque saber que é estudo do ser [...] mas [...] o que significa? Então eu acho que [...] a categoria mediação é ontológica. (DOCENTE 4)

[...] ontologia é o estudo do ser [...]. Então, ontologia social seria [...] **um estudo, um olhar pra caminhada desse ser dentro das suas relações, dentro do social, dentro do seu habitat.** (DOCENTE 4) [grifo nosso]

Outra tendência também presente na categoria profissional é a que se revela na seguinte interpretação:

[mediação] é ontológica, porque está eivada [...] da ideia de homem, **da categoria homem.** [...] **Se você quer mediar, você tem que entender,** [...] se você quer agir, **você tem que mediar,** [...] **você tem que buscar uma concepção sobre o que você vai agir,** [...] nós [assistentes sociais] somos pessoas que [trabalhamos] com seres humanos, [...] e ser humano pressupõe viver em sociedade, [...] compreensão ontológica do homem. Você tem que entender o homem e tem que entender a sociedade [...], [temos] que fazer essas aproximações. Ora, a centralidade da mediação está clara [...]. (DOCENTE 2) [grifos nossos].

Observa-se nesta interpretação a dificuldade de compreensão do que, na tradição marxiana considera-se por categoria, na medida em que o sujeito faz alusão à “categoria homem”. A mesma dificuldade expressa-se na identificação da categoria mediação com o verbo mediar, assim como a utilização deste verbo

para falar da relação entre o assistente social e os sujeitos sociais com os quais trabalha em seu cotidiano profissional. Para mediar, diz este profissional, é necessário buscar uma concepção para fundamentar o agir (DOCENTE 2); o que repõe, novamente a dicotomia entre teoria e prática. Decorre ainda da interpretação deste sujeito, a atualização de uma tendência em interpretar a prática profissional como ajuda psicossocial.

Outra interpretação é a que tende a reafirmar uma imposição positivista no interior da própria interpretação do materialismo histórico. Trata-se de uma tendência a associar, de forma direta, uma visão de mundo a um outro método. Neste sentido, diz um dos sujeitos:

[...] a gente ainda está em construção, [...] em efetivação e [...] dependendo da sua visão de mundo, da sua visão crítica ou [...] do método no [...] Serviço Social, você [...] efetiva algumas visões, positivistas ou não críticas [...]. (DOCENTE 3)

Verificou-se que para interpretar a relação entre ontologia e categoria mediação é imprescindível a apropriação do materialismo histórico-dialético, que foi evidenciado na primeira questão desta análise. Alguns sujeitos tiveram dificuldade em discorrer sobre o tema abordado, talvez por, aparentemente, tratar-se de assuntos estritamente teóricos - embora de articulação abstrata. Outros sujeitos revelam, como já salientado, a tendência ao ecletismo que repõe o conservadorismo presente na trajetória sócio-histórica do Serviço Social sob as vestes de referências esparsas ao Marx. Contudo, observa-se o esforço da categoria para apropriar-se do referencial crítico posto pela teoria social de Marx, como se afirma, também, na interpretação do que é mediação, como traduz um dos sujeitos na resposta à pergunta: o que é mediação?

Eu entendo mediação [...] como um termo que a gente criou, não só o Serviço Social, [...], para [...] tentar explicar isso, qual é o entendimento [...] da consciência em-si, para-si, da consciência de classe, [...] a mediação é tentar explicar isso, entender a totalidade pra gente ver como trabalho. (DOCENTE 1)

Observa-se, mais um vez, na resposta a esta última pergunta, sobre o que é mediação, as dificuldades em se desvincular do ecletismo:

[...] quando eu trabalho com famílias, eu me sinto mediando conflitos, às vezes, até intrafamiliares [...]. Quando eu trabalho com família dentro das propostas públicas, é uma mediação diferente, entre o espaço do privado com a questão do direito público, das coisas que vem do público, então eu percebo o assistente social como mediador, no sentido de poder fazer essa ponte, [...] que é uma ponte conflituosa, [...] tanto nas questões mais intra como nas questões de contexto [...]. Então, eu percebo assim, que todos os espaços onde o assistente social está, seja numa relação mais próxima com o usuário, [...] existe [...] um complexo relacional [...] que ele vai ser o mediador. (DOCENTE 4)

[...] uma das questões da categoria mediação [...] é a postura do profissional mediador [...]. De que forma ele se coloca dentro da relação, e isso vai fazer a diferença, porque às vezes ele até tem teoricamente, mas qual é a posição dele diante do outro? [...] a questão da horizontalidade [...] é fundamental, [...] potencializa o outro. (DOCENTE 4)

A referência à categoria mediação está, na interpretação deste docente, associada a um processo dialógico, aos moldes do que se punha na proposta da vertente que interpreta o serviço social como ajuda psicossocial com suposta recorrência à fenomenologia e ao personalismo, desvinculada de postura política e descontextualizada social e historicamente. Mediação é, neste contexto, meramente um processo metodológico e a alusão a ela se dá em concomitância com outras formas de apreensão como - a mediação de conflitos, mediação familiar, etc. Com essa análise, compartilhamos com Guerra (2010), ao afirmar que a “intenção de ruptura” possibilitou o rompimento com o conservadorismo, em sua tradição positivista, porém tal rompimento não se faz presente em todos os sujeitos pesquisados, no exercício profissional. Observa-se que subsiste a interpretação da categoria mediação associada a uma metodologia de trabalho, perpassada pelo processo dialógico. Dessa forma, diante do pós-modernismo, retratando a realidade de forma multifacetada, em ações como as expostas pelo docente acima citado, o exercício profissional e a categoria mediação circunscrevem-se mais próximos à manutenção da ordem social vigente, num processo de conservadorismo. Confirma-se, a análise de Teixeira e Braz (2009) com relação à consolidação de uma tendência da filiação à ordem burguesa e ao triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa de sociedade. Sobre essa discussão um dos sujeitos pesquisados ratifica

[...] o que diz a intelectualidade do Serviço Social que, tanto a teoria sistêmica, quanto a fenomenologia são novas faces [...] do positivismo. (DOCENTE 2)

Por outro lado, novamente, revela-se o entendimento da categoria mediação como um dos elementos constitutivos do método em Marx, necessário para a superação do conservadorismo presente na trajetória sócio-histórica do Serviço Social, o que evidencia a maturidade intelectual a que se reporta Iamamoto (2001), e a apropriação dos fundamentos teórico-metodológicos críticos pelo Serviço Social:

[...] a [...] mediação vem daí, de romper com [o] conservadorismo que uma sociedade capitalista [...] e totalmente fragmentada, coloca, então a gente [deve] romper com esse processo. (DOCENTE 3).

[...] A mediação vem até pelo conhecimento, como um processo histórico, se eu não conhecer a história eu não sei porque as coisas caminharam dessa maneira [...]. A mediação passa [...] também pela história, por eu entender historicamente o processo. (DOCENTE 1)

A referência à categoria mediação, não se esgota no necessário movimento de desvelar aspectos da realidade social presente no cotidiano da atuação profissional do assistente social; mas ela está associada a um referencial crítico que se manifesta no compromisso político-ideológico com a construção de um projeto societário contrário à manutenção da ordem social vigente, que aparece no entendimento dos sujeitos da pesquisa.

[...] se você não tiver a consciência [...] dessa categoria mediação, como instrumento, você acaba visualizando [a] questão social de forma equivocada, e aí [...] não contribui para o processo de superação da condição do indivíduo [...]. [...] eu acho que a mediação ela possibilita isso. [...] a utilização da categoria mediação possibilita [...] apreender o que está por detrás desse imediatismo, [...] que não é só [o] que o usuário está trazendo, a situação é muito maior [...]. (DOCENTE 3)

[...] se a gente [...] pegar a mediação enquanto dialética, [...] ela pode levar a uma revolução [...]. Então, a mediação passa por aí. (DOCENTE 1).

[...] com a mediação [...] pode se apropriar do outro [...]. Exatamente, como o outro é contraditoriamente, fazer essa apreensão, resguardando [a] singularidade daquele indivíduo, daquela situação, apreender e se apropriar e fazer [...] aquele movimento dialético, de [...] realimentar, fazer todo esse movimento dialético no sentido de construção do que se propõe, [...] no caso do serviço social, eu entendo, que é um outro tipo de sociabilidade. (DOCENTE 2).

Porém, está presente também a idéia do reformismo, da mudança e alcance de uma outra forma societária via reformas:

ela [mediação] não está dissociada de uma questão ideológica, [...] a visão de mundo, [...] a visão do ser humano, de um mundo justo, de **um mundo é mais solidário**. (DOCENTE 4)

Eu acho que a riqueza [...] dessa categoria [mediação] está [na participação] e eu acho que isso vai ser uma coisa de mudança e mudança muito [...] significativa. [...] vai ser uma mudança societária, mas de outros níveis, não é aquela mudança idealizada, [...] de uma sociedade proletária que vai tomar conta, mas vai ser uma mudança, porque é uma democracia [...] participativa, exigente [...]. (DOCENTE 4)

Associado a este projeto reformista, os aspectos relevantes da utilização da categoria mediação nos espaços técnico-operativos do assistente social, é interpretada da seguinte forma:

[...] como você media o seu olhar, o olhar crítico dessa família [...] no trabalho do assistente social [...] tem o saber profissional, eu acho que ele [...] empodera o profissional para algumas coisas que, se a família não tiver [o profissional] no meio [...], essa família não caminha só, é como [se] ele pudesse potencializar essa família, mas [...] no sentido dela poder abrir espaço para [...] defender direitos [...]. De empoderamento, [...] abrir um espaço de reflexão, acho que isso é fundamental, que o profissional tenha uma postura de abrir espaço de reflexão, sempre. (DOCENTE 4)

Outro aspecto relevante refere-se à utilização da referência à mediação como uma instância a partir da qual se opera o vínculo entre a teoria e a prática profissional; mas nesta tendência corre-se o risco de interpretar a mediação como estratégia de ação, como algo que se presentifica na relação entre o profissional e os usuários dos serviços aos quais ele está chamado a gerenciar e viabilizar:

[a] mediação é tanto uma categoria teórica, quanto uma categoria analítica. E quanto uma categoria metodológica, é essencial para atuação do assistente social no cotidiano, na prática. (DOCENTE 2)

[...] eu vejo a mediação, no serviço social, na atuação [...] como uma estratégia de ação, eu acho que ela [é] muito mais que um instrumental de atuação, [...] a mediação [...] é um meio [...] do profissional fazer acontecer, fazer a transformação. [...] a mediação é uma categoria importantíssima, que está presente no nosso dia a dia, presente no [...] espaço que a gente trabalha, [...] na relação com o usuário e nas possibilidades que você tem de superação da condição dele. (DOCENTE 3)

A categoria mediação ela faz [...] a ponte entre o pensamento e a ação. [...] ela é fundamental pra que a gente possa fazer esse movimento e pra que essa forma de pensar, essa forma de definir, algumas questões relacionais, do mundo do trabalho, [...] possam ser trazidas para a questão vivencial. [...] a categoria mediação, [...] vai fazer essa relação do método, com a questão da vida diária, [...] da intelectualidade, do pensamento com a questão do vivencial, do vivencial do profissional no dia-a-dia da relação dele com o próprio lugar que ele trabalha. (DOCENTE 4)

Verifica-se nessa tendência de simplificação da categoria mediação, enquanto relação teoria e prática, a incidência da perspectiva reatualização conservadorismo:

[...] com a ação profissional, fazer essa relação teoria e ação e dentro dessa ação, a posição que ele coloca o usuário da ação [...] como ele vê o outro, porque eu acho que isso é fundamental. Porque [...] teoricamente e metodologicamente, está muito claro, só que como [...] construir isso na relação com o outro, que é o nó. (DOCENTE 4)

É evidente, também, o esforço dos assistentes sociais para a apreensão da categoria mediação, na perspectiva marxiana, no bojo de referências ao exercício profissional:

[...] o que foi proposto, o que foi pedido, o que foi o anseio da população, está no papel, mas não existe de fato. [...] o mediar, é tentar trabalhar com esses grupos pra esse entendimento. [...] eu entendo a mediação [...] como [...] tentar entender e tentar trabalhar dessa forma. [...] o trabalho dentro das instituições. [...] É eu entender como funciona o todo, [...] fazer uma análise institucional do todo [...], quem são aqueles agentes instituídos, os instituintes, quem é que manda, quem é que obedece, quem é subalterno, quem está em segundo plano [...] e o usuário que participa disso. É fazer uma análise do todo e interpretar [...]. (DOCENTE 1)

As enchentes, [...] aquela comunidade que está [...] sofrendo, está tentando mostrar, fazê-los entender, que aquele rio estourou, foi culpa da chuva? [...] ninguém prevê [...] a chuva [...], mas se tivesse tudo muito bem estruturado, se os prédios [fossem] de materiais legais, se não tivesse [...] a corrupção, desvio de dinheiro, tudo mais, não teria acontecido daquela maneira, a catástrofe não seria tanto [...]. Tem esse outro lado, mas também não adianta só orientar, a orientação tem que ser por algum motivo justo, tem que ter uma reivindicação por trás disso [...]. (DOCENTE 1)

Ou seja, neste entendimento, o profissional deve desvelar as mediações presentes nas situações reais e demonstrá-las aos sujeitos de sua ação profissional. Porém, conforme o mesmo sujeito da pesquisa aponta que:

[...] a mediação [...] é mediar o próprio entendimento do conhecimento que nós temos com o conhecimento da comunidade, ou do grupo com a qual você está lidando [...]. (DOCENTE 1)

Nesse sentido, volta-se à necessidade de apreender a realidade social, histórica, política da “comunidade ou do grupo” com a qual se trabalha. Um dos sujeitos pesquisados afirma que:

[...] através da categoria [...] mediação, a gente [...] pode se apropriar do outro, [...] exatamente, como o outro é contraditoriamente, [...] fazer essa apreensão, resguardando [a] singularidade daquele indivíduo, daquela situação, apreender e se apropriar [...]. (DOCENTE 2)

A mediação para esse sujeito possibilitaria a apropriação “do outro”, e afirma que, apropria-se do outro “resguardando a singularidade” do indivíduo e da situação, ou seja, entende-se que a mediação seria o meio através da qual o profissional realiza, metodologicamente, àquela apropriação. Dessa forma, através da mediação seria possível apreender a situação com a qual se trabalha e nela intervir. Embora este sujeito compreenda a importância da categoria mediação para a intervenção profissional, esta tende a reduzir-se a um instrumento metodológico, ou a aproximar-se de uma perspectiva dialógica como se sustenta no debate da recorrência à fenomenologia em que vislumbra a prática profissional como ajuda psicossocial. Entretanto, nas discussões anteriores, este mesmo sujeito, demonstra a categoria mediação em sua dimensão política, vinculada à superação da ordem social vigente. Nota-se, portanto, a dificuldade em transportar para o âmbito da atuação profissional, um categoria que revela-se como fundamental para a compreensão de um pressuposto teórico metodológico vinculado à perspectiva crítica.

Ao falar da categoria mediação um dos sujeitos entrevistados traz à discussão:

Eu utilizo a perspectiva da mediação pra tudo, a partir do concreto pensado [...]. Se aquilo lá não é concreto pra mim eu vou estar mediando outras práticas, [...] outras estratégias, outros instrumentais, outra visão de mundo. (DOCENTE 1)

Para este sujeito “o concreto só é concreto se ele é concreto pensado” (DOCENTE, 1), consolidando a reflexão de Guerra (2010) de que “o movimento da consciência em direção ao conhecimento busca apanhar as conexões racionais que e colocam na realidade presente.” (GUERRA, 2010, p. 183), conclui-se que a intervenção profissional deve partir da realidade e dos fenômenos imediatos, buscando as mediações postas, através do movimento dialético da consciência.

Porém, outro sujeito pesquisado afirma:

[...] a mediação perpassa a idéia do chegar mais perto do operativo, não é tão intelectual [...] ou tão teórica. Não que não seja, mas, [...] ela perpassa essa ideia da vinculação técnico-operativa. (DOCENTE 2) [grifo nosso].

A referência à dimensão operativa aparece desvinculada da apreensão da categoria mediação como pressuposto teórico-metodológico e político. Ou então, como aponta Guerra (2010), ao desconsiderar o movimento dialético: “O método [...] constitui-se num conjunto de procedimentos a serem adotados nas diferentes etapas tradicionalmente consagradas pela profissão como estudo, diagnóstico, intervenção e avaliação.” (Guerra, 2010, p. 172), tendência que se visualiza em outro trecho da entrevista:

Ela [mediação] leva, [...] o intelectual pro prático e traz do prático pra que a gente possa racionalizá-la. [...] Acho que ela é essencial nesse sentido [...] de poder [...] aproximar o método da realidade. [...] (DOCENTE 2)

Evidencia-se, portanto, que alguns sujeitos pesquisados apropriam-se de fontes teóricas que refletem sobre o materialismo histórico-dialético, uma vez que todos eles ressaltam a importância da teoria marxiana e a necessária superação da ordem social vigente. Porém, ao discorrer sobre a categoria mediação, esta apropriação revela-se não muito sólida. Encontramos a tendência ao ecletismo e até mesmo propostas que se aproximam de tendências positivistas/fenomenológicas que se supõe como partes de uma trajetória histórica ultrapassada no Serviço Social contemporâneo. São aproximações em que sobretudo, a intervenção profissional é associada à ajuda psicossocial, revelando a presença do conservadorismo no meio profissional; assim como simplificações da

categoria mediação enquanto relação teoria e prática ou, ainda, como um instrumento metodológico para a intervenção profissional.

Nesse sentido, tendo em vista o projeto ético-político que norteia o Serviço Social, ressaltamos a importância da disciplina de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos e a apropriação do método em Marx, assim como da categoria mediação pelos docentes que a lecionam, uma vez que esses são corresponsáveis pela formação profissional. Portanto, faz-se necessário uma discussão mais aprofundada sobre o método traçado por K. Marx, assim como da categoria mediação, no meio profissional, afim de evitar ecletismos, e posturas políticas conservadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada verificou-se que a categoria mediação, constitutiva do método em Marx, para além de uma ferramenta metodológica de intervenção no exercício profissional do assistente social, revela-se como fundamental para a apreensão da unidade entre método e ontologia e pressupõe uma postura ideo-política de superação da ordem social vigente. A construção dessa apreensão tornou-se possível, sobretudo, a partir da crítica à dialética hegeliana, uma das bases fundamentais para a crítica a sociabilidade burguesa empreendida por K. Marx, no âmbito da qual, tal autor constrói o método denominado por Lukács de materialismo histórico-dialético.

Para construir uma discussão sobre o método em Marx, buscou-se a compreensão da dialética e da contraditoriedade nos filósofos pré-socráticos, partindo para a discussão metafísica platônica e a crítica trazida por Hegel. Hegel estabelece, portanto, uma discussão dialética tendo por base a historicidade, embora de forma idealizada, tendo como fim da história: o Espírito Absoluto. Porém, é a partir de Hegel que se estabelece a discussão da contradição e da mediação como um vir-a-ser.

Com as discussões partidas de Hegel, Marx, como um jovem hegeliano, critica o pensamento idealista, construindo um método partindo de fatos materiais, históricos: o materialismo histórico-dialético, através do qual analisa e estuda a sociedade burguesa, criticando-a a partir de uma estrutura teórico-metodológica crítica, entre eles a categoria mediação, constitutiva de seu método.

Porém, é através da leitura de seus seguidores, entre eles Lukács, que se torna possível a compreensão do método inaugurado por Marx, uma vez que este não possui uma obra específica que trata especificamente do método, realizando essa construção ao longo de seus trabalhos. Lukács, portanto, traz em suas discussões a unidade entre método e ontologia social para a compreensão do materialismo histórico-dialético. A partir de conceitos como totalidade e universalidade, num movimento dialético, este autor sistematiza e racionaliza a apreensão da categoria mediação.

Destacou-se que, embora de caráter epistemológico, o primeiro capítulo trata também do aporte político da categoria mediação, uma vez que Marx

apreende o método a partir da análise da sociedade burguesa, assim como cria elementos para a sua crítica e necessária superação da ordem social vigente.

Mostrou-se que Marx parte da compreensão do trabalho como categoria fundante do ser social, como produção e reprodução de sua sociabilidade e, dele, constrói e sistematiza o método para análise da sociedade burguesa que põe e retira peculiaridade humano-sociais. Evidenciou-se que Marx, revela a emergência e consolidação do modo de produção capitalista e situa que neste modo de produção, o trabalho perde seu caráter fundante. Na lógica capitalista, que objetiva a acumulação de riquezas e a extração da mais-valia, o trabalho torna-se um meio para o alcance de tal objetivo; o homem, portanto, submete sua força de trabalho aos interesses capitalistas, alienando-se.

No decorrer da pesquisa destacou-se que Marx nos mostra que as relações sociais erguem-se sob os interesses econômicos, sendo assim, a racionalização dos fatos sociais e a categoria mediação perpassa por tal compreensão, tendo em vista os interesses econômicos, políticos e ideológicos de uma determinada classe social - a burguesia. Portanto, a mediação desvelará os fatos sociais perpassados por tais interesses classistas, adquirindo uma postura ideo-política contrária à ordem social vigente.

Feito tal estudo e apreensão, foi possível realizar uma discussão da trajetória sócio-histórica do Serviço Social e as incorporações teórico-metodológicas e mediações que perpassam tal apropriação, articuladas a uma postura ideológica e política de conservação ou transformação societária. Buscou-se apreender o processo histórico de incorporação e amadurecimento dos fundamentos teóricos e o método em Marx, e a categoria mediação entre seus elementos constitutivos.

Observou-se que, a apropriação teórico-metodológica feita pelo Serviço Social perpassa por várias mediações: em sua gênese, o Serviço Social estabelece uma postura conservadora em relação à ordem social vigente; verificou-se que diante da necessidade de intervir nas necessidades sociais postas pela classe trabalhadora acarretada pela industrialização emergente no Brasil, e do interesse político de recristianização da Igreja Católica, o Serviço Social apropriou-se teórico e metodologicamente da matriz positivista mediada por esse contexto sócio-histórico. Delimitou-se o período conservador da gênese do Serviço Social ao “Congresso da Virada” em 1979, na qual o exercício profissional do assistente social conservava o poder socioeconômico estabelecido.

Refletiu-se em seguida que após meados da década de 1970, diante do contexto sócio-histórico implantado pelo Regime Militar em 1964, emergem-se movimentos e lutas sociais, na qual o Serviço Social não se põe alheio à situação vivenciada pela classe trabalhadora. Assim sendo, os aportes teóricos de matriz positivista passam a ser questionados pela categoria profissional. Ou seja, diante de tal realidade social, econômica, política, cultural o Serviço Social passa a repensar os fundamentos teórico-metodológicos até então incorporados; leva a categoria a pensar não mais em instrumentos e técnicas de intervenção profissional, mas a questionar a teoria social apropriada para o seu exercício profissional; portanto, o Serviço Social deixa de refletir a profissão de forma endógena. Dessa forma, a profissão passa a discutir tal contexto sob a ótica da teoria social crítica de Marx. Num primeiro momento a apropriação de tal aporte teórico deu-se a partir de um “marxismo sem Marx”; salienta-se que o processo de amadurecimento teórico-metodológico crítico no Serviço Social foi possível diante do próprio cenário estabelecido pela Ditadura Militar, ou seja, a profissão passou a refletir dentro dos muros acadêmicos - os programas de pós-graduação tiveram um aumento, assim como pesquisas, artigos científicos, dissertações e teses tiveram um salto de publicações.

Posto tal quadro sócio-histórico, foi possível tratar de contribuições de autores, assistentes sociais, que refletem sobre os fundamentos teórico-metodológicos críticos e da apropriação da categoria mediação pelo Serviço Social, na contemporaneidade. Destacou-se dentre eles: José Paulo Netto, Marilda Yamamoto, Carmelita Yasbek, Yolanda Guerra.

Salienta-se que a teoria social crítica de Marx hegemônica na profissão e o projeto ético-político do Serviço Social - que visa a superação da ordem social vigente - fundamentam os documentos, legislações, entre eles as Diretrizes Curriculares do Serviço Social, embasando a formação profissional dos assistentes sociais. Assim sendo, os docentes do Serviço Social devem garantir o ensino dessa teoria e método em Marx, e a categoria mediação, uma vez que esta é primordial para o exercício profissional, buscando objetivar o projeto ético-político do Serviço Social.

Dada a importância da categoria mediação para o Serviço Social e sua intervenção na realidade sócio-histórica, essa questão é colocada para a análise

dos docentes que lecionam o método em Marx em unidades de ensino presenciais abrangidos pelo Cress/SP 9ª Região - Seccional de Presidente Prudente.

Partindo da apropriação do método dialético no contexto da teoria social de Marx, constatou-se que todos os sujeitos pesquisados apropriam-se devidamente de tal método e, vinculam o método dialético, assim como o materialismo histórico, a uma postura ideológica e política de superação da sociedade capitalista; vislumbram um outro projeto societário, contrário ao estabelecido. Porém, ao indagar sobre a interpretação da relação entre ontologia e método, os sujeitos apresentaram certas dificuldades e insegurança ao tratar do tema exposto; credita-se a esse fato ao aparente vínculo, meramente, teórico da ontologia, embora sua construção seja feita racionalmente, abstratamente, ao nível do pensamento. Entretanto, registra-se novamente que os sujeitos têm devida apropriação do materialismo histórico, o que traz à tona a relação que os mesmos realizam entre os fatos históricos e materiais - ontológicos e o saber epistemológico.

Em relação à apropriação que os docentes fazem da categoria mediação, verificou-se que, embora a mediação seja um elemento constitutivo do método em Marx, e que os docentes apropriam-se devidamente do método dialético, do materialismo histórico, há um ecletismo em relação à apreensão da categoria em questão. Perpassa por ele a relação entre teoria e prática, a simplificação em uma metodologia de intervenção profissional e até mesmo a mediação de conflitos familiares, sociais, conforme a teoria sistêmica. Observou-se, também, a presença de apreensão da categoria mediação como metodologia de ação profissional num processo dialógico, conforme a fenomenologia, repondo, assim, o conservadorismo presente na trajetória sócio-histórica do Serviço Social e de suas apropriações teórico-metodológicas.

É presente nas reflexões dos sujeitos pesquisados, a condição abstrata da categoria mediação, a forma intelectual desta; ou seja, a mediação restrita no âmbito intelectual, como forma de aproximar do operativo profissional; a mediação como forma de “mediar” os conhecimentos profissionais e dos indivíduos da ação do assistente social. Salienta-se, portanto, o ecletismo presente no trato da categoria mediação.

A análise dessas reflexões demonstra que, embora todos os sujeitos da pesquisa tenham a compreensão do método em Marx, assim como do caráter político de superação da sociabilidade burguesa, ao tratar da categoria mediação os

mesmos perdem-se em sua apropriação marxiana, sob as vestes de referências esparsas à Marx. Apontam, ainda, tendências conservadoras à discussão e utilização da categoria mediação, embora discurssem sobre àquela necessária superação da ordem hegemônica, esta aparece também, sob a forma de reformas desta sociedade.

É evidente que a apropriação da categoria mediação e a sua referência à prática profissional em alguns sujeitos pesquisados não estão em consonância com a matriz marxiana, ou seja, ao tratar do método em Marx todos têm incorporado tal apreensão, porém ao referir à categoria mediação e a prática profissional estes perdem-se em seus discursos.

Ressaltando a relevância da categoria mediação na atuação profissional, entende-se que esta categoria permite aos assistentes sociais atuarem e intervirem na realidade sócio-histórica: ao racionalizar a realidade posta ao profissional, supera a imediatividade dos fatos sociais, desvelando as mediações postas aos fatos que aparecem como individuais e imediatos; numa visão de totalidade, a partir de tal categoria é possível superar o conservadorismo presente nas atuações profissionais que encontra seu fim nos fatos imediatos. Portanto, a categoria mediação demanda uma postura ideo-política que visa à superação da imediatividade, assim sendo, busca a transformação da ordem social hegemônica. Esta pesquisa, portanto, evidencia a categoria mediação a partir dessa apreensão, enquanto imprescindível para a atuação profissional, assim como, diante de um objetivo maior posto pelo projeto ético-político.

Neste sentido, compreende-se de extrema importância o fomento à discussão do método em Marx e da categoria mediação, uma vez que esta é imprescindível à atuação profissional. Indica-se que esta discussão deve ser tratada também ao nível da docência, ressaltando a importância dos assistentes sociais docentes no processo formativo profissional.

Assim sendo, sem esgotar o tema abordado nesta pesquisa, é sabido que os assistentes sociais têm desafios constantes postos pelo próprio contexto sócio-histórico, portanto, cabe aos mesmos - destaca-se aqui o papel dos docentes - a discussão e reflexão de fundamentos teórico-metodológicos, assim como o seu vislumbre no exercício profissional, visando a transformação e superação da ordem social vigente, e da efetivação do projeto ético-político do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

AGUIAR, António Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ARALDI, Elmides; GUEDES, Olegna de Souza. A categoria liberdade nos códigos de ética dos assistentes sociais: uma das medições do projeto profissional do serviço social no Brasil. In: GUEDES, Olegna de Souza (org.). **Serviço Social e Políticas Públicas: processos de trabalho e direitos sociais**. Londrina: EDUEL, 2009. p. 199 - 234.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Fundamentos Éticos do Serviço Social. In: CFESS. ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 166-184.

BEM, Arim Soares do. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302006000400004&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 jun. 2010.

BORHEIM. **Os filósofos pré-socráticos**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2010.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez/CELATS, 1984.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A gênese do Capital**. segundo Rosdolsky. <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=89>. Acesso em: 07 ao. 2009.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS. **Teorização do Serviço Social: documentos Araxá, Teresópolis, Sumaré**. 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

ENGELS, Friederich. **Dialética**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/cap02.htm>. Acesso em: 12 maio 2008.

_____. Fragmento não publicado do “Feuerbach”. In: MARX, K. ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã e outros textos**

filosóficos. 3 ed. São Paulo: Biblioteca do Socialismo Científico: Editorial Estampa, 1975. p. 83-148.

GONÇALVES, Pe. **Alfredo J. Doutrina Social da Igreja: história e desafios**. Disponível em: <http://www.cnl.org.br/pub/publicacoes/efd1ea4e292b2d48e30cd543f90d9d ee.doc>. Acesso em: 28 abr. 2010.

GUEDES, Olegna de Souza. **A compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social: uma influência neotomista**. Disponível em: <http://www.uel.br/portal/frm/frmOpcao.php?opcao=http://www.ssrevista.uel.br>. Acesso em: 07 mar. 2010.

_____. **Implicações da concepção neotomista de homem na gênese do serviço social brasileiro - 1930/1940**. 2000. Dissertação (Mestrado) - PUC-SP, São Paulo.

_____. **Interpretações do humanismo no Serviço Social brasileiro**. 2005. Tese (Doutorado) – PUC/SP, São Paulo.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007

HEGEL, Georg W.F. **A fenomenologia do Espírito: introdução à história da filosofia**. 2 ed. São Paulo: Ed. Nova Cultura, 1989.

_____. **A fenomenologia do Espírito**. Texto mimeo. Traduzido para utilização na disciplina de “História da Filosofia Moderna III”, ministrada pelo Prof. Paulo Eduardo Arantes, no primeiro semestre de 1991, USP-São Paulo.

HOBBSAWM, Eric J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. O Serviço Social na Cena Contemporânea. In: CFESS. ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009. p. 15-50.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O debate contemporâneo do serviço social e a ética profissional. In: BONETTI, Dilséa A. SILVA, Marlise V. SALES, Mione A. (et. al.) **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001. p.87 - 104.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

KOIKE, Maria Marieta. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS. ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009. p. 201-219.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LESSA, S. **Lukács: Ética e Política** Observações acerca dos fundamentos ontológicos da ética e da política. 2005. Texto mimeo

LÖWY, Michael. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUKÁCS, G. Marxismo e questões de método na ciência social. In: NETTO, J.P. (org). **Georg Lukács: sociologia**. São Paulo: Ática, 1981. p. 59 - 108.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política** (Grundrisse) 1857-1858. 17 ed. Siglo Veintiuno Editores. (Biblioteca del Pensamiento Socialista).

_____. A miséria da filosofia. In: MARX, K. ENGELS, F. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã e outros textos filosóficos**. 3 ed. São Paulo: Biblioteca do Socialismo Científico: Editorial Estampa, 1975. p. 51 - 58.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>>. Acesso em: 12 ago 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MENESES, Paulo. **Para ler a fenomenologia do espírito**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

MORA, J. Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós- 64**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O que é Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria O. da Silva e. Trinta anos da revista Serviço Social & sociedade; contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano 30, n.100, p.599-649, out./dez. 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CFESS. ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009. p. 185-199.

YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social. In: CFESS. ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009. p. 143-163.

YASBEK, Maria Carmelita. O Significado Sócio-Histórico da Profissão. In: CFESS. ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009. p. 125-141

ANEXOS

ANEXO A

Roteiro para Entrevista

Dados para identificação do perfil dos sujeitos pesquisados

Tempo de formação profissional:

Tempo de atuação profissional como assistente social

Tempo de exercício de docência

CH na docência () 20 horas () 40 horas () Outro: Acúmulo de funções () S () N

Nível: graduação () Especialista () Mestrado () Doutorado () Disciplinas ministradas

Projetos desenvolvidos () pesquisa () extensão () ensino

Questões

1. A análise do método em Marx está entre os conteúdos ministrados na disciplina de Fundamentos?

a) Se sim, quais são os autores aos quais você se reporta para abordá-los?

b) Se não, em que disciplina do currículo eles se situam?

2. Para você, quais são os principais elementos constitutivos do método em Marx?

3. Para você, quais são os aspectos relevantes na utilização da categoria mediação nos espaços técnico-operativos nos quais se situam o trabalho do assistente social?

4. Para você, quais os aspectos relevantes da categoria mediação que devem ser evidenciados, quando de reflexão sobre os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social?

5. Qual é, no seu entendimento, a importância da categoria mediação para a compreensão da dialética na perspectiva do materialismo histórico?

6. Para você existe relação entre perspectiva metodológica e projeto político?
7. Na trajetória do Serviço Social no Brasil, é possível localizar uma relação entre diferentes referenciais teórico-metodológicos e adesão a perspectivas ideológicas também diversas? Explique sua resposta.
8. A perspectiva de ruptura é uma das bases fundantes do projeto ético político do Serviço Social no Brasil. No seu entendimento esta relação é compreendida pelos assistentes sociais? Explique sua resposta.
9. No seu entendimento é possível dizer que o conceito de mediação pode ser utilizado tanto na perspectiva conservadora como na perspectiva crítica? Explique sua resposta.
10. Afinal o que é, para você, mediação?
11. O que você sabe sobre expressão ontologia social?